



Imagem 36.1 e 36.2: Imagens de páginas da edição nº.9 mostrando exemplos de diagramação mais recorrente em três e quatro colunas.

100

A diagramação de texto em uma coluna geralmente ocorre em páginas de destaque (Fig.37). Já a diagramação do texto em duas colunas ocorre especialmente em textos que funcionam como uma espécie de introdução para uma matéria (Fig.38): nesses casos é bem recorrente o alinhamento pela esquerda e pela direita para conceder forma à mancha de texto. A composição de texto em cinco colunas (Fig.39) é a mais incomum e na maioria das vezes aparece na página com a seção "Profissionais", na página de expediente e na página que recebe a coluna de Fausto Porto e a seção de Maurício Corrêa.

Discorrendo sobre o alinhamento do texto, pode-se afirmar que justificado é o alinhamento padrão característico em ambas fases do jornal e é na primeira fase em que há recorrência de alinhamento à esquerda (Fig.38 e 39), à direita (Fig.38) e ao centro (Fig.37) especialmente em textos de introdução à reportagens e legendas. Esses alinhamentos diferenciados não existem na segunda fase, etapa em que as edições do *Posição* passam a exibir alinhamentos de texto justificados.

O que chama atenção em relação à diagramação é o rigor a que se sujeita a composição do texto revelando um cuidado maior em relação à disposição do conteúdo textual, imagens e anúncios do que uma preocupação em usar graficamente. Isso pode indicar uma tendência maior por parte do paginador à recorrência ao modo tradicional de compor as páginas do periódico devido a uma preocupação maior com o conteúdo textual. O vestígio mais evidente capaz de revelar certa desobediência ao modo tradicional de disposição de conteúdo nas páginas, resume-se basicamente ao alinhamento à direita e combinações entre diversos outros tipos de alinhamento. Geralmente correspondem a grande massa de texto que ajuda, através da mancha gráfica que produz, a conceder certo aspecto informal e dinâmico às páginas.

O ATENTADO

"O porco está aqui". Com essa frase, o ex-deputado Oséas Nascimento comunicou por telefone ao prefeito de Cachoeiro de Itapemirim na noite de domingo, 21 de novembro, que o vereador e líder do MDB naquele município, Roberto Valadão, se encontrava no bar "Alaska", no centro da cidade. Minutos mais tarde, consumando o atentado com que planejava tirar a vida a Valadão, Oséas matava, com um tiro de revólver INA, calibre 32, Gicélio Manhães, irmão do prefeito eleito, Hélio Carlos Manhães. Disputando mais três vezes, o ex-deputado acertaria dois tiros em Roberto Valadão e um em Roberto Jamurário Araújo, deixando ambos entre a vida e a morte, e retirando-se para sua residência.

Outubro/novembro de 1972: o médico Gilson Carone, candidato a prefeito de Cachoeiro de Itapemirim pelo Movimento Democrático Brasileiro, vê a campanha de seu partido ser esvaziada por dois de seus próprios correligionários, também postulantes ao cargo. De modo a favorecer e fortalecer a candidatura de Teodorico Ferraco, da Arena, Oséas Nascimento e Higinio Bernardes Santos, ambos do MDB, ameaçam regularmente retirar suas candidaturas e depois voltam atrás. O expediente funcionou. Oséas, então deputado estadual pelo MDB, retorna satisfeito, para a Assembleia. O sr. Gilson Carone, candidato mais votado, perdera na soma da legenda.

Comenta-se, em Cachoeiro, o comportamento de Oséas Nascimento como de "infidelidade partidária", indigno, especialmente, num deputado estadual do partido.

Março de 1973: quando da eleição da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa estadual, Oséas Nascimento trai uma vez mais os interesses do partido, beneficiando com sua atuação exclusivamente os parlamentares da Arena.

29 de abril de 1973: reunião do Movimento Democrático Brasileiro estadual em Guarapari. O vereador Roberto Valadão e o dr. Gilson Carone, os dois principais líderes da Oposição em Cachoeiro, acusam explicitamente Oséas Nascimento por seu comportamento no caso da eleição da Mesa. Relatam antecedentes, comprova-se publicamente o caráter verdadeiro do ainda deputado estadual do MDB. Higinio Bernardes dos Santos é incluído, por Valadão e Carone, no rol daqueles contra quem pesam acusações de infidelidade partidária.

3 de maio de 1973: Oséas responde às acusações. "Esses comunistas, encobertos por um falso nacionalismo, e que estão estragando o MDB. Acusam da indignidade para ofender a dignidade alheia. O que existe realmente é mágoa pela minha eleição para deputado estadual. Consegui o que eles nunca conseguiram de campanha vermelha pelo sul do Estado."

E tem apoio imediato. O deputado estadual Emir de Macedo Gomes, então líder da Arena na Assembleia Legislativa, salta em defesa do colega, dirimindo o de qualquer culpa nas acusações que lhe são feitas. "Ele sempre teve o comportamento digno de um homem honrado", declara. O líder do MDB na Assembleia, Américo Bernardes da Silveira também lhe empresta sua solidariedade. "Emedebista de coração, que defende o partido em todas as oportunidades e não mereceu, não merecerá nem merecerá o tratamento recebido", proclama. O deputado Dercílio Gomes de Albuquerque foi mais longe ainda na defesa dos interesses daquele que era bem mais seu colega de bancada do que muitos da Arena. Lamentou que, na reunião de Guarapari, "com tanta gente boa se desvirtuou a vida de um dos mais simples e também mais dignos deputados do Estado, sr. Oséas Nascimento. Influenciados pelos pontos negativos de atuação dos colaboradores do sr. Hélio Carlos Manhães, desfiguraram a pessoa, o parlamentar, o chefe de família que é Oséas Nascimento. São esses mesmos, mas uma meia dúzia deles em Cachoeiro, que iam jogando no abismo o município", decretou.

12 de maio de 1973: Uma comissão municipal do MDB de Cachoeiro, após uma reunião de várias horas, decide declarar os srs. Oséas Nascimento e Higinio Bernardes dos Santos "pessoas indesejáveis ao partido". Decide ainda, por unanimidade, encaminhar ao Conselho de Ética do MDB regional uma representação pedindo a exclusão do deputado Oséas Nascimento do Movimento Democrático Brasileiro. Presente a parte da reunião, Oséas Nascimento retirou-se quando começaram os debates em torno das acusações à sua pessoa, sem se defender. A decisão de pedir a sua exclusão foi tomada com base em provas cabais de "atitudes de inconveniência e traição" ao MDB por parte do acusado.

Campanha eleitoral de 74: candidato a deputado estadual pelo MDB (o Conselho de Ética, ao qual pertencia Américo Bernardes, bloqueou o processo de expulsão), Oséas Nascimento baseia sua campanha em ataques pessoais às lideranças do MDB de Cachoeiro, especialmente o vereador Roberto Valadão e Hélio Carlos Manhães, que também concorriam às eleições para deputado. Derrotado, desprestigiado, desmascarado, Oséas Nascimento será, ainda no mesmo ano, processado na Justiça por Hélio Carlos Manhães, que o acusa de calúnia, injúria e difamação.

Campanha eleitoral de 76: agora filiado à Arena, onde se encontravam seus únicos amigos, Oséas Nascimento apóia a candidatura do veterano político Abel Santana, aproveitando-se do período eleitoral para fazer discursos difamando os políticos de Oposição.

Quinta-feira, 18 de novembro: Hélio Carlos Manhães é proclamado vencedor da eleição para prefeito em Cachoeiro. Oséas declara, na frente de várias testemunhas, que vai matar Hélio e/ou Roberto Valadão. Durante os dias que se seguem, é visto em frente à casa de Manhães, de tocaia, em baixo das árvores.

Domingo, 21 de novembro: Homem sem caráter, falso, mentiroso, desonesto e traidor, Oséas Nascimento torna-se, enfim, assassino. Autor de um plano premeditado (participou a Teodorico Ferraco o que iria fazer) - homicídio em primeiro grau. Oséas Nascimento entrou no bar Alaska, matou com um tiro no coração Gicélio Manhães, irmão de Hélio, disparou dois tiros em Roberto Valadão e ainda atingiu, com um tiro no tórax, Roberto Taquara.

Esta é a biografia de um porco.

Figura 37: Página da edição nº.3 mostrando exemplo menos recorrente de diagramação em uma página de destaque: justificada e centralizada em uma única coluna.

ATENÇÃO! SILÊNCIO! ESTÃO FAZENDO UMA REPORTAGEM

Na última semana do ano de 1976, uma movimentação inusitada agitou alguns setores da vida pública capixaba: uma equipe de reportagem de uma das mais conceituadas e respeitáveis publicações brasileiras - a revista de informações *Veja* - encontrava-se fazendo um levantamento que compreendia vários aspectos do cotidiano do Espírito Santo. Teve gente que, sem razão aparente, chegou a telefonar para o sr. Robert Civita, um dos diretores e donos da revista, solicitando que a reportagem fosse "contida". Teve gente, já de outro Estado, que chegou a telefonar para Brasília (não se sabe ao certo para quem), pedindo providências urgentes no sentido de que seu nome não fosse envolvido. Teve gente que, a pedido de gente, publicou nota em um jornal local, dando a entender que a reportagem da revista *Veja* seria unicamente sobre o pouco edificante comportamento de uma firma (ligada

à pessoa de um ex-governador) e suas complicações com a Justiça. Mas não era. Razões para a agitada movimentação, havia. Os repórteres de *Veja* estavam fazendo uma matéria ampla, compreendendo alguns dos estranhos episódios que acontecem por estas terras. Entre eles, a escandalosa aquisição do terreno de Boa Vista pela Cahab; os excessivos gastos do governo em publicidade; e a corrupção na área da segurança pública, partindo do chamado "caso Aracelli" e descendo até o escabroso episódio do Esquadrão da Morte capixaba. *Veja* prometera a matéria para a segunda semana de janeiro. Mas *Veja* errou. Saiu só uma materinha sobre o dr. Cristiano Dias Lopes, que, a essa altura, já acossado pelo onipresente AI-5, era talvez apenas um coadjuvante do processo de deterioração da imagem do Espírito Santo. E os escândalos ficaram para depois...

Segundo o deputado Carlos Alberto Cunha, do MDB, "nunca houve, no Espírito Santo, um governo que se banhasse tanto em publicidade quanto o governo do sr. Eício Álvares. Dados de fontes oficiais mostram que, unicamente no primeiro semestre de 1976, o governo teria utilizado Cr\$ 10 milhões em publicidade". Segundo um ex-funcionário do Banco de Desenvolvimento, "nunca houve tanta corrupção na administração pública do Espírito Santo quanto atualmente. Hoje, qualquer particular que queira vender uma mercadoria a uma repartição pública é obrigado a pagar em torno de 15 por cento do valor da mercadoria na forma de "bôla" do suborno". Segundo um publicitário, "nunca houve, do ponto de vista ético, um comportamento tão linear quanto aquele que envolve, hoje, a veiculação da publicidade do governo".

Já o governador do Estado não concorda, evidentemente, com as acusações de que vem sendo alvo. E, através de seu novo secretário da Comunicação Social, José Carlos Mondrjm Cavalcanti, divulga os números oficiais relativos aos gastos em publicidade durante o seu governo: Cr\$ 4,9 milhões. Um número "insignificante", segundo A Tribuna, jornal escolhido por porta-voz oficial do governo do sr. Álvares. Insignificante, sem dúvida, para um governo que enfrenta acusações que não pedem o favorecimento discricionário de uma agência de publicidade até à irresponsabilidade, de que o acusa o parlamento da Oposição.

Na nota "oficial" da Tribuna, consta ainda que esses Cr\$ 4,9 milhões correspondem a uma média mensal de Cr\$ 105 mil de publicidade oficial. Insignificante, admitimos. Mas falsa, convenhamos. E, para o demonstrar, vamos tomar como base um único exemplar da própria Tribuna - a do dia 31 de dezembro. Naquela edição, a mera publicação de um "suplemento pago pelo governo" - que, no eufemístico linguajar da imprensa capixaba se chama "caderno especial" - de oito páginas e com 16 fotografias do sr. Álvares, valeu Cr\$ 160 mil (Cr\$ 20 mil por página). Somando isso à fastidiosa *coluna* "O Dia do Governador", que custa diariamente ao governo Cr\$ 2.400,00 (o que dá um total de Cr\$ 72 mil mensais), levamos, de saída, e unicamente baseados na edição do suplemento do dia 31, uma quantia de Cr\$232 mil. Ou seja, alguém, em algum lugar, por alguma razão, está querendo esconder alguma coisa. O que não está certo.

OS EXCESSOS

A questão dos excessivos gastos do governo em publicidade - conforme consta da acusação de Carlos Alberto Cunha - não se restringe unicamente às despesas do governo estadual para com a promoção da sua imagem nos jornais, televisão e rádios locais. Há um aspecto, pouco divulgado, que mereceria uma investigação mais ampla: os gastos do governo com a difusão de sua imagem em outros Estados da federação.

Ainda em 1974, foi feito um contrato, com o objetivo de divulgar e promover o governo e o governador do Espírito Santo, com o Diário de Brasília, de propriedade do deputado federal Dnno Pires (Arena-PI). De fato, pouco depois de assumir o governo, o sr. Álvares solicitou daquele jornal um orçamento para publicidade. Recebeu, como resposta, uma proposta de Cr\$ 30 mil mensais. Vários publicitários capixabas pôderam, junto ao governador, que quisera era um preço

muito elevado para o tipo de serviço oferecido. Aconselharam, então, o governador a barganhar um preço mais razoável. Assim foi feito, depois de uma contra-proposta do governo estadual de Cr\$ 15 mil, o contrato acabou sendo feito na base de Cr\$ 18 mil mensais. O contrato com o Diário de Brasília, hoje, já caducou - o que não anula o fato de que tenha existido.

O colonista social mineiro Wilson Frade, do Estado de Minas, recebeu convites do governo do Espírito Santo para viagens de recreio. Prova disso são (pelo menos) dois processos de pagamento de passagens aéreas - em nome do sr. A. de S. Frade - que existem no Gabinete Civil do governo do Espírito Santo. O colonista mineiro nega que tenha recebido esses favores do governador do Espírito Santo, mas dificilmente poderá negar (ou explicar) as frequentes citações do sr. Álvares em sua coluna diária ou os agradáveis fins de semana que passa com o governador capixaba em Guarapari.

Outro caso muito citado e pouco explicado é o que envolve uma outra figura ligada ao meio publicitário carioca, o sr. Morel - funcionário da agência Camel, de Nahum Girotski - em transações obscuras visando à promoção do governo do Espírito Santo.

AS PREFERÊNCIAS

O favorecimento, pelo governo do Espírito Santo, de uma única agência de publicidade, a Eldorado, é um fato incontestável. "Entre as nove agências de publicidade que existem em Vitória", diz um publicitário, "apenas uma, a Eldorado, detém o monopólio da publicidade do governo, e isto porque um de seus diretores é cunhado da dona Maria Lucas e o outro, marido da secretária do governador". E esse favorecimento não podia deixar de significar dificuldades para os concorrentes da Eldorado. "Eu fui, e de maneira evidente, prejudicado pelo fato de o governo dirigir toda a publicidade para uma única agência", declara outro publicitário.

Em agosto de 1976, um dos diretores da Eldorado reconhece, em entrevista à revista Mercado Global, do Rio, que a sua firma absorve cerca de Cr\$ 10 milhões de um mercado que movimenta um potencial de Cr\$ 24 milhões. E, no entanto, a Eldorado fora uma das três agências que fizeram parte do chamado "pool", um consórcio criado para divulgar a imagem do governo Eício Álvares e para criar as campanhas de seu governo. Como teria então sido possível o "afastamento" das outras duas?

Algum tempo depois da posse do sr. Álvares, em 74, dona Maria Lucas, a secretária (7) chefe do Gabinete Civil do governo estadual, convidou para uma reunião no palácio os representantes das três principais agências de publicidade de Vitória: Eldorado, Meta e Uniarne. Na reunião, propôs às agências um prazo para que botassem uma campanha para popularizar a imagem do governo. Um dos presentes, da agência Uniarne, perguntou por que não se faria um consórcio das três agências. Dona Maria disse que não. Teriam que criar as campanhas Dias mais tarde, nova reunião. A Eldorado não se esforçara muito. A Meta não julgara necessário apresentar trabalhos, como em bancos escolares; e a Uniarne, única a tentar fazer um trabalho bem feito, botou a campanha da "prensa", que logo seria a preferida pelo governador. Então: para arranjá-la a situação, dona Maria

decidiu que seria formado o consórcio - que ela mesma rejeitara, na reunião anterior - e que implicaria na participação da Eldorado.

O consórcio, ou "pool", durou apenas um semestre. Em dezembro de 75, as agências Uniarne e Meta foram informadas que o contrato não seria renovado. E a publicidade do governo - por determinação da poderosa chefe do Gabinete Civil - passou a ser unicamente veiculada pela Eldorado. "Há um aspecto sórdido", diz um publicitário, "que é o monopólio total e absoluto que a Casa Civil do governo entregou para a Eldorado; o do atendimento de todas as contas do Estado. E um monopólio odioso que sacrificou os profissionais de publicidade, castrando as iniciativas que vinham sendo feitas".

OS INCÔMODOS

"A coisa foi tomando proporções fantásticas", explica outro publicitário. "A Eldorado passou também a exigir comissão de agência sobre a veiculação de cadernos especiais e suplementos de promoção do governo. E também sobre a publicação de editais, balanços e avisos das sociedades de economia mista".

De fato, houve um primeiro incidente quando o jornal A Tribuna, evidentemente dócil aos apelos governamentais, se negou a pagar comissão à Eldorado por um desses "cadernos" inteiramente preparado pelo próprio jornal. O mesmo não aconteceu em relação às empresas de capital misto - em cujas contas o Estado, majoritário, se reserva o direito de "descontar" parte dos gastos publicitários não revelados pelo secretário em sua lista de Cr\$ 4,9 milhões - de quem a Eldorado controla as contas. "Há uma única exceção", explica alguém também ligado à publicidade, "que é o caso do Banco A conta de publicidade dessa empresa, por ordem expressa do governador do Estado. Foi entregue ao sr. Edgar dos Anjos, que por aí mal é um membro inadaptado do Banco, onde contratou um débito que, com a correção monetária, já deve estar por volta de Cr\$ 1 milhão (nov)".

Incidente mais grave, porém, aconteceu quando o governo criou a Secretaria Extraordinária da Comunicação Social. O secretário nomeado, José Costa, presume que a função da Secretaria fosse justamente a de preparar, redigir e distribuir a publicidade oficial. Isto, porém, lhe seria difícil, já que a poderosa secretária (7) chefe do Gabinete Civil havia decidido que a assessoria de imprensa do governo seria feita na própria Eldorado os "press-releases" do governo. O texto da coluna "Dia do Governador" e os próprios discursos do sr. Álvares são confeccionados por um redator de publicidade daquela agência. Então: Zé Costa tinha pela frente um problema duplo: ético e legal (já que não havia licitações públicas que justificassem a Eldorado ter ganho uma concorrência de serviços. Em julho de 76, o secretário enviou um ofício ao Tribunal de Contas do Estado, convidando-o a disciplinar a matéria. Até hoje, o Tribunal não respondeu - apesar de Zé Costa ter reiterado seu pedido.

Posteriormente, houve o problema do desentendimento entre os diretores da Eldorado e o secretário da Comunicação - e Zé Costa foi demitido (veja Postagem nº5). Para o seu lugar, entrou o atual secretário, Mondrjm Cavalcanti, até então apenas assessor direto do Gabinete Civil do governador.

Figura 38: Página da edição nº.6 mostrando exemplo mais recorrente (tal como em quatro colunas) de diagramação justificada em três colunas e alinhamento menos recorrente de texto à esquerda e à direita de um mesmo texto disposto em duas colunas.

PROFISSIONAIS
-005
ANTÔNIO L. M. FEL ROSA Av. Jerônimo Monteiro, 126 - Vila tel. 31612 - Vitória
EWERTON M. GUIMARÃES Casarão, 115 - Avenida Edif. "A Guará" - 313 - Vitória
PAULO ANTÔNIO SILVEIRA R. Quintino Bocayuva, 10 - Edifício Navemar, s/nº 1201/2 tel. 34253 Vitória
SIZENANDO PECHINCHA FILHO Casarão, 115 - Avenida Edif. Banco Mineiro de Produção comp. 701 - tel. 3-0993 - Vitória
OLEGÁRIO RAMALHETE MAIA, CARLOS HENRIQUE AMARAL, DELJO TADEU MAGALHÃES Casarão, 115 - Avenida R. Gal. Osório, 127 - Edif. ALAZETA s/503 - tel. 32883 - Vitória
RONALDO LOUZADA BERNARDO Casarão, 115 - Avenida Rua Bernardo Horta 307 - Sobrado tel. 2993 - Cachoeira de Itaipemim
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA R. Osório, 127, 16 - Edif. Navemar Conj. 807 e 812 - Tel. 223-48.35 e 223-08.82 - Vitória
MILTON MURAD Rua Gen. Osório, 83 - 987 Edifício Portugal Tel.: 223-21.36 - Vitória
QUEM NÃO REGISTRA NÃO É DONO NEM PODE TRANSFERIR. LEGALIZE SUA PROPRIEDADE. CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO REGISTRO DE IMÓVEIS Casarão - E.S.
Medicina
MARIA GLEYD C. MAURO GINECOLOGIA Rua 13 de 17 - 194 R. Lúcia Guedes, 194 Consultas: Tel. 90329 - Vila Velha
MAX DE FREITAS MAURO CLÍNICA MÉDICA Consultas pela manhã R. Lúcia Guedes, 194 Tel. 90329 - Vila Velha

AFONSO CLAUDIO

Saem 16 professores Entra Arena-2

De quatro em quatro anos a história se repete: uma nova equipe de privilegiados, excluídos no processo eleitoral, passa a usar de suas prerrogativas. Começam os "expurgos" de professores não vinculados aos políticos vitoriosos, enquanto estes, séculos em cumprir suas promessas eleitorais, passam a nomear parentes, amigos, amigos de parentes e parentes de amigos para as funções dos "expurgados". Para dar seqüência a sua avidez populista, esses políticos não olham direitos nem leis — nem mesmo a Constituição do país. E, enquanto os professores demitidos tentam, em vão, fazer ouvir seus direitos, políticos asoborçados por suas funções explicam, cruamente, que nesses casos toda e qualquer decisão do Poder Executivo deve ser acertada.

No município de Afonso Claudio, a diretora da escola estadual de 1ª e 2ª graus local, Maria Zuleika Haddad Fatá, foi afastada de seu cargo para dar lugar a Dalza Afonso Barbosa, que é vereador e foi eleito pela chapa da Arena-2. Sua admissão na direção do estabelecimento não foi difícil. Bastou para isso o apoio do prefeito recém-eleito, Lani Alves de Lima, e o reforço do deputado Juarez Martins Leite junto ao governo estadual.

Ao intercederem pela admissão de Dalza, o prefeito e o deputado não observaram os preceitos do artigo 99 da Constituição Federal, o artigo 33 da Lei 5.692 e o artigo 29 da Lei 3.042, como também a Lei 5.692, que regulamenta a Reforma de Ensino no Brasil. Foi então que acabou estar em jogo o prestígio de um deputado estadual pela Arena, cujo nome prefeito não declarou, mas que outras fontes garantem ser o de Juarez Martins Leite. Quanto a este novo fato, Myrthes avisou: "É necessário que a parte menos esclarecida dos professores se volte para interesses eleitorais e veja com isto que o poder de um político está acima do cumprimento das leis."

Logo a seguir, a presidente da Confederação dos Professores do Brasil, Thereza Noronha Carvalho, enviava telegramas ao Espírito Santo — para o governador Elcio Álvares e o secretário Arnaldo do Rosário — solicitando a anulação do ato de admissão de Dalza Afonso Barbosa, o qual classificava como "profundamente atentatório às leis de ensino do país".

Atentatório, em razão de não ser Dalza habilitada para a função como requerem as leis 5.692 e a 3.042. A primeira, lei federal, em seu artigo 33, diz que: "A formação de administradores (diretor), planejadores, supervisores e demais especialistas de educação será feita em curso superior de graduação com duração plena ou curta;

ou de pós-graduação." A segunda, o Estatuto do Magistério Capixaba, no artigo 29 determina: "Para preenchimento da função de diretor, ressalvado o caso de diretor em exercício, amparado pelo artigo 84 da Lei 5.692, serão exigidos os seguintes requisitos: a) curso de formação de administrador; b) experiência de no mínimo cinco anos de magistério no grau de tipologia da unidade escolar."

A substituta de Maria Zuleika Haddad Fatá, a vereadora Dalza Afonso Barbosa, não é habilitada para a função como requerem as leis. Além de não ter o curso de Administração Escolar, ele não é nem mesmo professor, mas estudante de Direito.

A maior violência, entretanto, foi aquela praticada contra o artigo 99 da Constituição Federal, que veda a acumulação remunerada de cargos e funções públicas, salvo as seguintes exceções: a) de juiz com um cargo de professor, a de dois cargos de professor, a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; e a de dois cargos privativos de médicos. O parágrafo 1º do mesmo artigo especifica ainda que, em qualquer dos casos, a acumulação somente será permitida quando houver correlação de matérias e de horários. Ainda no parágrafo 2º do artigo 99 fica claro que somente o presidente da República, através da Lei Complementar, poderá estabelecer, no interesse do serviço público, outras exceções à proibição de acumulação, restritas a atividades de natureza técnica ou científica de magistério.

ou de pós-graduação." A segunda, o Estatuto do Magistério Capixaba, no artigo 29 determina: "Para preenchimento da função de diretor, ressalvado o caso de diretor em exercício, amparado pelo artigo 84 da Lei 5.692, serão exigidos os seguintes requisitos: a) curso de formação de administrador; b) experiência de no mínimo cinco anos de magistério no grau de tipologia da unidade escolar."

A substituta de Maria Zuleika Haddad Fatá, a vereadora Dalza Afonso Barbosa, não é habilitada para a função como requerem as leis. Além de não ter o curso de Administração Escolar, ele não é nem mesmo professor, mas estudante de Direito.

A maior violência, entretanto, foi aquela praticada contra o artigo 99 da Constituição Federal, que veda a acumulação remunerada de cargos e funções públicas, salvo as seguintes exceções: a) de juiz com um cargo de professor, a de dois cargos de professor, a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; e a de dois cargos privativos de médicos. O parágrafo 1º do mesmo artigo especifica ainda que, em qualquer dos casos, a acumulação somente será permitida quando houver correlação de matérias e de horários. Ainda no parágrafo 2º do artigo 99 fica claro que somente o presidente da República, através da Lei Complementar, poderá estabelecer, no interesse do serviço público, outras exceções à proibição de acumulação, restritas a atividades de natureza técnica ou científica de magistério.

Figura 39: Página da edição nº.9 mostrando exemplo menos recorrente de diagramação justificada em cinco colunas (uma delas ocupada pela seção "Profissionais" e de alinhamento à esquerda.

A presença de capitulares com diferentes aspectos é uma qualidade interessante do início de alguns parágrafos (Fig.40.1 a 40.5). Um aspecto curioso em relação às fontes utilizadas nas capitulares, é que geralmente elas não pertencem à mesma família tipográfica da tipografia utilizada para corpo de texto podendo variar entre fonte com serifa, em negrito, em outline e até mesmo letras desenhadas.



Figura 40.1 a 40.5: Exemplos de Capitulares com diversos aspectos: com serifa, sem serifa, desenhada e em outline.

As tipografias do corpo de texto, títulos e subtítulos do jornal são predominantemente sem serifa (Fig. 41.1 a 41.4) e tornam o uso de fontes com serifa (Fig.42.1 a 42.3) menos recorrente. O que chama atenção nos exemplares é a variedade tipográfica dos títulos que contam com no mínimo cinco famílias tipográficas diferentes e suas variações a cada edição além de corpo grande e expressivo sempre cercado de um generoso espaço em branco, o que lhe

atribui maior destaque na página. Já os subtítulos aparecem em negrito na mesma tipografia e tamanho do corpo de texto, isto é, principalmente em tipografia sem serifa e corpo que pode assumir valores entre 9, 10 e 11pt, até mesmo em uma mesma página.



Figura 41.1 a 41.4: Na coluna esquerda e direita exemplos de tipografias sem serifa.



Figura 42.1 a 42.3: Na coluna esquerda e direita exemplos de tipografias com serifa.

Os elementos ornamentais que figuram nas páginas dos exemplares do jornal estão atrelados muito mais à função de separar, organizar, pontuar ou destacar do que propriamente ornar ou enfeitar o impresso. Acompanhando a linguagem das reportagens e intenções da redação, o uso de elementos ornamentais é controlado e reservado à sutileza através do uso de fios, olhos e boxes finos que aparecem no jornal atuando para que as páginas sejam organizadas e atrativas para leitura. Isso ajuda a formular o visual modulado do jornal separando os conteúdos de maneira organizada (Fig.44 a 46).

Um outro recurso gráfico observado repetidamente ao longo da primeira fase que é ainda mais certo na função de organizar e destacar algum tipo de reportagem especial, são elementos que funcionam como editorias na edição aparecendo em um dos cantos superiores da reportagem a que fazem referência. As editorias mais recorrentes são identificadas através de elementos verbais, anunciando temas como política, economia, educação, justiça, nomes de cidades e etc, geralmente sublinhados ou acompanhados de fios e com tipografia sem serifa em negrito mas isso não representa uma regra absoluta para o jornal. Muitas editorias aparecem com aspectos diferentes: ilustradas, com uso de fotografias, geométricas, tipográficas, etc, revelando uma versatilidade estética admirável para conceder destaque a determinadas reportagens (Fig.43.1 a 43.6).



Figura 43.1 a 43.6: Exemplos de editorias incomuns identificadas na primeira fase.

Em suma, a análise do diagrama do jornal revela características particulares da publicação em termos de composição de página. Elas não chegam a elencar a gama de características gráficas mais marcantes do impresso, ainda mais quando se considera o potencial de seu caráter alternativo. Primeiramente, a estruturação dos elementos imagéticos e textuais em cada página seguiu uma lógica formal típica da forma convencional de se paginar um jornal ordinário porém, ainda nesse quesito, o que chama a atenção é a **expressividade do corpo e variedade das tipografias utilizadas nos títulos das matérias**. Em segundo lugar, há uma dicotomia em relação à sutileza dos ornamentos, box e fios. Se por um lado eles são tímidos e convencionais, por outro, são bastante funcionais exatamente por assumirem essas características ao passo que orientam a leitura tornado-a mais límpida e objetiva. As interferências e desconstruções no diagrama, experimentações tipográficas e imagéticas são pouco representativas na identidade gráfica desse impresso e acabam revelando um **diagrama formal, muito bem executado, limpo e tradicional em termos de qualidade na paginação**. Não há praticamente, contaminação entre ilustração, fotografia, tipografia, ornamentos e demais elementos das páginas: cada gênero é identificável separadamente e dentre todos eles, os mais expressivos e marcantes ainda são as ilustrações, uma tendência convencional de publicações similares da época apesar de menor em número em comparação à quantidade de fotografias.

Ainda que seja predominante a presença de fotografias como recurso imagético no jornal, as ilustrações ainda constituem recurso marcante no comportamento gráfico do jornal muito mais atrelado a sua militância no discurso e na estética do que por sua simples presença ou quantidade. Tirando uma média geral durante toda a história do jornal, a ilustração é um recurso presente em cerca de 37% dos registros enquanto a fotografia atinge um índice de cerca de 63%. Tanto na primeira quanto na segunda fase, é possível notar que esses índices de porcentagem oscilam pouco restringindo-se a uma variação dentro de uma margem de 2% para mais e para menos. Apesar disso, a utilização da fotografia não percorre os caminhos da experimentação gráfica sendo rara a miscelagem de imagem e texto através de montagens e bastante comum seu simples encaixe no diagrama das páginas, destituídas de abaulamento nas arestas ou qualquer sujeição a formas geométricas de molduras (Fig.47.1 a 47.3).

o olho crítico do Maurício

UM PARTIDO EM POTENCIAL?

Artigo Simon, MDB, em uma edição especial da revista "O Olho Crítico do Maurício". Editora L&L, Porto Alegre, 1976 (Volume 10, Nº 55), nas páginas 17 a 21 de 30 p.

Principal artigo da publicação fora do Movimento Democrático Brasileiro no Rio Grande do Sul nas eleições municipais do dia 15 de novembro e eleito deputado Pedro Simon, presidente do diretório gaúcho da Oposição, acabou de lançar em livro um série de estudos e pronunciamentos: *MDB - Uma Opção Democrática*.

São variados os temas abordados pelo deputado Pedro Simon, a posição do seu partido diante do quadro político nacional, os pontos eleitorais, o programa ideológico e as perspectivas econômicas, as perspectivas da economia do Rio Grande do Sul, o incentivo pelo ponto econômico, a urbanização, o desenvolvimento econômico brasileiro e os entraves das multinacionais, os investimentos fiscais como mecanismo de desenvolvimento regional, o equilíbrio, a questão salarial, a saúde pública e a política social. Pedro Simon não se omite, em nenhum momento, dos problemas enfrentados pelo Brasil e, particularmente, pelo Rio Grande do Sul.

De particularmente teor na Assembleia Legislativa gaúcha e os trabalhos de Simon são o reflexo do sentimento da seção regional da Oposição mais organizada em todo o País. De fato, O MDB do Rio Grande do Sul, onde dispõe de diretores legisladores em todos os municípios, é uma verdadeira força política que não se caracteriza propriamente pelo adesismo, mas pela direção que ataca muitos setores dos opositores. Teve Pousão (1), entrevista com o deputado Arratiano Danari.

Essa característica do Partido muito se deve ao deputado Henrique Cardoso (que viveu no Rio) e ao líder partidário que usa o instrumental da análise para levar adiante o debate público e para, por este intermédio, alargar a consciência social sobre uma dada problemática, num dado momento. É um organizador partidário, não no sentido de alguém que manipula simplesmente quadros e eleitores, mas no sentido legítimo

de pluralizar os pontos de referência, motivar e abrir o debate e prosseguir a ser conduzido pela realidade brasileira que dirige.

Alguns dos principais líderes políticos brasileiros visitados em afirmação que a Constituição não será modificada e que as eleições para governador, em 1978, serão diretas. Eventualmente, estas afirmações não resultam em apoio à manutenção ou não dos princípios constitucionais no Brasil, depende sempre de forças nem sempre políticas e sempre mais fortes que os deputados e senadores.

Em todo caso, a prevalecer o pleito direto em 1978, o deputado Pedro Simon é o mais forte candidato à sucessão do governador Sivaldo Guazelli, no governo do Rio Grande do Sul. Por outro lado, se for mantido o atual sistema indireto de eleição pelos deputados e senadores, Simon já é o virtual sucessor de Guazelli, pois a Oposição é majoritária na Assembleia Legislativa (LAC).

idéias

Um mar de gota d'água

As diversas etapas do teatro na vida cultural do país, de 1940 até os atuais

De Martins Pena até a década de 40 tivemos um teatro pouco profundo ideologicamente, mas que tinha algum matiz prima a vida brasileira. Tava lá o preço do leite e a crítica à moral estrita da pequena burguesia. Tava lá a humanidade brasileira, de uma forma profundamente crítica. A revista vitalizava isso. Além de ser uma forma de espetáculo brasileiro, tinha uma capacidade crítica extraordinária. O grande momento de crítica era o quadro político. Mesmo durante o Estado Novo estava a revista política. A sociedade brasileira estava sendo refletida naquele teatro. De Martins Pena até 40, a sociedade e o teatro brasileiro estavam mais ou menos paralelos. Da década de 50 em diante, Jorge de Andrade, Vianinha, Guimarães Rosa, Miroslaw, Caldeiro, Lauro César Muniz e a renascença do teatro brasileiro aprofundou-se e o teatro ficou um pouco à frente da sociedade. Um pouco à frente da consciência do público. O que caracteriza o teatro de 1960 pra cá é estar quarenta e cinco anos de sociedade brasileira. O teatro que estamos fazendo hoje no Brasil, talvez seja o mais pobre deste século.

As influências alienígenas do Teatro Brasileiro de Comédia (formação europeia)

Quando o Seminário de Dramaturgia do Arena foi voltar a colocar o homem brasileiro e sua temática no palco, teve necessidade de descobrir um teatro brasileiro de representar. A estatística de representação do TBC não tinha nada a ver com o homem brasileiro. Eu acho o Paulo Autran, e um ator extraordinário, com quem se trabalhava. Mas se você escreve uma peça onde o personagem principal se chama Chico e não há nada de Paulo Autran, não dá.

A marginalização dos grandes autores e dramaturgos brasileiros

Qual é o jovem brasileiro de hoje, com vocação teatral, que quer se meter a escrever uma comédia? O jovem que escreve sua primeira peça para revolucionar o teatro brasileiro, que é o status? Vanguerdismo decahém? Dramaturgia entremada? Ansa indistincta para novo que termina sendo uma linha por novidade? (...) Se a experiência de

todas as gerações se tornou acumulada, temos hoje um teatro nacional importante. O teatro brasileiro se dá ao lado de um Jorge de Andrade não escrevendo pra teatro, Nelson Rodrigues não escrevendo pra teatro, Dias Gomes não escrevendo pra teatro, Pinheiro Machado não poder escrever pra teatro. Os caras que melhor escreveram no Brasil não estão escrevendo pra teatro.

O nascimento do Teatro de Arena de São Paulo

O país estava efetivamente vivendo uma preocupação de emergência insustentável. A política de substituição de importações, o JKalismo, Getulista, uma certa cultura nacionalista, Getulista e as formas mais fortes política nacionalista poderosa. Há um movimento grande para a emergência e a capacidade consumidora do país para a redistribuição da propriedade fundiária. Há uma Constituição liberal. As forças sociais estavam em debate. Isso tudo ensejou o nascimento de uma cultura voltada pra realidade do país. E dentro dessa cultura, nasceu um tipo chamado Teatro de Arena de São Paulo, que queria voltar a colocar o homem brasileiro no palco.

A redescoberta do teatro popular e a evolução do Arena para o CPC

O que aconteceu com o Arena foi o seguinte: o Arena fez um espetáculo brasileiro, com temática brasileira, debatido com o público, mas começou a viver uma situação que era a do próprio teatro como espetáculo. A temática era popular, mas quem assistia era a camada média da população. Por causa da própria natureza da atividade, realizou numa sala, num local determinado, que tem poucos lugares, e que tinha um ingresso que só as camadas altas e médias podem pagar. Essa foi a crise que o Arena começou a viver. Não basta fazer teatro popular com temática popular, e um teatro popular porque é assistido pelo povo. O Arena descobriu uma direção, não só dentro do Teatro de Arena, como dentro da própria grupo. Qual era a saída? Era o Centro de Cultura, onde as pessoas poderiam se reunir, produzir e avaliar. Foram três imaginações: fazer o espetáculo popular, Seriedade, Teia Laca, Central do Brasil. A reação entre o CPC, Centro Popular de Cultura e o Arena e esse O CPC e o teatro, o deslocamento da experiência do Arena, tentando aprofundar o teatro popular.

A percepção do novo experiência e a vulgarização da informação comunicação de massa

Ha um outro problema, talvez de mais profundidade. Há uma certa incompreensão do que é a natureza do teatro. Medi a importância de uma forma de expressão pelo teatro, mas pessoas que a vêem errado. Na comunicação, há dois tipos de veículos: os experimentais e os que transmitem. O experimental é dedicado à percepção do novo. É o que muda e o que sugere a consciência. A transmissão vai por muitos de pessoas, mas não dá informações novas. O teatro é visto por muitas pessoas, mas é capaz de mudar pouco. Fazem uma descoberta da vida social que dentro de 10 anos, transforme a sociedade inteira. A educação, que o Arena fez era regular. Acreditam que a dia mutação na população fosse assistida por muitas mãos, não é verdade. A dramaturgia popular e a que foi ideologicamente popular.

As lições e contribuições do Teatro Oficina e o teatro de idéias

De certa forma, o Teatro de Oficina aprofundou a experiência do Arena. Todo o teatro brasileiro aprendeu muito com a experiência do Oficina. O Arena abriu o caminho. Mostrou onde e que estava a matéria prima. O Oficina elaborou isso, acho, com um requente semi-presencial na fratura do espetáculo brasileiro. O fato de ser teatro estrangeiro não tinha mais importância. A gente vivia uma situação espetacular, Oficina que a referência sobre a nossa realidade brasileira, quando eu assisti a "Pegadas Burguesas", acho que o que foi sentiu no conjunto um sentimento de outro respeito pela mesma atividade. Não havia separado entre "Pegadas Burguesas" e "Nemideologia", nem formal. Era um jogo e agudo. Cada particularidade era viva e a geral como que luminosa e experiência do público. Então, apesar de ter feito teatro de ideias, o que me fez do Oficina agora, é a impressão de uma extraordinária contribuição formal. O Oficina realizou uma história de teatro, com um requente e um talento semi-presencial, mas a história principal Oficina era mesmo isso. A forma como o pessoal do Oficina disse era muito mais rica do que o que eles tinham pra dizer. Na verdade, o Oficina criou o mais teatro do que realidade brasileira. Era de certa forma, o inverso do Arena.

A participação do povo como objetivo primeiro de um teatro popular.

O que interessa à dramaturgia popular é fazer e deflagrar o debate a respeito de questões da vida do povo. É tentar demonstrar as pessoas que influem, as próprias situações, que não há possibilidade de um projeto nacional legítimo sem a participação do povo. Muitas pessoas que pagam 50 centavos pra ver "Gota d'Água" ao sair de lá, vão cumprir um papel no processo de deflagração.

O Brasil caminha para o capitalismo. A intelectualidade fica perplexa.

Realmente aconteceu isso no Brasil. A partir de determinado momento, a sociedade brasileira foi ficando complexa a um ponto que a cultura, posta à margem, passou a ter mais capacidade de vivê-la. Esse seria o centro da crise cultural brasileira de hoje. Além do problema da censura. Mas aqui uma capacidade de compreender o país no grau de complexidade que se está vivendo não passou a acontecer e não adianta a gente implantar. O sinal para resolver é compreender que a situação ficou realmente mais complexa. Admito que foi falta de debate, que muitas condições desaproveitadas em que se produziu cultura. Mas, a parte de desmistificação do momento, a realidade ficou complexa, a passou-se a não compreender a mais. É o problema de censura foi o segundo plano. O primeiro plano passou a ser a nossa impotência. O debate, o desespero, a avacalhada, a minha gratidão. (...) E essa nova realidade pagou uma nova geração de dramaturgos. Não é um dramaturgo só, uma peça só, que se arrastou o que tá aí. A crítica política, a economia, a sociologia e a fase de disputa dentro os setores da atividade cultural estão para a reflexão, já começaram a refletir essa situação. O encontro na Casa Grande exigiu um apelo pelo debate. O paralelo não está resolvendo, o cada dia, esse estado de coisas. Então, o dramaturgo deve reavaliar isso? Tem que nascer uma geração de dramaturgos que começa a agitar essa sensibilidade a esse caso de água, que a intelectualidade estava semi-desaparecida. A presença de um dramaturgo substituíva que não tem uma pressão contra e que não tá censurando quem pensa.

108

Figura 45: Página da edição nº.6 mostrando exemplos de fios que funcionam como olhos na reportagem. A imagem também mostra a seção "O olho crítico de Maurício" em uma diagramação incomum, ocupando três colunas, antes do surgimento da coluna de Fausto Porto.

Direitos Humanos

continuam

mas não tem razão, a OAB para permanecer no organismo, lutando para que a coisa não fique como está.

Uma importância do debate gerado a partir da postura assumida por Sérgio Bernudes — um debate que, logo de início, se abriu, sob o olhar de quem defende o direito de ser ouvido e de cada um ci-

— "Direito do homem é também o de receber e transmitir informações e ideias por seus direitos e não mais penosa quanto mais intelectualizada for a vítima. Neste ponto, lembramos a saudosa cantora Maysa, que dizia: "Felicidade é privilégio dos burros." Para sua, de fato, tudo está bem, tudo está em seu lugar. Então, a Comissão de Direitos do Advogado Humano, é, no organismo jurídico do país, como o apêndice no corpo humano: não tem função aparente. Sua função seria a de fiscalizar o respeito do Executivo aos direitos individuais dos cidadãos, da mesma forma que o Tribunal de Contas fiscaliza o respeito aos dinheiros públicos. Só que o Tribunal de Contas é órgão do Legislativo, e por isso ele funciona. Ora, assim a maioria dos representantes da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos constituída por representantes do Executivo, somente por convocação deste último é que a Comissão se reúne e delibera. Nenhum governo vai convocar reunião para deliberar sobre acusações contra si próprio. E, mesmo se o fizer, não decidirá contra si próprio. A pura retirada do representante da OAB da Comissão é uma questão a ser cuidadosamente estudada e discutida, e nós ainda não fizemos esse estudo. A permanência da OAB, por outro lado, seria que sofrer modificações radicais, caso grande exacerbação da violação dos direitos humanos ocorra tanto no Brasil quanto em outros países. A defesa do Brasil para os outros países deixou aqueles de legislativos e judiciários mais fortes é que reles há um efetivo empenho na repressão e punição dessas violações. O Brasil somente demonstrará empenho semelhante no dia em que conferir à Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana a autonomia e a autoridade que ela hoje não tem."

mas cidadãos — qualquer tentativa de se apoiar e argumentos de alguns dos mais renomados advogados que vivem no Espírito Santo.

Ademir Mendes, ex-conselheiro do Estado e presidente eleito presidente da OAB do Espírito Santo, afirmou: "Contra a proposta de Sérgio no sentido de que a OAB não tem representação da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, porque se mais temesse que seja a atuação de quem não pode ser desprezada, um advogado não pode fugir à luta, e eu não fugirei. Sei que a OAB tem uma posição visível na Comissão, mas não tenho nenhuma opinião pessoal."

Ademir Bernudes, pai de Sérgio e antigo presidente da Seccional do Espírito Santo, é a voz que defende a posição assumida pelo filho. "Enquanto o governo não adotar medidas efetivas e insistentes de defesa dos direitos da pessoa humana, meu pensamento é de que o Conselho Fiscal da OAB deva ser a sede de participação da Comissão, em seu dever de fiscalizar — por outros meios se não alcançar — para que os direitos da pessoa humana sejam realmente respeitados — e isso, por sinal, é uma forma de evitar as consequências severas da própria presidente da República."

Respostivamente um dos mais antigos e incansáveis advogados militares no Vitória, Paulo Silveira, agora também membro do Conselho Federal da OAB, afirma que a única forma de evitar a defesa dos direitos do cidadão tem que partir, na prática, da própria política da OAB. "A missão da OAB é a de defender a ordem jurídica e a Constituição da República. É a de fazer a correta aplicação das leis e contribuir para o aperfeiçoamento das instituições jurídicas. O advogado é um defensor intransigente da lei. Isto não significa que com ela concorde sempre. Ao

"Direito do homem é também o de receber e transmitir informações e ideias por seus direitos e não mais penosa quanto mais intelectualizada for a vítima."

advogado, cumpre ao advogado lutar pelo aperfeiçoamento das leis. Participo juridical que parte de um membro nome do Conselho Federal da OAB tem a obrigação como aquela espousada pelo conselheiro Sérgio Bernudes, meu íntimo amigo. Quero que a OAB se retire da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana é o mesmo que inibir a ação representativa dos advo-

gados brasileiros a desrespeitar a lei que criou a Comissão e em cujo contrato é estabelecida a participação de um representante da classe dos advogados. Se o órgão padece de defeitos, entre os quais se podem destacar a sua pouca operatividade e o sigilo que envolve seus trabalhos, cumpre então à entidade máxima dos

advogados lutar para que tal comissão cumpra suas finalidades reais. Abandonar a comissão é atitude afoita, não apenas pela importância de que se reveste a presença do advogado naquele órgão, mas também — e o que é mais grave — porque esta saída representa uma intransigência da lei em vigor. Que autoridade tem o advogado de postular pelo cumprimento da lei — como única forma de restauração do Estado de Direito — quando ele próprio propugna pelo descompromisso de uma delas? Vale ainda lembrar que não me parece que através do ponto crucial das investidas contra os direitos humanos. É torpe reconhecer que há uma revolução daquelas agressões, tendo inclusive o presidente da República tomado uma posição definida contra atentados à liberdade in-

"A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos é, no organismo jurídico do país, como o apêndice no ser humano: não tem função aparente."

dividual que vianham ocorrendo no Estado de São Paulo. O assunto é, sem dúvida, de maior importância e requer, a meu ver, uma tomada de posição conciente da classe antes de qualquer tentativa que, no momento, se me afigura inconveniente e inoportuna."

Professor de Direito Constitucional na Universidade Federal do Espírito Santo e conselheiro da OAB, Ademar Martins julga que "a retirada da OAB da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana significaria o enfraquecimento ainda maior da deficiente trincheira em favor dos direitos humanos. A opinião do jovem, ardoroso e brilhante advogado capixaba merece respeito, embora eu não possa concordar com a mesma. Se as reuniões da Comissão não têm sido realizadas nos últimos anos é porque os membros daquele colegiado não se têm interessado. Pelo menos é isto que se depreende, já que a imprensa não sujeita à censura prévia não tem praticamente tocado

no assunto ultimamente. Ou por falta de pressão, ou por falta de assunto para a pauta, as reuniões não têm sido convocadas."

"A violação dos direitos humanos não ocorre apenas contra indivíduos acusados de crimes previstos na Lei de Segurança Nacional nem se resume nas tortu-

ras físicas do Conselho de OAB. O Direito do Homem é também, por exemplo, o de receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras. A privação desse direito é tanto mais penosa quanto mais intelectualizada for a vítima. Neste ponto, lembramos a saudosa cantora Maysa, que dizia: "Felicidade é privilégio dos burros." Para sua, de fato, tudo está bem, tudo está em seu lugar. Então, a Comissão de Direitos do Advogado Humano, é, no organismo jurídico do país, como o apêndice no corpo humano: não tem função aparente. Sua função seria a de fiscalizar o respeito do Executivo aos direitos individuais dos cidadãos, da mesma forma que o Tribunal de Contas fiscaliza o respeito aos dinheiros públicos. Só que o Tribunal de Contas é órgão do Legislativo, e por isso ele funciona. Ora, assim a maioria dos representantes da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos constituída por representantes do Executivo, somente por convocação deste último é que a Comissão se reúne e delibera. Nenhum governo vai convocar reunião para deliberar sobre acusações contra si próprio. E, mesmo se o fizer, não decidirá contra si próprio. A pura retirada do representante da OAB da Comissão é uma questão a ser cuidadosamente estudada e discutida, e nós ainda não fizemos esse estudo. A permanência da OAB, por outro lado, seria que sofrer modificações radicais, caso grande exacerbação da violação dos direitos humanos ocorra tanto no Brasil quanto em outros países. A defesa do Brasil para os outros países deixou aqueles de legislativos e judiciários mais fortes é que reles há um efetivo empenho na repressão e punição dessas violações. O Brasil somente demonstrará empenho semelhante no dia em que conferir à Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana a autonomia e a autoridade que ela hoje não tem."

Sizenando Pechincha Filho, também conselheiro da Ordem, considera absurda a própria necessidade da existência de uma comissão cuja finalidade é defender as violações da Constituição. Se a existência dessa comissão lhe parece absurda, mais espantoso ainda parece ser que tenha sido criada para não funcionar, diz Pechincha. "Diante das arbitrariedades que se vêm processando contra a Comissão, me parece que a melhor posição é adotar é a de não sair sozinho, mas esperar ser resbado. A criação de um organismo como a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana caracteriza o totalitarismo político, o que eu não acredito porque, como democrata, não acredito em organizações como "democracia gradual" ou "democracia forte". Para mim só existe Democracia e, como advogado que respeita sua profissão, espero que seja restaurado o Estado de Direito, dentro de um Estado de Direito, onde sejam respeitados os direitos de cada cidadão e onde vigore o "habeas corpus" mesmo para os inimigos do regime. A situação de pressão por que passa a Comissão dos Direitos Humanos está intimamente ligada à própria situação da imprensa no país: muita coisa não chega ao ministro porque a imprensa não tem condições de divulgar e a filtragem de notícias pela própria imprensa provoca o desconhecimento de muitas arbitrariedades por parte da cúpula governamental. No que se refere à proposta de Sérgio Bernudes, eu crmo que se deve lutar para fazer que a Comissão funcione, pois, na situação em que vive o Brasil hoje, me parece indispensável lutar para alcançar uma autonomia maior, que se traduza no exercício da Advocacia Plena e na restauração do Estado de Direito."

PROFISSIONAIS	
JOÃO MADUREIRA Psiquiatra, Psicoterapeuta, Diretor Clínico Praça Jerônimo Monteiro 81 Colônia do Taperumbá - E.S.	
GETULIO OBERMULLER ODONTÓLOGISTA Av. Joaquim Moreira 490 - Vila Viçosa	
MAX DE FREITAS MAURO CLÍNICA MÉDICA Consultório particular R. Lucas Góes, 14 Tr. 1020 - Vila Veloz	
DENTISTAS	
LAURA M. S. COUTINHO CIRURGIA DENTISTA Tr. 7 de 11:30 e de 17:30 às 18:30 hrs Av. Francisco Moreira 430 Tr. 100 - Vila - 1309 - Vitória	
FAUSTO TANCREDO ODONTOPEDIATRIA das 11:30 às 18:00 hrs 1.017 - Rua Oscar N. 1800 13.24.001 - Vitória	
LENTA MARIJO Rua de Afonso de Albuquerque, 22 1.1. Sertão - 1504 Vitória - ES	
AMARÉU SANTOS FILHO CIRURGIA DENTISTA que atua a partir de 19 hrs Edif. Ruralbank - 1904 - Vitória - ES	
DORA LÚCIA FRASSON CIRURGIA DENTISTA Av. Fátima Isabel 59 - al. 308 Vitória	
SERVIÇOS	
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DR. J. H. MACHADO Exames em geral, hematologia por computador, eletrocardiograma Av. Jones dos Santos Neves Barra de São Francisco	
INSTITUTO DE ELECTROLYSIS Especialidade de fisioterapia de pele Edif. "A Guerra" n. 649 Tr. 1041 - Vitória - E.S.	
ANTÔNIO CALDAS BRITO Planejamento e pesquisas econômicas R. Cial. Odeon 127 - Edif. A GAZETA n. 908 - tel. 30285 - Vitória	

Figura 46: Página da edição nº.8 mostrando outro exemplo de utilização de fios organizando a seção "Profissionais" e de box para delimitação de olhos na reportagem.

UM CAPIXABA ILUSTRE



entrevista com joel barcelos

Natural de Muquicaba, no Espírito Santo, Joel Barcelos é, sem dúvida alguma, um dos mais importantes atores brasileiros. Durante os últimos dez anos ele lutou de todas as formas, nadou contra a corrente, para se firmar como profissional respeitado. É digno. No ano passado, quando sua equipe veio rodar um filme em terras capixabas, Joel dirigiu-se à Fundação Cultural

manifestar, provavelmente mesclados com o "Maré João tem o nome prestado pelo Deane", e assim por diante.

o Paulo Thiago, para citar um, que já dirigiu as coisas que considero mais um excelente produtor.

Porto de Lisboa

economia

e para as multinacionais nada? Tudo!

Dia 13 de março, um domingo, a imprensa divulgou, em manchete de primeira página e com o devido glarúe, a classificação final do Concurso das Dez Mais na economia capixaba. Tratando com o sensacionalismo otimista que deve revestir esse tipo de notícia em tempos de vacas magras, o assunto é, no entanto, da maior importância. Não ano-

exemplificou como poderia ter sido supri- de a necessidade da Aracruz caso esta ti- vesse manifestado real interesse pela eco- nomia estadual. No momento Malhada Rio

para a receita estadual. Fartamente ben- ficiada por todo tipo de incentivo fi- scal, esta empresa está inteiramente en-

PESSOAL ESPECIALIZADO

ARACRUZ CELULOSE S. A. BRASIL

Esta Companhia está construída no Estado de Espírito Santo, numa instalação por produção a partir da massa de 1972 de 400.000 toneladas por ano de pasta papéira de celulidã.

Para a sua fabrica em Aracruz, pretende utilizar a colaboração de profissionais com suas experiências como indústrias e nas seguintes categorias:

- OPERADORES DE DEGRADAO CONTINUA
- OPERADORES DE BRANCOAMENTO
- OPERADORES DE CALIBRE DE RECUPERAÇÃO
- OPERADORES DE MAQUINA DE SECAÇÃO
- ELECTRICISTAS
- MEDANOS
- INSTRUMENTISTAS

A fabrica, com o centro de estudos habitacional, está localizada na parte norte de pra- a a cerca de 60 km da cidade de Vitória, capital do Estado.

Enviar curriculum vitae e companhia do interessado em São Paulo, SP, no n. 10072.

110



agora.

UMA REVISTA INDEPENDENTE

Figura 47.1 a 47.3: Exemplos de interação entre imagem e tipografia, ocasiões raras durante a história da publicação em que se processa de forma tímida.

Em relação ao semanário paulistano (Fig.48.1 e 48.2), surpreendentemente *Posição* apresentou uma forma muito mais despojada de disposição do conteúdo textual no diagrama da publicação, mas ainda assim muito formal. Nas palavras de Carlos Azevedo, *Movimento* "era composto com uma tipologia limitada, em preto e branco com apenas a liberdade de uma corzinha extra na capa". Repassando as imagens das páginas do paulistano, essa formalidade torna-se muito mais nítida através do aspecto bem mais modular, padronizado e sério que *Posição*. Alifas Andreato, que participou da redação do periódico, em entrevista a Carlos Azevedo assume que

o projeto gráfico partiu de uma ideia "conservadora". Isso já era uma imposição do próprio conteúdo. Sabíamos que a gente ia fazer um jornal de oposição em que o texto teria papel de destaque. A discussão era: 60% imagem e 40% texto ou vice-versa? prevaleceu 60% texto e 40% imagem (AZEVEDO coord., 2011, p.55)



Figura 48.1 e 48.2: Página 5 da edição nº.8 mostrando outro exemplo de utilização de fios organizando a seção "Profissionais" e de box para delimitação de olhos na reportagem.

Principalmente presentes sobre a forma de charge ou caricatura muitas ilustrações do *Posição* não são assinadas ou estão ilegíveis. A estética dessas ilustrações (Fig.49 a 63) não foge à regra de outros periódicos de mesma linha editorial, surpreendendo pelo modo funcional sem maior preocupação estética que afronta o modelo hegemônico de se fazer jornalismo e a própria ditadura. Em uma esfera mais ampla, Rozinaldo Miani, Doutor em História e professor da Universidade Estadual de Londrina, assina um artigo presente no livro *Recortes da mídia alternativa: histórias e memórias da comunicação no Brasil* (2009), em que afirma que

uma característica marcante do jornal *Movimento*, como consequência da imposição da censura prévia, foi a adoção da estética do feio como manifesto político. Como o projeto editorial e gráfico não conseguiu ser implantado por força dos excessivos vetos dos censores, a equipe passou a valorizar o programa político em detrimento do acabamento gráfico (MIANI, 2009, p.20-21).

Elifas em entrevista a Carlos Azevedo explica que na redação do *Movimento*, a equipe "tentou em algum momento fazer um novo projeto gráfico e não conseguiu [...] não tinha preocupação muito grande com esse problema de beleza do jornal, do acabamento gráfico [...] resistência era fazer o jornal chegar, toda semana, às bancas" (AZEVEDO coord., 2011, p.55-56). No caso do *Posição* essa "menor preocupação dispensada à diagramação" citada por Miani, como já foi abordado, não é uma realidade. Dentro das limitações da época, apesar do diagrama formal do *Posição*, há sim experimentações relacionadas ao alinhamento, editorias ilustradas e variedade tipográfica para títulos etc, mesmo assim a estética do feio é muito mais sensível nas ilustrações fazendo pensar que não havia uma ação tão direta da censura quanto no alternativo paulistano e sim, uma aproximação estética à linha editorial.

Em uma esfera maior, percebe-se que essa estética esquisita adotada para este gênero de publicação tornou-se um manifesto que surgiu das limitações impostas pelo Regime Militar desde 1964 e não da simples deliberação dos principais jornais alternativos da época. Sobre o jornal *Posição*, Kucinski diz que essa publicação capixaba representou "também uma tentativa de criar um espaço de trabalho em cidades muito próximas ao eixo Rio-São Paulo, invadidas pelos jornais enviados das grandes cidades" (KUCINSKI, 1991, p.62). Essa declaração de Kucinski reforça a ideia de que a herança da "estética do feio" pode ter ocorrido a partir da preocupação do *Posição* em assemelhar-se aos cariocas e paulistanos de mesma linha editorial que constituíam referência na época, já que a censura prévia não era uma realidade local como explica Jô Amado (RESENDE, 2005, p.25).

Em relação ao teor irônico das charges e caricaturas dos principais jornais alternativos, Kucinski (1991, p.13-14) declara que o fato de o golpe militar ter nascido "com um ridículo mal congênito do qual nunca se livrou" (ao referir-se sobre a plataforma especulativa sobre qual o golpe militar se apoiou em contraste com o terror das ditaduras do cone sul latino-americano), agiu diretamente sobre esse novo perfil de ilustração.

O grotesco dos primeiros dias de golpe militar desencadeou nos humoristas cariocas uma fúria criativa que não encontrava espaço suficiente [...] Como o jogo de uma equipe esportiva, acompanhada e aplaudida pela grande plateia que compartilhava cada momento de sua criação, o humor impresso brasileiro dos anos 70 tornou-se um ato coletivo, político e militante.⁴³

Kucinski declara que o cenário ditatorial na década de 1970 ofereceu um vasto horizonte de matéria prima para diversos ilustradores que logo, afastaram-se da caricatura e aproximaram-se das charges através de "tipos e situações genéricas que o público podia identificar facilmente, generais sobrecarregados de medalhas, agentes truculentos da polícia, os coronéis neurotizados pelo anti-comunismo dirigindo Inquéritos Policiais Militares, que inspiravam mais riso do que temor" (KUCINSKI, 1991, p.14).

As figuras públicas estão sujeitas a uma crítica mais intensa da mídia e do público de um modo geral e desde que as diversas formas de governo foram constituídas, os políticos e governantes tornaram-

43. ABREU, J. O humor ácido de Johil Camdeab. Disponível em: <<http://migre.me/d1u5F>>. Acesso em: 27 de janeiro de 2013 às 19h. Link encurtado para rápido acesso.

se fontes inesgotáveis de inspiração de humoristas e comicos de um modo geral, institucionalizando o humor como ferramenta válida de crítica social, protegido pela liberdade de expressão e manifestação do pensamento.⁴⁴

Destacam-se nessa primeira fase do jornal *Posição*, os nomes dos artistas Milson Henriques⁴⁵, Fernando⁴⁶ e Dino⁴⁷ que, com qualidade técnica apurada traduziram visualmente as tensões políticas da época, reivindicações da sociedade de forma multifacetada.

O humor é o único caminho e a forma mais direta de atingir pessoas que não estão dispostas a uma reflexão mais séria sobre as atitudes que tomam ou são obrigadas a tomar para mascarar situações, manipular, enganar e até mesmo tentar justificar o injustificável, expondo-se ao ridículo das declarações que somente elas consideram plausíveis e convincentes.⁴⁸



Figura 49: Ilustração de Ronaldo Pimentel na edição nº.1.



Figura 50: Ilustração de autoria desconhecida extraída da edição nº.4.

44. Idem 42. 45. Milson Henriques foi poeta, ator, diretor de teatro, cartunista, ilustrador, escritor, jornalista, roteirista, cronista e radialista. Chegou em Vitória aos 26 anos de idade em 1964 egresso do norte do Rio de Janeiro desde que fugiu da casa de sua avó aos 14 anos. Um de seus trabalhos mais reconhecidos é a criação do personagem de tirinhas capixabas: *Marly*, a solteirona de *Hello Cruzodete*. Disponível em: <<http://migre.me/cZVNZ>>. Acesso em 27-01-2013 às 23h. Link encurtado para fácil acesso. 46. Não foi possível atribuir nenhuma informação adicional a Fernando porque não há dados suficientes sobre o nome do artista. 47. Dino Gracio nasceu na Bahia em 1950 e atuou profissionalmente em diversos estados como Brasília, São Paulo, Recife, na função de publicitário dado o seu envolvimento com artes e redação. Dino tem uma ampla produção como cartunista e são muitas as suas charges publicadas através do jornal *Posição* enquanto morou na capital espírito-santense entre 1976 e 1982. Desde 1983 estabeleceu residência fixa em Vitória. Disponível em: <<http://migre.me/cZVM9>> Acesso em 27-01-2013 às 3h. Link encurtado para fácil acesso. 48. Idem 42.

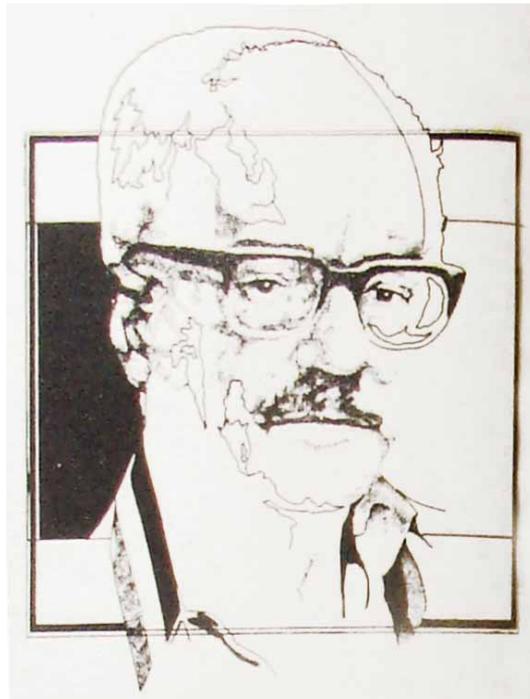


Figura 51: Ilustração de autoria desconhecida extraída da edição nº.4.



114

Figura 52: Tirinha com assinatura ilegível extraída da edição nº.4.



Figura 53: Ilustração de autoria desconhecida extraída da edição nº.12.



Figura 54: Ilustração de Fernando extraída da edição nº.12.



Figura 55: Ilustração de autoria desconhecida do deputado Oswaldo Zanello presente na capa e em uma das páginas da edição nº.15.

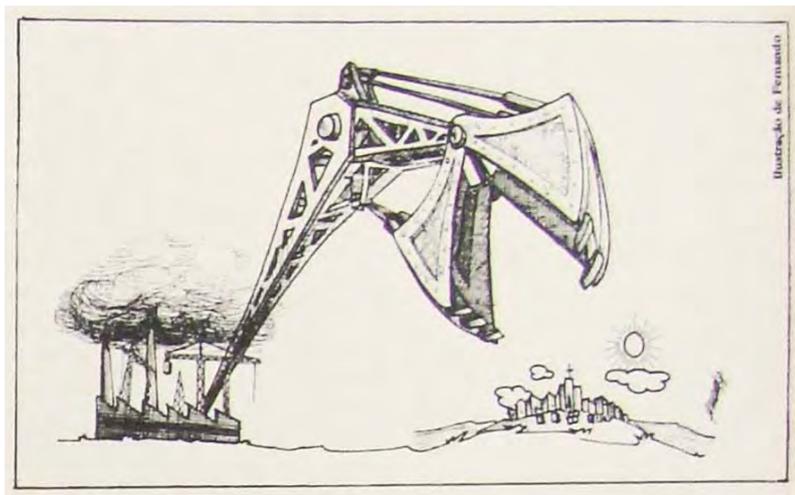


Figura 56: Ilustração de Fernando extraída da edição nº.15.

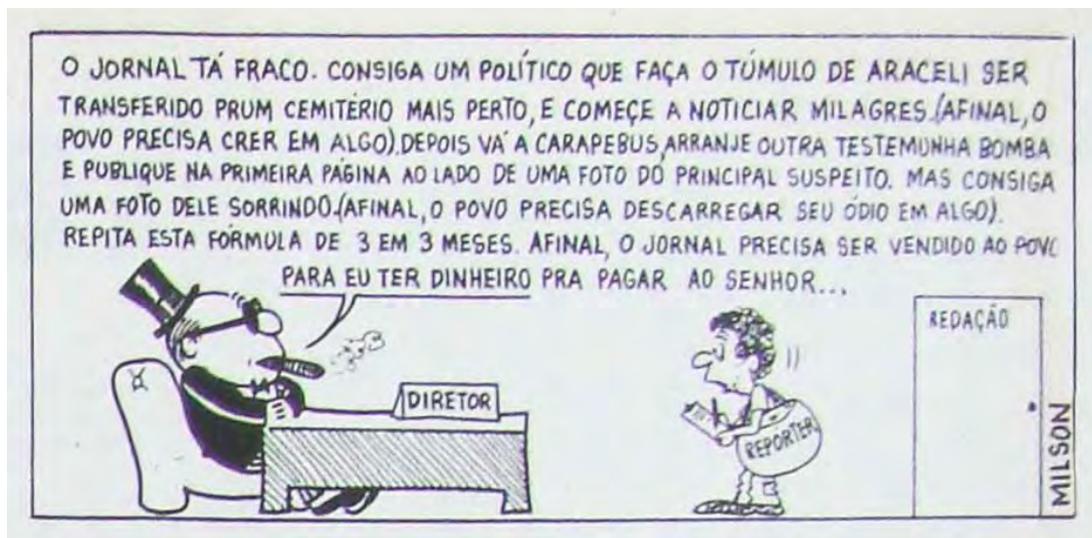


Figura 57: Tirinha de Milson henriques na edição nº.20 ironizando o funcionamento da grande mídia.

116



Figura 58: Ilustração de José Guilherme da edição nº.31.



Figura 59: Caricatura do governador Elcio Álvares na edição nº.32 de autoria desconhecida.



Figura 60: Ilustração da edição nº.34 de assinatura ilegível criticando o sistema público de saúde.



Figura 61: Ilustração de Milson Henriques na edição nº.35.



Figura 62: Ilustração da capa da edição nº.37 de autoria desconhecida sobre "cabides" de emprego no setor público.



Figura 63: Ilustração de Milson Henriques na edição nº.42 criticando a administração pública estadual.

A partir da edição nº.7 os exemplares passam a ser impressos na Artgraf LTDA que ficava na Av. Marechal Campos, 380, Vitória-ES. A seção "Olhar crítico de Maurício" dá lugar à seção "O livro visto por B. Lyra" que estava sob responsabilidade da professora Bernadette Lyra. Sobre essa seção, o aspecto gráfico é praticamente o mesmo: em corpo menor a tipografia para subtítulos da seção permanece, a tipografia do corpo de texto se mantém inalterada, os títulos das publicações permanecem delimitados por fios e um box cerca todo conteúdo da seção porém, a vinheta que traz o título da coluna modifica-se. Inicialmente (Fig.64.1) a nova seção tem um pequeno texto introdutório de inauguração da seção, mas logo o conteúdo cresce chegando a ocupar duas colunas (Fig 64.2). A disposição da seção em duas colunas é inaugurada a partir da edição nº.13, torna-se a disposição mais comum e conseqüentemente, comprime a coluna de Fausto Porto que passa a ocupar apenas duas colunas também.

O LIVRO visto por **B. LYRA**

A partir deste número, a seção de livros de Poção tem novo titular: Bernadette Lyra, professora de Literatura de Universidade Federal do Espírito Santo. Colaboradora de imprensa independente de outros estados, Bernadette tem vários contos premiados, inclusive no concurso promovido pela Fundação Cultural do Estado do Paraná. O próximo número da revista Poção publicará um conto de sua autoria e brevemente a Editora Duro Fino, de Belo Horizonte, lançará seu livro As Contas no Canto — menção honrosa no Concurso Fernando Chitriglia, a nível nacional. Como professora da Ufes, Bernadette Lyra desenvolveu, em Nova Veneza, um trabalho inédito, que foi a utilização de contos e poemas publicados em diversos órgãos de imprensa alternativa de todo o País.

PRIMEIROS DEGRAUS

Renato Chagas — Os Degraus da Agonia romance, 112 páginas. Editora Duro Fino, Belo Horizonte. Cr\$40,00

A Editora Duro Fino (antiga Vila) se propõe a lançar escritores inéditos, na esperança de formar um grande nome nacional arrancado de entre escritores que ainda não tiveram sua oportunidade ou que não conseguiram vencer a barreira de certas panelinhas literárias existentes nos grandes centros editoriais do país. Nesta linha, traz à público o livro de um jovem escritor paranaense, nascido em Santo Antônio da Platina, Renato Chagas, que lhe conta a seu crédito o fato de possuir um conto selecionado pelo experientismo pessoal da revista Escrita. E agora sai com seu primeiro romance: "Os Degraus da Agonia".

O livro conta a história de uma amizade entre dois rapazes que um dia se reencontram e juntos tentam vencer os problemas. Daí resulta a tensão que mantém o leitor preso ao fio. Tudo se desenrola em uma cidadezinha do interior, e percebe-se claramente que o romancista pinta aspectos de sua própria experiência. Os tipos são, contudo, bem delineados: Guido, Tibó, tio Samuel, seu Gabriel, Julia e um personagem que só aparece através do pensamento de sua mulher (essa é a maior sofisticação técnica que o autor se permite), um mistério de nome João Davi. A linguagem é o forte do livro. Os diálogos são rápidos e bem colocados. O bom é que o autor, embora buscando a fidelidade à fala do povo, não perde a elegância do consciente. Persegue a linguagem sem inovações arrojadas, sem labirínticas voltas: tudo é direto e claro.

A linguagem acompanha a linearidade da história, à qual os sucessivos "takes" de pensamento da segunda figura feminina não chegam a perturbar nem criar o suspense que o autor persegue. Aláís, é um livro masculino, os dois jovens amigos absorvem até mesmo a paisagem do lugar que já vem pré-figurada na capa (boniteza e assíria por Messias). As figuras femininas não têm vez: são estereotipadas e comuns. Esse é um dos pontos fracos do livro, que apesar dos pequenos defeitos, bastante compreensíveis em um principiante, guarda um certo "charme" que agrada ao leitor. E como Renato Chagas em certos momentos de sua escritura se revela um principiante maduro e bem equilibrado, é de se esperar que essas eventuais falhas venham a ser facilmente ultrapassadas por ele. (Bernadette Lyra).

O LIVRO

CARTAS LIBERTAS

CARTAS DA PRISÃO. Carlos Alberto Libanio Christo. Editora Civilização Brasileira, 232 pag., Cr\$ 80,00

Mais do que um simples documento histórico, as cartas da prisão de Frei Betto — padre dominicano condenado pela Justiça militar a quatro anos de reclusão — que em boa hora estão sendo lançadas pela Civilização Brasileira, associa-se a toda uma corrente movimentada ou atualizada na maioria dos países do nosso continente. Tornam-se de suma importância esse seu depoimento de prisão, relatando para seus amigos e familiares toda a solidão e podridão enfrentada pelo homem que, relegado a um plano secundário, quer seja pela opressão física, quer seja oprimido mentalmente, se encontra privado da liberdade pessoal.

Estas cartas representam um dos mais altos documentos de autenticidade humana e de beleza literária que jamais se escreveram no Brasil", diz Alceu de Amoroso Lima no prólogo. "Independente de todas as consequências inegociáveis, de ordem teológica, filosófica, moral e política, em sentido rigoroso, que essas cartas do cárcere contêm, quero logo destacar sua importância estritamente cultural". Em sua lucidez habitual, Alceu diz mais adiante que "é possível que (estas cartas) passem despercebidas".

Não podem e não devem passar.

Sugestões

A partir desta edição, Poção passará a divulgar regularmente os títulos de alguns dos livros de maior importância lançados no mercado nos últimos tempos. A seleção, difícil — por um problema de espaço — não pretende de forma alguma abarcar a totalidade das publicações que, em sua análise objetiva de realidade, acreditamos que nos digam respeito. Pretendemos apenas, numa modesta contribuição, servir de instrumento para a divulgação de uma leitura honesta, cuidadosa e em um único fio.

EM CÂMARA LENTA, de Renato Tapajós — Editora Alfa-Omega, 176 páginas, Cr\$ 60,00

Um romance que é uma crítica lou

ainda uma auto-crítica) a serviço da compreensão de uma realidade muito próxima do nosso tempo. É, segundo o autor, uma reflexão emocionada sobre uma tentativa política desesperada e extrema em nosso país: um romance a respeito da ingênua generosidade daqueles que jogaram tudo, inclusive a vida, na tentativa de mudar o mundo.

OS MILITARES NO PODER, de Carlos Castello Branco — Editora Nova Fronteira, 680 páginas, Cr\$130,00

Prossegue neste volume a narrativa jornalística dos fatos que precederam e sucederam o movimento de março de 1964, iniciada em "A agonia do poder civil" e "A queda de João Goulart". Agora, sob um título geral que abrangera período de duração imprevisível — "Os militares no poder" — dá-se a versão contemporânea do governo do marechal Castello Branco.

A PRISÃO — histórias dos homens que vivem no maior presídio do mundo, de Percival de Souza — Editora Alfa-Omega, 128 páginas, Cr\$40,00

O mais importante repórter policial brasileiro conta alguns fatos da vida dos 6.300 presos da Casa de Detenção de São Paulo. Seus personagens são assassinos, ladrões, traficantes de entorpecentes, mas que, antes de tudo, são homens. E como tal são tratados neste livro que mostra a realidade das prisões, de forma precisa e poética.

O SÉCULO DAS LUZES, de Alejo Carpentier — Editorial Labor do Brasil, bolso, 365 páginas, Cr\$60,00

Alejo Carpentier, um dos mais brilhantes escritores latino-americanos, romancela a história de um personagem real, Victor Hugues, comerciante antilhano que no século passado implantou em Guadalupe as idéias libertárias de 1789 e a guilhotina. Empolgado pelo episódio, mas consciente de que na América Latina não houve revolução francesa — a velha ordem continuou e continua até hoje — ironiza-o num texto que, sem negar a validade do idealismo, é cruelmente desmistificador.

Figura 64.1 e 64.2: Diferentes aspectos da seção "O livro visto por Bernadette Lyra".

A edição nº.8, com tiragem de 3.000 exemplares, esgotou-se em 48 horas o que acarretou na impressão de mais 2.000 exemplares para cobrir aqueles comercializados no interior do estado. Por este motivo, os lucros permitiram que a edição seguinte fosse estruturada em 16 páginas, ocasião em que o governo de Élcio Álvares completava 2 anos

de mandato o que levou a redação a "publicar matéria ampla e crítica sobre esse período" (*Posição*, 24 de março de 1977, nº.9, p.2)

A partir da edição nº.9, Tina Amado passa a ocupar o cargo de editora gráfica no jornal até a edição nº.25 e Rogério Medeiros deixa o cargo de diretor da redação para assumir com dedicação exclusiva uma função dentro do jornal *Estado de São Paulo*. Rogério era correspondente do jornal *Estado de São Paulo* e logo a pressão aumentou para que não trabalhasse em outra redação. Contrariado, Rogério publica uma carta de despedida no editorial da 9ª edição e muda-se para a capital paulista. Com ele, sai da direção também o jornalista Pedro Maia. "Rogério, segundo seu próprio relato, continuou participando da equipe do jornal, se responsabilizando, sobretudo, pelas matérias políticas, principalmente as de denúncia contra a elite local, um dos focos da publicação" (RESENDE, 2005, p.19). A direção do jornal é assumida no número seguinte por Luiz Rogério Fabrino. Graficamente essas mudanças não são refletidas nas páginas do impresso permanecendo o mesmo aspecto projetual e estético que o jornal já tinha.

Ainda sobre a página que contém a coluna de Fausto Porto e a seção "O Livro por B. Lyra", é importante ressaltar que no decorrer dos meses seguintes, começam a aparecer seções híbridas na metade inferior da página. Essas seções trazem conteúdos variados sem muita identidade gráfica como é o caso da seção "Cartas" e "Sindicato".

O jornal nem sempre atravessou os caminhos mais fáceis para manter-se de pé. Na edição nº.13, o jornal torna pública sua indignação pela prisão de um jornalista correspondente de Afonso Cláudio acenada com solidariedade pela Associação de Jornalistas Profissionais do Espírito Santo. O delegado daquela região decretou sua prisão por exercer a função de fotógrafo atuando para cobrir uma denúncia que seria veiculada no jornal relacionada a uma manobra política do prefeito de Afonso Cláudio em transformar um hospital em quartel. Na capa (Fig.65), uma charge de Milson Henriques usa alegoricamente a imagem a escultura "O Pensador" de Auguste Rodin e a frase "Penso, logo existo" do filósofo René Descartes para criticar a privação da liberdade de imprensa que o episódio tornou explícita. Na ilustração uma faca atravessa o crânio da escultura que, após atingida pelo instrumento cortante, parece desabafar por pensamento concluindo assim: "só dói quando eu penso...". A ironia está justamente na ligação entre o episódio em Afonso Cláudio e a constatação de que nenhum pensador está autorizado a viver sem ser retalhado.

Esse tipo de atuação repressiva foi sentida com maior impacto na edição seguinte quando a edição nº.14 foi apreendida antes de ir para composição, constituindo um fato marcante dessa primeira fase. Na opinião de Lino Resende a apreensão foi feita especialmente pela

consolidação de *Posição* como um jornal politicamente importante, já que refletia no Espírito Santo o que poderíamos chamar de realidade em um pequeno pedaço de um grande espelho, serviu como suporte para a desconstrução do discurso oficial, federal e estadual (RESENDE, 2005, p.19).

Para o jornalista Walter Araújo, a apreensão da edição nº.14, não representou um caso de censura prévia e sim de uma ação maior da polícia através da qual, deter estudantes que estavam indo para um encontro em Minas Gerais estava englobada. De toda forma, o confisco dos originais da edição representou um grande prejuízo para o jornal e em consequência disso, o jornal lançou uma edição posterior com apenas 2 páginas em que há o relato sobre o confisco e duras críticas ao sistema (RESENDE, 2005, p.19). A capa da edição (Fig.66) é marcante por ser a única em que há abundante espaço de grafismo

posição 13

Vitória, 28 de maio de 1977 UM JORNAL QUE DEPENDE DO LEITOR Cr\$ 5,00



Figura 65: Capa da edição nº.13 com ilustração de Milson Henriques.

EDIÇÃO EXTRA

posição 14

Vitória, 10 de junho de 1977 UM JORNAL QUE DEPENDE DO LEITOR Cr\$0,50 50 CENTAVOS

7 DE JUNHO: DIA INTERNACIONAL DA LIBERDADE DE IMPRENSA

O MATERIAL PARA ESTA EDIÇÃO FOI ILEGALMENTE APREENDIDO PELA POLÍCIA MINEIRA

AOS EXMOS. SRS.
CHEFE DA CASA CIVIL DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA
MINISTRO DA JUSTICA
GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA

*CUMPRE-NOS COMUNICAR VOSSENCIA ILEGAL APREENSAO POLICIA MINEIRA
ORIGINALS PARA COMPOSIÇÃO Nº14 JORNAL POSIÇÃO VG PERIODICO
QUINZENAL EDITADO ESPIRITO SANTO E COMPOSTO BELO HORIZONTE PT
VIOLENCIA CONTRA LIBERDADE DE IMPRENSA FOI PERPETRADA DIA 4
CORRENTE CHEGADA PORTADOR AQUELA CIDADE MINEIRA VG VESPERAS DIA
INTERNACIONAL LIBERDADE DE IMPRENSA A COMEMORAR-SE DIA SETE PT
CONTAMOS ESPECIAL INTERFERENCIA VOSSENCIA RESTABELECIMENTO
GARANTIA CONSTITUCIONAL LIVRE EXPRESSAO PT NAO LIBERCAÇÃO
IMEDIATA REPERIDOS ORIGINALS IMPORTARAH DESATUALIZAÇÃO MATERIAS
APREENDIDAS COM GRAVES PREJUIZOS NOSSO JORNAL E CANCELAMENTO
EDIÇÃO PORÇARAH DESCUMPRIMENTO OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS PT
RESPEITOSAS SAUDAÇÕES ASS. DIRETOR RESPONSÁVEL

NA PRÓXIMA SEMANA
ESTAREMOS NAS BANCAS
COM NOSSA EDIÇÃO NORMAL

Figura 66: Capa da edição nº.14 de apenas 2 páginas. Na capa chama atenção o peso da tipografia, área em grafismo no fundo e a interferência da faixa diagonal de Edição Extra no cabeçalho.

na cor preta tomando praticamente todo o fundo da página. As letras das manchetes também são marcantes pelo tamanho expressivo do corpo da tipografia. A frase "7 de junho: dia internacional da liberdade de imprensa" destaca-se na capa por ser a única parte do jornal em grafismo convencional. Logo abaixo, em corpo muito maior e em contragrafismo, a frase "O material para esta edição foi ilegalmente apreendido pela polícia mineira" parece sufocar a frase anterior por seu tamanho e por alojar-se em um fundo negro que logo remete o leitor ao luto e ao silêncio. No editorial da revista, a redação do jornal *Posição*, pronunciou-se:

A prática de atos agressivos, ilícitos ou de puro banditismo pelos "agentes da lei e da ordem" obedece, acreditamos, a noções clássicas de arbitrariedade policial. Basicamente, intimidar e confundir o agredido, mesmo que este se encontre em pleno uso de suas atribuições legais (*Posição*, 10 de julho de 1977, nº.14, p.2).

Jô Amado em entrevista a Lino Resende (2005, p.25) afirma que o jornal nunca foi censurado e que "o que ocorria com certa assiduidade eram as 'visitas' à Divisão de Censura da Polícia Federal, chefiada por um coronel, o "Dr. Minas Brasil". Segundo seu relato, geralmente era ele mesmo quem ia lá para ser arguido sobre matérias, previamente marcadas com *pilot*, e discutiam "a ação nefasta de elementos subversivos e comunistas no jornal *Posição*". Alguns políticos que eram alvos de críticas no jornal, por vezes mandavam comprar as edições na tentativa de impedir que circulasse em alguns municípios e em outras oportunidades, usavam o poder para confiscá-las. Constituindo as vendas em bancas e pelo interior do estado a menor parcela da circulação do periódico, tais intervenções não chegaram a afetar significativamente a circulação do periódico. Essa publicação capixaba, por não se sujeitar facilmente às regras que se sujeitava a grande mídia, gozou do benefício de veicular com liberdade conteúdos de teor crítico e irônico (RESENDE, 2005, p.25-26).

O fato de nenhum dos jornalistas de *Posição* ter sido processado, nenhuma de suas edições ter sido diretamente censurada e o conteúdo ostentar críticas duras ao regime militar, não representa que as autoridades eram amenas em relação a essa publicação alternativa. Além das visitas à DCPF, chegou ao conhecimento de seus integrantes ao final da circulação do periódico em 1979, que havia alguém infiltrado na redação para manter as autoridades informadas sobre o que seria divulgado nas páginas do jornal. A suspeita existia porque havia vazamento de notícias antes de suas publicações mas isso nunca chegou a ser provado até a confissão do próprio agente da P2 (seção secreta da Polícia Militar do Espírito Santo), Luis Cláudio, também jornalista da redação, sobre seu envolvimento. O jornal sabia que havia alguém infiltrado, mas não conseguiu identificar o agente. Na época Luis Cláudio era o responsável por levar os originais para composição em Minas Gerais e Tadeu César afirma que Luis Cláudio esteve sob suspeita, porém nada conseguiu-se provar contra ele (RESENDE, 2005, p.26-27).

A partir da 15ª edição, Deusdedith Dias sai do conselho editorial e os novos integrantes Fausto Porto, Victor Martins e Wilson M. Depes passam a atuar nessa função dentro da redação juntamente com os veteranos Mário Nunes, Robson Moreira, Rogério Medeiros e Ronaldo Reis. Apesar da apreensão da edição nº.14 em Minas Gerais, a composição das edições permanece sendo executada em Belo Horizonte, e a impressão em Vitória.

Na edição nº.16, a seção "O Livro" passa a ser conduzida por Victor Martins. Dois dos detalhes gráficos que vão mostrando-se gradativamente mais presentes nas edições são

o boxe com cantos arredondados (Fig.67.1), cercando algumas matérias e seções e fios que parecem interrompidos (Fig.67.2).

Dólares da dependência

O vice-presidente da Siderbrás, Wilkie Moreira Barboza, fez, no final de junho, uma tentativa de encerrar as controvérsias em torno da viabilidade econômica do projeto siderúrgico de Tubarão. A publicação semanal *Relatório Reservado* realizou um estudo do projeto, do qual extraímos alguns dados.

Como o café, por exemplo, o produto da siderurgia não tem preço fixado no mercado internacional, sendo fixado com base na remuneração pelo custo — ou seja, o produto será vendido praticamente a preço de custo dos três países — assegurando sempre uma compensação dos gastos mais uma margem de lucro para o empreendimento. Esse princípio adotado pela Siderbrás, Kawasaki e Finisider seria suficiente para cobrir todos os custos, incluindo amortização dos empréstimos e pagamento dos dividendos.

Já que, nos anos de parada para manutenção da usina (de seis em seis anos), a produção baixa e o preço do aço tende a subir muito (para compensar a perda no faturamento), alguns mecanismos foram ajustados visando a faturar excedentes capazes de cobrir essa diferença, evitando a alta no preço. Basicamente, trata-se de reter total ou parcialmente os lucros nos sete primeiros anos de operação da usina e em alguns anos imediatamente anteriores àquela parada.

Toda a produção será vendida, diminuindo nos anos correspondentes às paradas para manutenção e início da operação. O preço real cairá progressivamente. O faturamento, após no início para assegurar a devolução dos empréstimos contraídos junto à Kawasaki e Finisider, irá se reduzindo progressivamente e o lucro, relativamente estável no início, nos anos 12 e 18 (nos correspondentes a novas paradas para manutenção) será zero. Os créditos, então, estarão todos pagos.

Como medida de proteção da usina será absorvida pelas demais siderúrgias da Siderbrás, pode-se argumentar que esta queda, a longo prazo, dos preços reais é favorável a todos os setores consumidores, sem exceção. É difícil, porém, conceber como esse quadro não afetará o poder de compra da própria Siderbrás a longo prazo, quando será colocada a questão de novos investimentos para atender às necessidades de renovação dos equipamentos e atualização tecnológica. Mas é fácil perceber que, a longo prazo, o poder de compra das exportações de Tubarão será deteriorado ao longo do tempo, as chances de aço de Tubarão sendo cada vez menos dólares para o país.

O que, talvez, não seja problema. Novos amigos japoneses, italianos, americanos, alemães, britânicos, terão sempre disponíveis créditos temporários em forma de equipamentos (para atender às necessidades nacionais de renovar sua dependência).

PRAIA DO SOL Golpe baixo

Em 1964, uma empresa vendeu cerca de cinco mil lotes de praia em Santa Catarina. O pagamento seria a longo prazo e a venda foi feita em parcelas. O Estado pediu licença para comprar os lotes para fazer um loteamento na praia original.

Em 1965, a empresa vendeu mais lotes e começou a construir a praia. O Estado pediu licença para comprar os lotes para fazer um loteamento na praia original.

Em 1966, a empresa vendeu mais lotes e começou a construir a praia. O Estado pediu licença para comprar os lotes para fazer um loteamento na praia original.

Figura 67.1 e 67.2: Elementos gráficos, boxes e fios, cada vez mais presentes nas páginas dos exemplares. Acima detalhes da edição nº.16.

Durante e venda de exemplares da edição nº.17 do jornal *Posição* em Afonso Cláudio, o governador Élcio Álvares ordenou a apreensão de 30 exemplares que estavam sendo vendidos na praça onde ocorria um evento político. Na edição nº.18, esse evento foi assinalado com uma página que contém um interessante composição modular (Fig.68) com repetições da imagem do governador numa pose que lembra a imagem de Hitler e foge totalmente ao padrão da publicação. Essa composição representa a única oportunidades em que há uma composição modular com fotografia e letra não representando necessariamente uma montagem porque não há interação entre ambas.

Figura 68: Em protesto à apreensão de 30 exemplares da edição nº.17, o jornal constrói uma composição na edição nº.18 com fotografia e tipografia estruturadas em módulos.

posicao 20

Vitória, 14 de dezembro de 1977

UM JORNAL QUE DEPENDE DO LEITOR

Cr\$ 5,00

ESCOLA DE LINHARES:

UMA QUESTÃO DE POTÊNCIA

p.4

POSSEIROS DE SANTA MARIA:

A QUESTÃO DE SEMPRE

p.7

ARACELI
Jornalismo em questão

p.3



p.8-9



QUE TAL FERRAÇO?

FERRAÇO, SECRETÁRIO

Questão de oportunismo

DE PRÁ EM NOVA VENÉCIA

UMA QUESTÃO DE CONTAS

p.16

EDIÇÃO COM 16 PÁGINAS!

BARRA DO RIACHO:

A SOBREVIVÊNCIA EM QUESTÃO

p.6

EQUADOR

Questão de tempo



p.13

PÁTRIA GRANDE exclusivo

Figura 69: Capa da edição nº.20 exibindo uma composição modular e um tipo de interferência no cabeçalho anunciando a edição de 16 páginas.

A edição nº.20 foi lançada com 16 páginas, fruto de uma boa fase financeira resultante do aumento do número de anunciantes institucionais, sendo essa a de maior número juntamente com a edição nº.8. Sobre isso a própria redação explica que a edição nº.8 proporcionou a oportunidade do lançamento da edição nº.9 com 16 páginas, ocasião em que o governo de Élcio Álvares completava 2 anos de mandato, e "representou um esforço (dessa vez sem mais dinheiro) apenas para não deixar passar em claro o segundo aniversário de promessas do governo". Com rendimentos financeiros mais expressivos, a redação da revista compartilha com o leitor o desejo de profissionalizar a redação já que nenhum dos jornalistas recebia remuneração e isso seria "para o leitor, garantia de permanência, coisa impossível de garantir enquanto o jornal funcionar movido pela abnegação e determinação de poucos companheiros" (*Posição*, 14 de setembro de 1977, nº.20, p.2). Por outro lado essa atitude não transformaria o jornal em uma empresa como as redações de outros jornais porque não havia determinação em obter lucro. De fato havia motivo para comemoração, o jornal *Posição* tinha crescido e estabelecido respeito sendo veiculado também nos outros estados da região Sudeste.

Na capa da edição nº.20 (Fig.69) há um tipo de interferência gráfica no cabeçalho da capa e exemplificando ocasiões em que há uma unicidade entre as diversas manchetes separadas em áreas de grafismo e contragrafismo compõem uma capa modular através de um elemento verbal. Nesse caso o elemento verbal que costura todo o conteúdo é a palavra "questão".

Na edição nº.23, Mison Henriques é autor de uma das capas (Fig.70) mais interessantes do acervo que é também a primeira impressa em mais de uma cor. Na primeira fase, essa segunda cor é geralmente a cor vermelha e nessa ocasião a cor utilizada foi o ocre, que em tudo tem haver com a temática da capa. O tema abordado na edição do primeiro aniversário do jornal é a reforma agrária no estado e graficamente ela se apresenta ao leitor de forma melancólica já na capa da edição onde pode-se observar uma ilustração de uma família da zona rural caminhando. A mulher carrega uma criança no colo e o homem é seguido por uma menina: não se vê seus rostos porque estão de costas para o leitor como se iniciassem uma jornada por terras desérticas e inférteis em cujo horizonte não existe nada. Nos ombros, mãos e colo parecem carregar a pouca (porém única) coisa que têm, retratando uma cena de aparente abandono. Essa capa é um dos vários exemplos de forte militância do jornal, sempre preocupado em abordar questões delicadas relativas à distribuição de renda, justiça social e melhores condições civis.

No miolo, a edição tem 20 páginas, o rodapé da publicação trás a frase "Um ano de jornalismo resistente" em substituição ao nome do jornal (Fig.71) e, na página editorial constam todas as capas de edições já publicadas, emoldurando um texto que a redação assim escreve:

Há exatamente um ano - no dia 29 de outubro de 1976 - *Posição* circulava pela primeira vez no Estado do Espírito Santo. Na capa, assim como nas 22 edições que se seguiram, uma frase - "Um jornal que depende do leitor" - lembrava que a independência da informação e o exercício de informar democraticamente seriam determinados pela aceitação e pelo incentivo que os leitores de *Posição* lhe viessem a dar numa luta difícil: a de ser o único jornal independente (e, portanto, de oposição) no Estado. Sobrevivemos. e hoje, podemos dizer, somos mais fortes. A vitória foi coletiva. Mas, sobretudo, foi a vitória do leitor (Jornal *Posição*, 29 de outubro de 1977, nº.23, p.2)



EDIÇÃO DE ANIVERSÁRIO: 20 PÁGINAS!



Figura 70: Imagem da capa da edição nº.23 trazendo uma ilustração de Milson Henriques impressa em duas cores.

Figura 71: Detalhe do rodapé da edição nº.23 comemorando um ano de jornalismo.

Com a nova configuração da página de expediente, a seção "Recortes" muda para as páginas 6 e 7 ocupando a parte inferior de ambas páginas apenas nessa edição. Graficamente além do uso de capitulares e uma ou outra ilustração, as particularidades desse número param por aí. Entre esses elementos gráficos dessa edição, um que chama atenção e é bastante adequado à estética do feio é a ilustração da página 3 (Fig.72) sobre prostituição em Carapina especialmente através do aspecto sujo, traços expressivos e os desenhos fora de proporção.



Figura 72: Ilustração presente na edição nº.23 sobre a prostituição em Carapina cuja autoria é desconhecida.

A edição nº.25 foi composta na Art-Script - Composições LTDA - Rua Quintino Bocaiúva, 16 - Edifício Navemar - Salas 501-502 - Vitória, Espírito Santo, ainda por motivo desconhecido, mas logo na edição seguinte volta a ser composta em Juiz de Fora, no mesmo estabelecimento, porém com nome diferente: JADA Composição Eletrônica. Ocorrem mudanças no conselho editorial agora sob os cuidados de cinco nomes diferentes entre os quais apenas um é jornalista: A. José Lucas, José G. Real, Júlio Moreira, Maurício Corrêa e Tadeu César. As mudanças no conselho editorial pautam-se na intenção de abarcar "a participação efetiva e determinante de outros setores representativos da comunidade". É nessa ocasião em que surge o conselho de redação do jornal composto por Jô Amado, João Grillo, Luiz Cláudio, Miriam Cardoso e Robson Moreira na missão de "Assumir a responsabilidade pela execução das sugestões e indicação do novo conselho editorial" (Jornal Posição, nº.25, 3 de dezembro de 1977, p.2).

A edição nº.26 (Fig74.1 e 74.2) inaugura a presença de texto corrido em contragrafismo e isso se repete em diversas edições posteriores (como na edição nº.28 - Fig.74.3), originando por exemplo, composições de páginas inteiras com tipografia em contragrafismo (Fig.73). É impossível não notar essa curiosa característica que o diagrama da publicação adota em certos momentos. O fundo escuro faz saltar à vista o conteúdo textual concedendo-lhe destaque e direcionando-lhe a atenção do leitor. O preto nessas ocasiões passa assumir a mesma função que exerceu na capa da edição nº.14 em que transmite certo sentimento de luto e silêncio. A mancha gráfica em contragrafismo determina certa solidez ao conteúdo como um bloco firme relacionado a algum assunto sério e acaba por formular páginas interessantes.

Prudente de Moraes, neto (1904-1977)

A DEMOCRACIA ESTÁ DE LUTO

No dia 21 de dezembro morreu, no Rio de Janeiro, um dos homens mais notáveis dos últimos tempos: o presidente da Associação Brasileira de Imprensa.

Este ano os jornalistas tiveram um Natal triste. Este foi um Natal sem Prudente de Moraes, neto. Um Natal sem o presidente da Associação Brasileira de Imprensa. Um Natal sem o presidente Prudente, para os jornalistas que o conheciam como para os que não o conheciam pessoalmente, foi uma das raras figuras de primeira grandeza no mundo do jornalismo de hoje no Brasil. Fato estranho, difícil de compreender, se considerarmos que a entidade que Prudente presidia - a ABI - não é um órgão de classe, e sim uma sociedade representativa de patrões e empregados. Mais estranho ainda é que essa entidade tinha debaixo da presidência de Prudente de Moraes, neto, demonstrado uma vitalidade e uma combatividade que tanta falta fazem à esmagadora maioria dos órgãos de classe - os sindicatos - dos jornalistas.

O "período Prudente" da ABI foi inesquecível. Marcou uma época em que jornalistas e jornais se habituaram a apelar primeiro para o apoio e a solidariedade da ABI e, depois, quase que por obrigação meramente formal, reclamaram o apoio de seus órgãos de classe. A ABI, com Prudente de Moraes, fez o que os jornalistas esperavam que alguém fizesse: devolveu ao exercício da profissão de jornalista um pouco de dignidade e decência. Devolveu a esperança num jornalismo militante e independente. Foram inúmeras as vezes que Prudente saiu, de modo em punho, defendendo os direitos dos pequenos jornais independentes (como o fez com *Povo*, às vezes em duas ocasiões distintas). Prudente de Moraes, neto, era um homem de convicções liberais. Não tolerava o arbítrio, não compactuava com a injustiça. Denunciava sempre. Com voz firme e sem concessões. Com serenidade, mas sempre de maneira intragigante. É essa a imagem que nós, jornalistas, temos, hoje, de um dos maiores nomes do jornalismo brasileiro nesta segunda metade do século XX. Ele, acima de tudo mais, era o nosso presidente. De nós todos. Um homem que se entregou à nossa causa e morreu pela nossa causa.

Adoço, presidente. É obrigado, presidente.

Neto do primeiro presidente do Brasil e filho de um deputado, Prudente de Moraes, neto, eleito em setembro de 1975 para a Presidência da Associação Brasileira de Imprensa. Embora eleito apenas para cumprir oito meses de mandato da Liberdade O-



waldo de Miranda, que falecera, Prudente rapidamente ganhou as simpatias da grande maioria dos jornalistas militantes. Bacharel de Direito, escritor e jornalista profissional - escreveu, praticamente até sua morte para o *Estado de São Paulo*, assinando com o pseudônimo de Pedro Dantas - Prudente transmitia confiança e dignidade no que dizia, no que fazia.

Quando, em abril de 76, foi reeleito presidente da ABI, raras foram as exceções, na classe dos jornalistas, a não apoiá-lo. Numa época de perseguição a vários companheiros - especialmente por motivos políticos - Prudente tinha a habilidade e o prestígio suficientes para dialogar e ser ouvido pelas autoridades, tinha responsabilidade e consciência profissional para fazer entender os pontos de vista da classe, sem traçar esse compromisso tácito que sua eleição representava. Sua palavra era o gesto da classe.

Em seu discurso de posse de

setembro de 75, Prudente de Moraes dizia o seguinte: "A única idéia que nos anima é a da defesa da liberdade. A liberdade é o nosso clima, é o ar de que precisamos para viver. É o pressuposto do lícito exercício da nossa profissão e, por ele propagando, não só exercemos um direito inalienável como cumprimos um sagrado dever. Defendemos a liberdade em geral, e a liberdade de imprensa em particular. Proclamamos esses princípios, em tese, e sempre os temos defendido, nos casos concretos em que um deles se vê ameaçado ou violado.

É nosso dever e nosso compromisso com a classe e a Nação continuar a fazê-lo. Não por bravatas incôuas, mas por providências capazes de surtir efeito, preservando a liberdade pessoal e profissional, sem cuja efetividade o jornalista não é jornalista e a imprensa, como um todo, deixa de cumprir seu missão social. A ABI tem gloriosas tradi-

ções a honrar. O que vos prometo, ao assumir o cargo a que me elevou a vossa generosa confiança, é procurar, esforçadamente e com humildade pessoal, manter essas tradições por uma linha de ação condigna."

Dignidade, Prudente sempre teve. E defender os direitos dos jornalistas também é coisa que sempre fez enquanto se encontrava à frente da ABI. Uma das ocasiões em que se manifestou, foi em novembro de 75, logo após a morte de Vladimir Herzog. "Ati- nal," disse, "de certas tragédias precisamos extrair alguma coisa na defesa dos superiores interesses de liberdade de imprensa e da própria dignidade humana."

Em maio de 76, reeleito presidente, Prudente dizia: "Os governos não podem consentir que sejam desrespeitados os direitos humanos de qualquer pessoa. Essa violação se reveste de mais gravidade quando os ofendidos são os jornalistas, cuja missão de informar e de esclarecer a opinião pública é relevante para o conjunto da sociedade. E há uma fórmula eficaz de se garantir o respeito a esses direitos: a incomunicabilidade dos presos não pode estender-se ao seu advogado, que não é outra pessoa senão o próprio preso, seu *alter ego*, que pleiteia em seu nome a reparação das lesões. Basta que o advogado tenha acesso ao preso para cessar a violência, como tivemos exemplos em episódios recentes. Censura e incomunicabilidade, assim também a tortura, a violência."

Prudente de Moraes, neto, tinha o dom de falar toda a palavra necessária e apenas a palavra necessária, sem jamais dar margem a interpretações equivocais do que dizia. Quando um comitê de terroristas de extrema-direita explodiu uma bomba dentro da Associação Brasileira de Imprensa, o presidente disse, penosamente: "Não podemos fazer as declarações que eles esperam. Quem tem que dar resposta são as autoridades públicas, que existem para dar proteção à população."

Já em 77, quando uma estranha portaria do ministro de Justiça estabeleceu o direito à censura e apreensão de livros e publicações estrangeiras, Prudente disse: "Trata-se de uma volta aos tempos da Inquisição e do Brasil Colônia, quando era proibida a entrada no País de livros estrangeiros, que traziam as idéias e os ideais da Revolução Francesa. E isso não impediu nada, como a República, por exemplo."

Figura 73: Imagem extraída da edição nº.27, um exemplo especial de uso de texto em contragrafismo que toma praticamente toda a página.

passando fome

Sebastião Cezar da Silva mora num barraco em Flexal. Um barraco que só tem um cômodo. Um cômodo que serve como sala, cozinha e quarto. Ali ele vive com sua mulher, Sônia Maria Cândido, e com seu filho, que tem apenas oito meses de idade. Sebastião mora num barraco construído por ele mesmo, quando ainda tinha o direito de trabalhar.

Trabalhador ele continua até hoje. Mas não é reconhecido como tal. A última firma para a qual Sebastião trabalhou — Avelos Construtora e Comercial Ltda. — simplesmente tomou-lhe a carteira profissional. E por causa disso Sebastião está desde o mês de maio sem trabalhar. Ninguém lhe dá emprego, a não ser que ele chegue com a carteira profissional na frente. A história de Sebastião é igual a tantas outras histórias de trabalhadores e operários, cujo único crime é trabalhar com honestidade:

"Eu entrei lá na Avelpa em janeiro. Então eu levei minha carteira e eles assinou. Eu era servente, trabalhava carregando pedra e espalhando areia pra mode fazer o acabamento. Um dia eu fui carregar uma pedra e ela escorregou e caiu no cima de minha mão. Criou um tumor grande assim e eu pedi licença que era pra fazer o trata-

mento. Eles apanhou minha carteira pra mode botar um carimbo. E quando eu voltei da licença eles me mandou embora.

Isso foi em maio. Quando eu fui pedir minha carteira eles disse que não ia devolver. E começou a fazer enrolação. Aí eu fui no Ministério, falei com uma mulher lá e ela escreveu uma carta pra seu Alfredo, que é o dono da firma. Mas ele nem deu bola. Eu trabalhei lá uns quatro meses. Eu ganhava quatro contos por hora. Mas eles até hoje não me pagou nada. Nem meus direito. O único dinheiro que eles me deu foi 200 contos e mandou eu assinar uma folha lá, que eu nem sei o que é que tinha escrito nela. Assimé porque nós já não tinha dinheiro nem pra comer. Esse tempo todo e eu desempregado, sem poder arranjar emprego.

Meu filho começou a ficar doente. Começou a emagrecer. E eu sem dinheiro pra comprar leite pra ele. Aí uns vizinho nosso falou que precisava internar ele. Mas tinha que ter a carteira que era pra mode fazer o internamento. Aí eu e minha mulher botamo ele no colo e fomos a pé de Flexal até Vila Velha (algumas dezenas de

quilômetros), que é onde funciona a firma. Lá já acatou tirar outra carteira lá no Ministério, mas eles disse que não pode. Então quando a gente chegou lá no firma, seu Alfredo falou que esse negócio de carteira já morreu, que era pra nós não voltar lá mais porque sanho a gente le e dar mal e que nós podia procurar a lei onde nós quisermos.

Quando é agora a criança começou a passar muito mal e nós sem poder internar ela por causa da carteira que tá presa lá na firma. Mas eles têm muito dinheiro. Eles deve ter comprado a lei. Só pode."

Sebastião Cezar da Silva tem dificuldades ao falar. Ele nasceu com labioleporino (defeito nos lábios). Por isto sua dicção não é perfeita. Depois de muito andar ele e a mulher conseguiram que o filho fosse aceito como indigente no Hospital Infantil. Ele foi internado no dia 3 de dezembro, tendo o diagnóstico acusado distrofia pluri-riarrendal e gastroenterite com desidratação (fome). Foi internado como indigente porque Sebastião, como tantos outros, é um trabalhador que não tem direito sequer aos direitos que lhe são conferidos pela lei. E pela Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Figura 74.1: Detalhe de uma página da edição nº.26 mostrando o uso de texto diagramado em contragrafismo.

dos confins da Paraíba

A tentativa, por parte de elementos ligados ao governo estadual, de tomar as terras da Estação Biológica de Santa Lúcia — de propriedade do Museu Nacional e onde o professor Augusto Ruschi estuda e mantém um curso de pós-graduação para a Universidade Federal do Rio de Janeiro — foi, lamentavelmente, a notícia que mais projetou nacionalmente o Espírito Santo nos últimos meses.

As manifestações de solidariedade para com o professor Ruschi chegaram aos milhares, de todos os pontos do país, e continuam chegando, como se vê pela carta abaixo. Ninguém de bom senso quer ver uma plantação de palmito no lugar de uma mata virgem.

"Mestre Ruschi,

Sou um brasileiro da Paraíba. Usineiro de açúcar, porém sem nenhum orgulho disso. Tenho orgulho de ser seu compatriota. Tenho algumas terras e sou considerado, segundo os padrões convencionais, um latifundiário. Preservo, a duras penas, alguns milhares de hectares das últimas matas do Nordeste. Por incrível que pareça, romanticamente. Não permito — lançando mão, pela última vez, das minhas (justas? certamente injustas) prerrogativas de proprietário — que se arranque da mata um único cipó. Claro que é uma medida drástica. Se a tomo é porque imagino que ela seja didática.

Envio-lhe, por intermédio de meu amigo (que não conhecia pessoalmente) Nunes Pereira, a minha solidariedade mais decidida.

Penho à sua disposição as minhas últimas reservas patriarcais. Se as autoridades de seu admirável Estado não tiverem competência ou honestidade para compreender o seu esforço, penho a serviço do Brasil, por seu intermédio, tudo que estiver ao meu alcance: as terras, as matas, a boa vontade, o amor deste país, a beleza que você nos revelou, os pássaros que estão à sua espera para lhe beijar a mão, a decisão de resistir à estupidéz e o enternecimento que o senhor produziu nos homens que querem a sua terra com amor — claro, feito de doação, sem reclamação de reconhecimentos, num ato de puro e transparente ritual de devoção.

Seu admirador reconhecido,

Odilon Ribeiro Coutinho"

ÔTORIDADE!

Primeiro foi o governador: no dia 30 de julho do ano passado, numa atitude intempestiva, inconstitucional e delirante, determinou que 30 exemplares da edição de nº 17 de Posição — que estavam sendo vendidos na cidade de Afonso Claudio — fossem sumária e inexplicavelmente apreendidos por dois agentes fardados de sua polícia.

Agora — sinal dos tempos! — foi a vez de um condutor de trem. E ainda bateu o recorde do governador: autoritariamente, arrebatou nas mãos de um cidadão 32 exemplares de Posição nº 27. Mas é bom contar a história desde o início.

Ismael Louback, ferroviário e membro da chapa 4 — que tem Juarez Machado na cabeça e é uma das favoritas na eleição do sindicato — dirigia-se a Governador Valadares, em campanha eleitoral e, informado talvez por seus companheiros sobre a matéria anti-pelego que Posição anunciava na capa, encarregou-se de levar exatamente 32 exemplares do jornal para distribuição, vendá ou mesmo doação a outros ferroviários — ele tem o direito de fazer com os jornais o que bem entende. O azar de Ismael Louback é que (1) o jornal, no caso, era Posição, e não qualquer outro dos "queridos" dos homens; (2) o condutor do trem, Sebastião Nascimento — também conhecido por "Mão Pelada" —, é amigo do peito do pelego do sindicato, Heredito Lopes Patrício.

No que Ismael entrou na cabine, logo na saída de Vitória, um cidadão que estava num banco pediu-lhe para ver o jornal, mostrando-se interessado pela manchete da capa. Ismael ponderou com o homem que os jornais destinavam-se a Valadares, coisa e tal, o camarada insistiu e Ismael acabou cedendo e emprestando-lhe um exemplar. Desembestou, na hora, o "Mão Pelada" que, dedo em riste, ameaçou Ismael Louback, apreendendo, na mesma hora os jornais. (Será que o homem é da Polícia Federal e a turma não tá sabendo? Consta que a Polícia Federal é que se outorga esse direito de apreensão de jornais...) Ismael tentou o diálogo. Mas o "diálogo" do "Mãozinho" foi outro: sacou de uma estereográfica e, ali mesmo, mandou bala: "Comunico que o funcionário Ismael Louback, da Companhia Vale do Rio Doce, do CTC, teve apreendidos 32 exemplares de um jornal que comprometia o nome da companhia e se encontravam em seu poder." E despachou o telegrama para a chefia. Esta, naturalmente um pouco mais conhecedora das leis que ainda estão vigentes no país, nem tomou conhecimento da delação e da arbitrariedade estúpida.

Para Ismael Louback, porém, que não é catadrástico em Direito e, como 90 e tantos por cento dos brasileiros, desconhece seus direitos legais, a coisa ficou preta. "Fiquei apavorado, pois eu achava que se ele mandasse o telegrama para a chefia lá de cima os homens poderiam até me demitir" explicou, mais tarde. É claro que isso seria um absurdo, uma aberração, mas Ismael conhece o bastante da vida para acreditar em absurdos e aberrações.

Em resumo: Sebastião "Mão Pelada" Nascimento mandou os jornais para a chefia, juntamente com o telegrama delator e ficou por isso mesmo. Ficou por isso mesmo, para eles, porque para um jornal que enfrenta as dificuldades financeiras que Posição enfrenta, ter ainda que enfrentar um corpo para-policia da Vale do Rio Doce que age com o objetivo de intimidar os funcionários que ousam ler um jornal independente, as coisas não ficam por isso mesmo. O prejuízo é enorme. Mas isso são razões que os homens desconhecem. Chamam de acidentalidade.

Figura 74.2 e 74.3: Detalhes de páginas das edições nº.26 e nº.28 mostrando outros exemplos de texto em contragrafismo.

Chama atenção, ainda na edição nº.26, a estreia da seção *Fatos Populares*, que aparece "espremida" na página com um padrão formal improvisado de diagramação (Fig.75.1 e 75.2). O mais curioso em relação à essa seção é a forma como o título é escrito múltiplas vezes separados por glifos sem aparentemente ser agradável ao olhar ou apresentar-se dessa forma com algum propósito. Essa seção materializa o discurso verbalizado na edição nº.25 pela redação, ao afirmar que maior atenção seria dada a outros setores representativos da comunidade a partir da diversificação do conselho editorial.

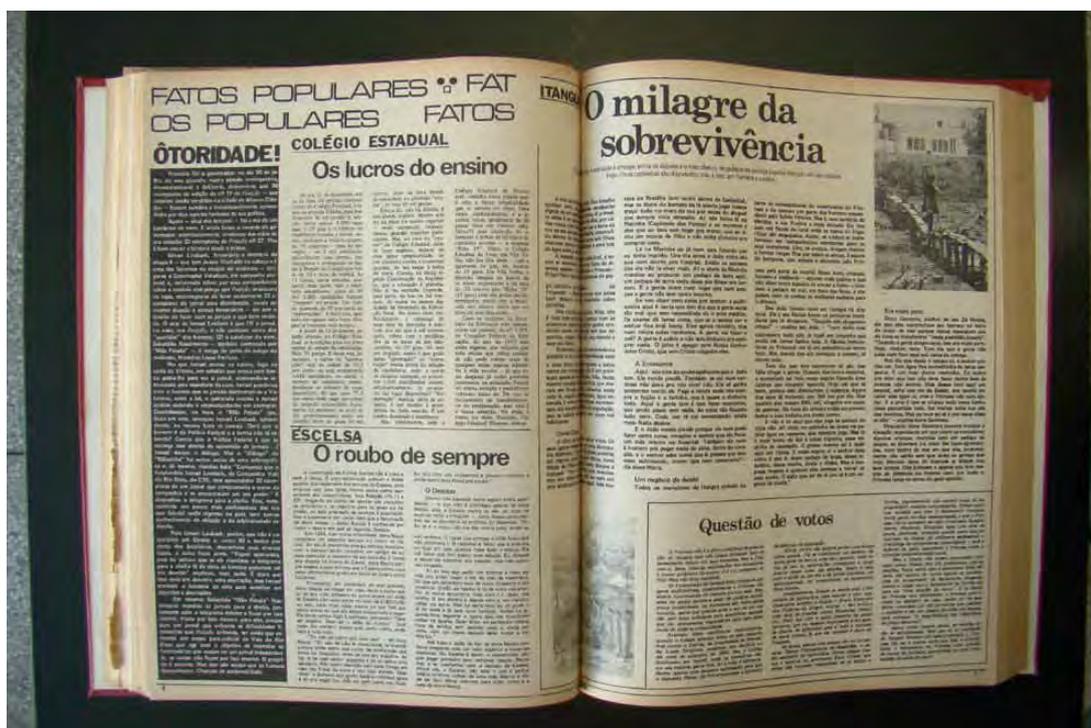


Figura 75.1 e 75.2: Seção Fatos Populares, com aspecto improvisado torna-se uma sessão fixa das páginas centrais do jornal.

Na página que contém a seção *Fatos Populares* é possível notar uma outra característica padrão do jornal ao longo de toda sua veiculação nessa primeira fase, desde o primeiro exemplar, que é a utilização das páginas centrais como uma única página admitindo um único diagrama que ignora a dobra do jornal. Essa página central do jornal sempre foi organizada sobre um único diagrama e sua análise mais detalhada foi comprometida pela forma como os exemplares foram agrupados e encadernados de forma a comprometer parte do conteúdo que aparece exatamente ao centro (colunas de texto, ilustrações, etc). A partir da edição nº.26, a seção *Fatos Populares* torna-se fixa nessas páginas e assume posições e encaixes variados a cada exemplar.

Uma imagem impactante feita por um coletivo de artistas estampa a capa da edição nº.35 (Fig.76) acompanhada da palavra "anistia". Essa capa destaca-se das demais por sua dramaticidade ímpar ao mostrar a imagem de uma cabeça decapitada sendo retirada de um fundo escuro por uma mão que lhe puxa pelos cabelos. A imagem perturba pelos traços realistas da anatomia da cabeça humana cuja face expressa espanto e morbidez em um jogo de luz e sombra. Escorrendo do pescoço e brotando de uma ferida na testa, alguns resquícios de sangue também são destacados pela cor vermelha, tal qual a palavra "ANISTIA", compondo um quadro trágico cujo aspecto remete à brutalidade de um homicídio. O fundo negro é composto de rabiscos firmes e expressivos que criam uma atmosfera suja capaz de emoldurar um final hostil para uma vítima atormentada pela tortura. Fica claro certo refinamento artístico experimental fugindo ao estilo convencional das capas do próprio jornal *Posição*. A metáfora visual remete a martírios de inocentes cujas vidas foram retiradas brutalmente e indevidamente tal como a conhecida decapitação de João Batista, os genocídios durante as guerras cruzadas na Europa e dos horrores da Inquisição, por exemplo. A anistia era um tema recorrente na época cuja bandeira tornou-se uma das principais para o movimento de oposição ao Regime Militar. Kucinski acrescenta que a partir de 1977 "nascem os jornais motivados essencialmente pela anistia, que também empolga os jornais alternativos já em circulação" (KUCINSKI, 1991, p.4-5).

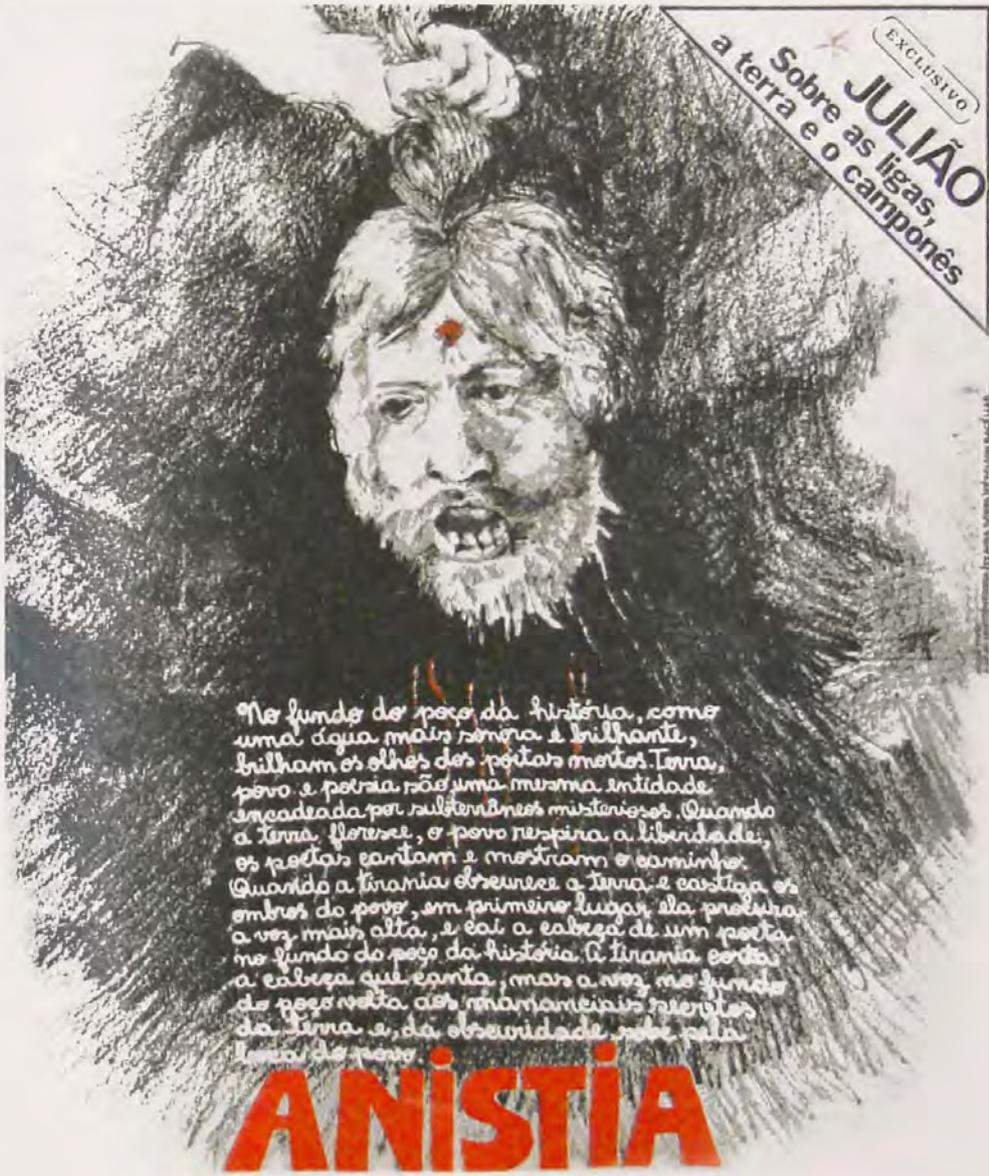
Por má fé, atraso mental acentuado ou mesmo por vício, o fato é que os responsáveis pela imprensa capixaba – tanto no plano político quanto quanto no plano estritamente jornalístico – o verdadeiro significado da campanha nacional pela anistia. Continuam lucrando, impunes, com seu comércio impresso. Mais tarde, certamente, terão que se explicar. O homem é a história. (Posição, nº.35, 11 de maio de 1972, p.2)

No miolo do jornal, aparece pela primeira vez na história da publicação, um *lettering* de forte incursão opositora ao Regime Militar que funciona como título da reportagem principal dessa edição também relacionado à anistia (Fig.77). Trata-se de letras construídas a partir do desenho de vários tijolos, cuja ausência de alguns deles concede forma a letras. Os olhos fundos e a expressão vazia dos rostos cadavéricos tornam esse *lettering* impressionante e único. Nele diversas cabeças se amontoam e preenchem os espaços com ausência de tijolos como se estivesse aprisionadas atrás de um muro intransponível. A reportagem critica a atuação da grande imprensa comparativamente à sua atuação e contribuição para o fim do Estado Novo em 1945.

O jornal *Posição* apresenta nessa edição uma espécie de esclarecimento ao leitor sobre a luta a favor da anistia e contra a marginalização de cerca de 510.000 brasileiros em relação a seus direitos políticos e civis. Esses brasileiros foram processados, condenados,

posição 35

Vitória, 11 de maio de 1978 UM JORNAL QUE DEPENDE DO LEITOR Cr\$ 5,00



EXCLUSIVO
Sobre as ligas,
a terra e o camponês
JULIÃO

No fundo do poço da história, como uma água mais sonora e brilhante, brilham os olhos dos poetas mortos. Terra, povo e poesia não são uma mesma entidade encadeada por suturnidades misteriosas. Quando a terra floresce, o povo respira a liberdade, os poetas cantam e mostram o caminho. Quando a tirania obscurece a terra e castiga os ombros do povo, em primeiro lugar, ela profana a voz mais alta, e daí a cabeça de um poeta no fundo do poço da história. A tirania sobe a cabeça que canta, mas a voz no fundo do poço volta aos mamamécios nêscios da terra e, da obscuridade, sobe pela terra do povo.

ANISTIA

Figura 76: Capa da edição nº.35 mostrando forte militância a favor da anistia.



Figura 77: *Lettering* encontrado na edição nº.35 anunciando reportagem sobre anistia.

indiciados ou irregularmente presos. Além disso, segundo o Comitê Brasileiro pela Anistia, desde 1964 foram contabilizados cerca de 220 presos políticos; 4.877 cidadãos que tiveram seus mandatos cassados e direitos políticos suspensos; cerca de 10 mil exilados; 263 estudantes afetados pelo decreto 477 que os impede de qualquer tipo de envolvimento político e; 128 brasileiros banidos do país (*Posição*, nº.35, 11 de maio de 1972, p.4).

134

A edição nº.39 anuncia uma crise essencialmente financeira na redação do jornal combatida através da publicidade institucional do periódico (Fig.78.1 e 78.2), que tornava-se o embrião do declínio da publicação. As causas da crise estavam relacionadas ao crescimento da inflação que elevou em 120% o salário mínimo, 300% de aumento do aluguel e aumento dos custos na indústria do jornal a saber, aumento de 200% no custo do papel e aumento de preço na capa (100% em dias úteis e 150% aos domingos). Enquanto o preço de capa se mantinha a Cr\$ 5,00 desde sua fundação, o custo de produção alcançava o valor de 3,50 Cr\$ resultando em dívidas imediatas e outras permanentes das quais este último gênero era o mais preocupante. A proposta democrática lançada pela redação para solução desse problema era a de promover um diálogo com o leitor para achar soluções dentre as quais, a ajuda financeira por parte de alguns leitores e o aumento em cerca de Cr\$ 3,00 no preço unitário de cada exemplar, passando a ser comercializado a Cr\$8,00 e fixação do valor de Cr\$ 200,00 para assinantes (26 edições) (*Posição*, nº.39, 28 de julho de 1978, p.9).

Em 15 dias, o aumento de 10% no número de assinantes já é divulgado na edição nº.41. Nessa edição a redação anuncia que saldou dívidas com as doações dos leitores em todo estado sensibilizados com o apelo da redação, abatendo Cr\$ 8.000,00 da meta de Cr\$ 25.000,00. Mas a arrecadação desses valores não seriam suficientes para sustentar o funcionamento da redação e produção do periódico.

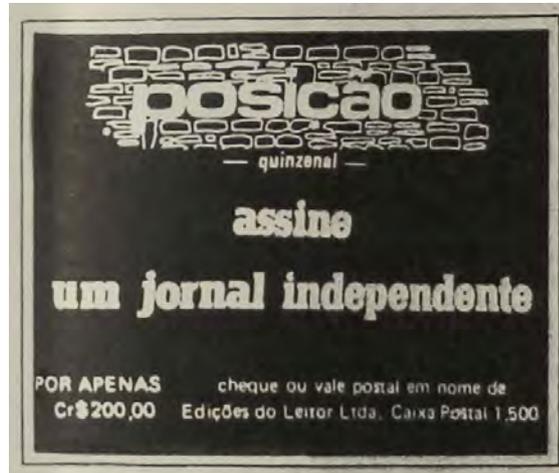
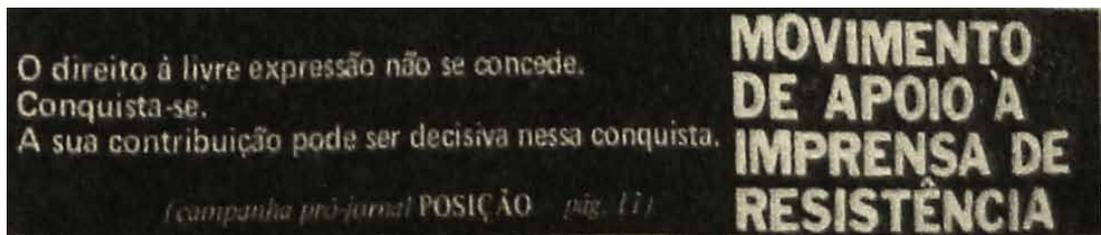


Figura 78.1 e 78.2: Anúncios institucionais do jornal *Posição* comumente encontrados nas páginas das edições em combate à crise financeira da redação.

Na edição nº.44 (Fig.79), encontramos uma das raras e tímidas ocasiões em que há interação entre letra e fotografia funcionando como título da reportagem principal. Nessa reportagem, a presença de elemento gráfico funcionando como marcador de reportagem é substituído pela palavra "GREVE" em tipografia em negrito com serifa em porcentagem de preto atrás da matéria. O ângulo formado entre a inclinação do título da matéria e a inclinação da fotografia concedem um pouco de instabilidade à página formalmente composta e pode funcionar, metaforicamente, como uma representação de um abalo relativo ao movimento dos estudantes a favor da democracia.

Uma curiosidade relativa ao caráter alternativo e desvinculado de interesses políticos, como defendiam, na publicidade do jornal é que começa a se observar a presença de propagandas partidárias de candidatos a senador, deputado federal e deputado estadual nas páginas do jornal. É apenas uma hipótese considerar que a abertura desse novo gênero de publicidade deva-se à crise financeira do jornal e a imediata necessidade de sua resolução. Propagandas vinculadas à prefeituras de municípios espírito-santenses já foram vistas nas primeiras edições do jornal com objetivo de angariar fundos para a redação.

A edição nº.45, edição de segundo aniversário do jornal, tem 20 páginas dentre as quais, 12 trazem conteúdo noticioso e 6 trazem conteúdo informativo sobre a história das lutas operárias no Espírito Santo separadas em cadernos. A capa do primeiro caderno (Fig.80) foi impressa em duas cores: o preto e o vermelho, cores comuns em capas com impressão em mais de uma cor no *Posição*, mais uma vez destacando a militância da publicação expressa graficamente em um jogo de contrastes, grafismos e contragrafismos como uma forma de atrair atenção. A capa é basicamente tipográfica e bastante contestadora em suas sentenças verbais (como de praxe ao longo de seus dois anos de veiculação e oposição) porém, nunca utilizou-se a cor vermelha de forma tão acentuada como nessa capa tomando praticamente os 80% da composição visual, representando uma inovação relativa ao uso de cor na impressão do periódico.

Dez anos depois da greve geral que paralisou a Universidade Federal do Espírito Santo, cerca de 1.500 estudantes do Centro Bio-Médico foram à greve de dia 20 ao dia 26 de setembro, exigindo o direito de serem ouvidos em suas reivindicações crônicas. Melhores condições de ensino, paz entre estudantes e professorias, terminar com a aberração de "excedentes internos" através de mecanismos como o coeficiente de rendimento e gratuidade do curso de verão são, é claro, reivindicações gerais e atendíveis a todos os períodos, a todos os cursos, a todos os Centros da Universidade. O que os estudantes do Centro Bio-Médico mostraram foi que já há uma maneira de conseguir ser ouvido: o berro.

No final de seis dias de greve — que terminou com uma absoluta vitória dos estudantes e um passo importante na direção da democracia e da liberdade — a luta já tinha mesmo superado o seu caráter essencialmente reivindicatório, ganhando um cunho político.

OS ESTUDANTES E A DEMOCRACIA



Quando em 1972, os estudantes de Medicina foram à greve, exigindo o direito de serem ouvidos em suas reivindicações mais elementares de natureza formal a respeito que lhes deu o curso o diretório acadêmico foi formado e três estudantes foram presos, outros dois foram numericamente punidos por uma legislação jurídica chamada "estatuto 77", enfim, foi semeado o fogo da revolta.

De 1973 a 1976 passaram-se quatro meses de pressão e silêncio. Foi a partir de 74 que com a renovação de alguns membros da diretoria, começou a renascer o espírito de luta coletiva entre os estudantes em conjunto. Os representantes estudantis nos diretórios, que até então desenvolveram suas atividades quase exclusivamente para a promoção do estudo, começaram a começar a debater a estrutura da estrutura administrativa da Universidade e a encampar as reivindicações mais urgentes da mesa estudantil.

Assim, de certa forma, a era do silêncio terminou, e começava uma nova etapa: aglutinação, de organização "massa-estudantil".

A Central

Fomos o responsável, agora, a greve paralisou 1.100 estudantes do Centro Bio-Médico durante seis dias! Presenciamos alguns estudantes não integrantes da liderança, concluindo a participação número dentro eles a

I. A PREPARAÇÃO

razão que levou à greve permanece obscura. "Sei lá, pô, o pessoal lava de acobichado, entendeu? Então, era preciso fazer alguma coisa." Explicação simples. Mas então por que é que a greve não partou desde que os "administradores" vêm tomando em tempo aos estudantes a famosa "reforma universitária" — absurda, irracional, inteiramente inadequada à realidade dos estudantes universitários do Espírito Santo?

"Acontece o seguinte", explica uma das lideranças estudantis. "O pessoal dos últimos anos é justamente o pessoal que viveu ainda 72, é o pessoal que foi profundamente e não lutar por seus direitos. Então, agora, durante a greve, nós

podemos observar que o movimento, em grande parte, pelo menos, foi organizado de baixo para cima, justamente a partir do pessoal que, começando o curso, lá de mais cedo e acha que não perde nada nos dias que lá de mais cedo."

Realmente, foi a partir de uma assembleia do curso básico do Departamento de Biologia (Medicina, Odontologia, Enfermagem e Ciências Biológicas) realizada no início de 74, quando foram discutidos os problemas das deficiências curriculares daquele departamento, que o grupo começou a angustiar. Dessa assembleia saiu uma espécie de documento relativo à preocupação em que os alunos estudavam e os professores ensinavam. Tinha de tudo: desde a falta de verba para ad-

quirir lâmpadas para microscópio até a inexistência de vasos sanitários — sem falar do aspecto curricular propriamente dito (veja matéria na pag. 6).

O documento, além de reivindicando mais atenção para o departamento foi enviado, naturalmente, ao diretor do Centro (no caso, um departamento do curso básico, e portanto não vinculado ao Bio-Médico, e portanto não vinculado ao Centro), mas ao Centro de Estudos Gerais, que funciona a alguns quilômetros de distância, por uma dessas razões inexplicáveis e idiotas implantadas pela "reforma". Michel Saade, então, candidato a reitor e talvez em consequência disso, irritado no outro a postura "democrática", limitou-se a ignorar a reivindicação dos estudantes (tentamos a receber o documento e ainda tivemos: "Nota o microscópio sem lâmpada ou lâmpada, que aí pode ser arrapado a lâmpada", sugere o diretor).

Figura 79: Página da edição nº.44 mostrando um raro exemplo de interação texto-imagem e o uso de editoria para reportagem em porcentagem de preto por trás do texto corrido.



EDIÇÃO DE ANIVERSÁRIO: 20 PÁGINAS!

Geisel assina sentença em Aracruz

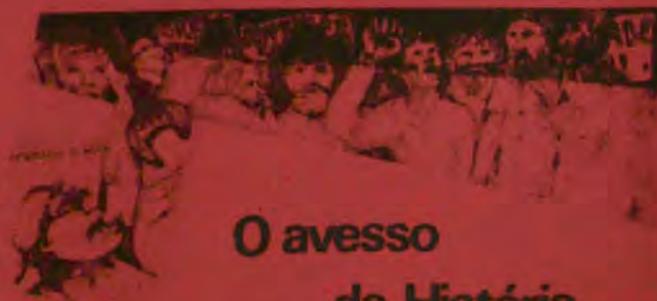
**CELULOSE DEMITE 10.000
E CONDENA A POPULAÇÃO**

**Os porões do regime estão fedendo.
Coronel Ludwig: "Só é preso
corrupto burro."**

**ÊTA, GOVERNINHO INTELIGENTE
ESSE QUE TÁ AÍ, SÔ!**

documento

**AS LUTAS
DA CLASSE
OPERÁRIA
DO ESPÍRITO SANTO:**



**O avesso
da História**

Figura 80: Imagem da capa da edição de aniversário de dois anos do jornal *Posição* com utilização de duas cores.

**ESPIRITO SANTO
A HISTÓRIA E AS LUTAS
DA CLASSE OPERÁRIA**



Você conhece algum livro de história que mostre a importância das lutas operárias para a decisiva caminhada do progresso?

O mais natural é que você não conheça. E, se você conhece, não deveria conhecer, pois os livros de história que falam dessas lutas não são tolerados nem permitidos pelos nossos governantes. Não é que esses governantes não gostem de operário, não, eles se precisam de operários, e muito. O negócio é outro. É muito mais sério. O que os nossos governantes têm é medo de ver morto, algum dia, a história das lutas operárias porque esta é justamente a História do progresso. Uma história que mostra que não há nada nem ninguém suficientemente forte para manter por muito tempo a força dos trabalhadores unidos.

Hoje, no Espírito Santo, grande parte dos operários são novos as fábricas também são novas. O porto de Tubarão tem pouco mais de 15 anos. Sem partidos operários e com seus sindicatos transformados — na grande maioria dos casos — em novos instrumentos de dominação e de controle de suas lutas, estas novas operários vêm seu número inchar enquanto vêm minuiar suas oportunidades de emprego. Reu tem-se, às vezes, discutem os problemas de suas categorias, e desconhecem, quase sempre, o passado de lutas e de vitórias dos seus avós, dos seus pais, dos seus avôs.

É não deviam. São 70 anos de luta pela democracia operária.

posição

EDIÇÃO DO 2º ANIVERSÁRIO
Vitória, 29 de outubro de 1978

A pesquisa, as entrevistas, a coleta de depoimentos e o texto deste trabalho foram feitos pelos repórteres Ana Maria Doimo César e João Amado. Devido à dificuldade de publicar num número de páginas reduzido a quantidade de material recolhido, limitamo-nos, nesta edição, a recordar as lutas do movimento operário desde seu início até meados da década de 40.

Figura 81: Imagem da capa do caderno encartado dentro da edição de aniversário de dois anos do jornal *Posição*, sobre a história das lutas operárias no Espírito Santo.

O conteúdo do segundo caderno, é representado na capa através de uma chamada com texto e ilustração separados por um fio das manchetes do primeiro caderno. A ilustração que representa o conteúdo do segundo caderno, é a de operários reunidos em atitude revolucionária empunhando seus instrumentos de trabalho nas mãos.

A capa do segundo caderno (Fig.81) também é tão interessante quanto a do primeiro caderno, onde pode-se ver a imagem de diversos operários caminhando lado a lado como se estivessem em passeata representando um incentivo por parte da redação direcionado aos leitores, para que esses tomassem conhecimento sobre o histórico de lutas da classe operária local e novamente se organizassem para contestar o regime ditatorial vigente. O grafismo da imagem é granuloso e apresenta alto contraste entre luz e sombra, como se os operários contestadores saíssem da escuridão iniciando uma caminhada sob a luz do sol em militância.

O caderno sobre "A história das lutas da classe operária" (Fig.82) era a primeira parte de uma sequência de reportagens que se seguiriam até a edição nº.49, incorporando-o ao conteúdo secular do jornal como uma espécie de seção. Graficamente as páginas obedecem um diagrama de 4 colunas dentro as quais, as colunas ímpares, apresentavam cerca de 1/3 da bitola das colunas pares e serviam para acomodar textos sobre fatos históricos pontuais relativos aos assuntos que eram abordado nas colunas pares. Cada assunto abordado nessa reportagem era separado por tópicos identificados por algarismos romanos e recebiam títulos alinhados à o pela direita adentrando na mancha gráfica da coluna pela esquerda. Esse tornou-se um padrão gráfico para essa seção nas edições nº.45, 46, 47, 48 e 49.

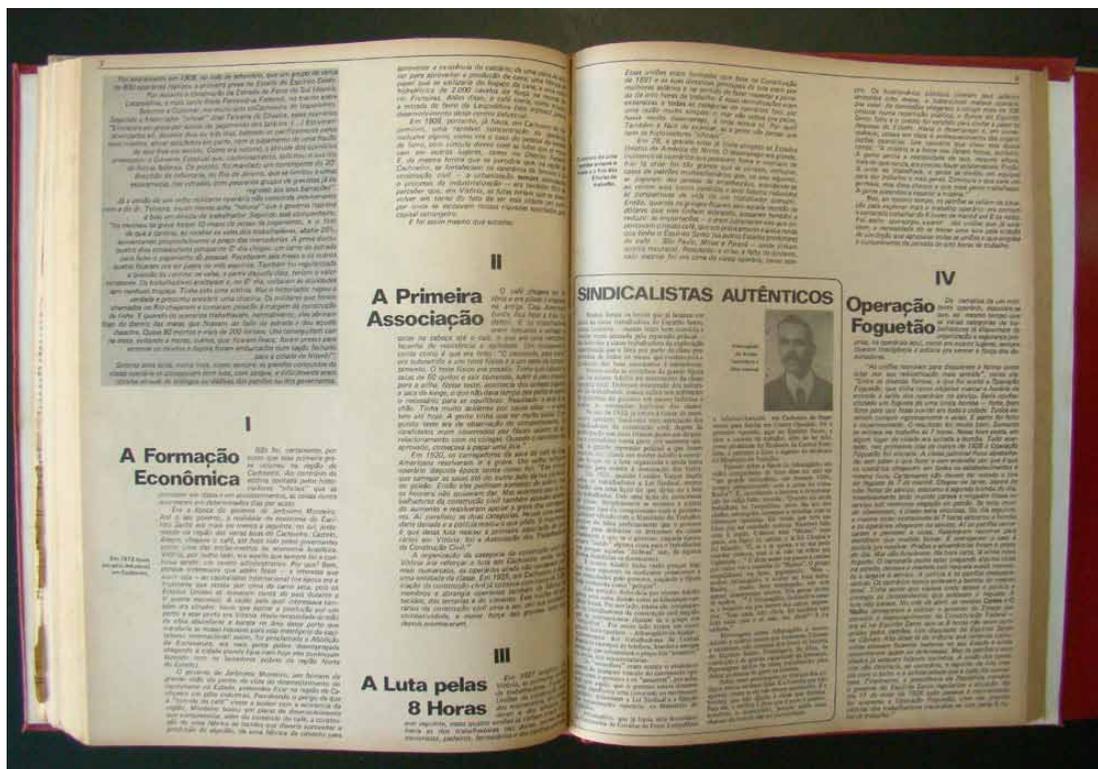


Figura 82: Páginas 14 e 15 do segundo caderno da edição nº.45 exemplificando o tipo de diagrama diferenciado utilizado para a sessão "A história das lutas da classe operária" presente também nas próximas 4 edições.

O selo comemorativo de dois anos de militância do jornal *Posição* (Fig.83) foi criado por Milson Henriques, e mais uma vez reforça a qualidade contestadora da publicação ao passo que posiciona a publicação (representada através do logotipo) como um instrumento de resistência que favorece a sociedade civil na luta contra a tirania do Regime Militar. Os punhos fechados que surgem da parte de cima estão serrados como se estivessem a ponto de desferir um golpe e embora em menor número do que as mãos que estão na parte de baixo, são maiores e podem utilizar o próprio peso para pressionarem as mãos menores – uma clara alusão à elite militar. As mãos que estão embaixo não apresentam a característica ofensiva que os punhos fechados ostentam, apenas parecem suportar o peso do regime sustentando uma posição, um muro e, nesse caso, alegorias que representam o próprio *Posição*. É dessa forma que em seus dois anos de publicação, o contestador *Posição* atuou até aquele momento, sustentado por seus próprios colaboradores para representar o repúdio aos abusos de regime.



Figura 83: Sela comemorativo de dois anos de aniversário do jornal.

140

A partir da edição nº.47 começou a ser registrado no expediente que os fotolitos do jornal eram feitos na Fitolito do Armando, localizado inicialmente na Rua Sete de Setembro, 475, Vitória-ES e posteriormente em Jardim da Penha. A redação da revista passa a funcionar no endereço Av. República, 1, sala 507 no Centro da cidade de Vitória e na edição seguinte a redação anuncia novas frentes relacionadas ao modo de fazer jornalismo.

Novos companheiros se aliaram à POSIÇÃO. Novos companheiros se aliaram à luta pelo fim da ditadura e pela conquista do poder para os trabalhadores. Assim, no exercício democrático que sempre pautou o trabalho de POSIÇÃO, iniciamos o rodízio que anunciávamos e procurávamos desde o primeiro aniversário do jornal. Dessa proposta de continuidade, a nossa luta por liberdade se estende a outras frentes de trabalho (Jornal *Posição*, 16 de dezembro de 1978, nº.48, página 2).

Na capa das edições nº.47 e nº.50 (Fig.84.1 e84.2), existem exemplos mais significativos de interferências compositivas no cabeçalho. Na redação, a partir da edição nº.48, Rogério Medeiros volta a atuar porém, como redator. Luzimar Nogueira Dias torna-se o novo

editor e o conselho editorial passa a ser composto por Ana Maria Dolmo César, Fausto Porto, Jô Amado, Roberto Belling Neto, Robson Moreira, José G. Real e Júlio Moreira (esses dois últimos, ocuparam esse cargo apenas nessa edição e nas duas próximas). As mudanças também alcançam o conselho da redação que passa a ser composto por João Grillo, Luiz Rogério Fabrino, Luzimar Nogueira Dias, Miriam Cardoso, Neivaldo Bragatto, Tadeu César e Rogério Medeiros, que ocupou o cargo apenas nessa edição. Luis Rogério Fabrino e Robson Medeiros, citado por Lino Resende, "convenceram-se, no final de 1978, que a opção política mais acertada naquela conjuntura era a de se dedicar à edição de um jornal de bairro voltado para os moradores da periferia da Grande Vitória". Pela divergência de opiniões dentro da redação relativas ao novo foco do jornal, essa troca de cadeiras dentro da redação intensifica-se até a edição nº.53, quando o jornal adentra em sua fase final.

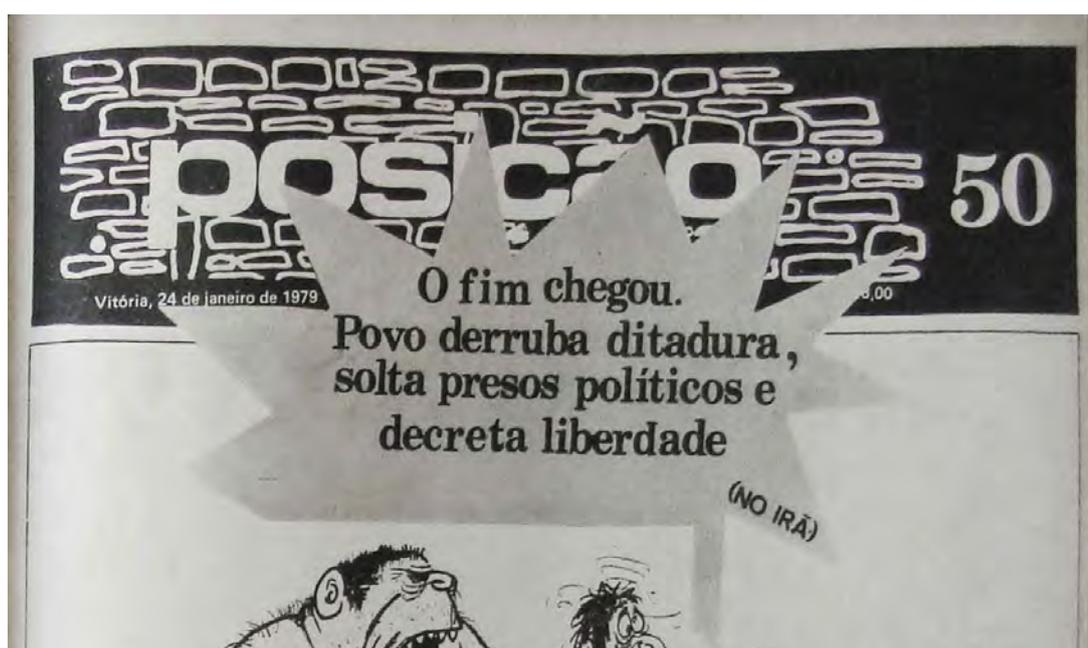


Figura 84.1 e 84.2: Parte da capa das edições nº.47 e nº.50, mostrando tipos mais significativos de interferência de elementos gráficos no cabeçalho do jornal.

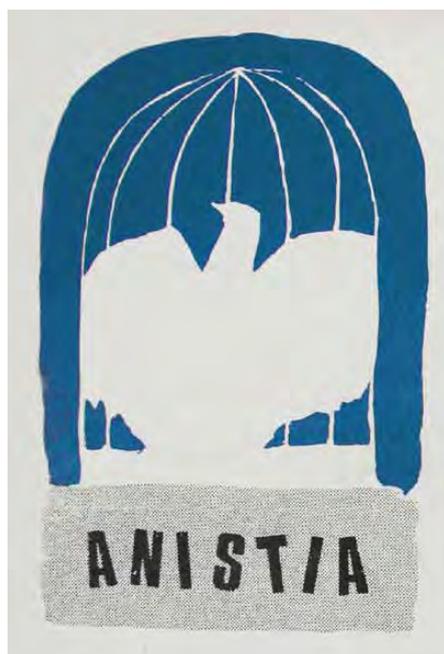


Figura 85: Ilustração sobre anistia encontrada na última página da edição nº.51.

A edição nº.51 é a última em que Luzimar Nogueira Dias atua como editor-chefe assumindo em seu lugar Benedito Tadeu César que já atuava na redação do jornal. A Figura 85, presente nessa edição, traz uma ilustração com utilização da cor azul, diferente do usual vermelho cujos traços são expressivos e formam a imagem de um pássaro aprisionado como alegoria para representar os exilados políticos do país. A utilização do azul está diretamente ligada (pelo fato de estar presente na última página da edição), à utilização do azul na capa também. Em um segundo momento o azul também representa a cor natural do céu.

Nesse momento, a redação do jornal *Posição* para de funcionar em suas atribuições seculares. Em entrevista a Lino Resende, Benedito Tadeu César explica que Robson Medeiros e Jô Amado "que eram as pessoas que, naquele momento, faziam o jornal existir", estavam interessados em atuar junto às comunidades dando continuidade ao que Luis Rogério Fabrino e Robson Moreira defendiam desde a edição nº.48. Em depoimento, César diz assim: "Jô e Robson estiveram na minha casa em um final de semana e disseram-se que a partir de segunda-feira seguinte estariam iniciando um novo jornal de bairro e se eu entendesse que *Posição* deveria continuar existindo que o assumisse". E assim César assume o jornal sem transferência de propriedade. O desafio era grande, "Posição estava endividado, com tiragem em baixa (...). Em uma reunião dos colaboradores do jornal propus realizar uma transformação radical de sua estruturação: nova concepção gráfica, inovação do logotipo, nova linguagem, nova periodicidade", declara César justificando o atraso de 60 dias para circulação da edição especial de abril de 1979 (RESENDE, 2005, p.20-21). Esse atraso não é percebido com clareza nas datas que aparecem no cabeçalho da capa já que o jornal era publicado com generoso espaço de dias em relação à sua produção. Apesar disso, as mudanças propostas por César só seriam sentidas a partir da edição nº.53, que é considerada, graficamente e periodicamente, a edição inaugural da nova fase em que passa a circular com novo aspecto visual e semanalmente.

A edição especial de fevereiro de 1979 circulou com 16 páginas denunciando a decisão do governo por abrir as comportas da barragem de Mascarenhas, já que suportava 10 vezes mais a pressão do rio Doce por causa da chuva severa cujas águas atingiram 6 horas depois a cidade de Colatina, causando uma grande enchente.

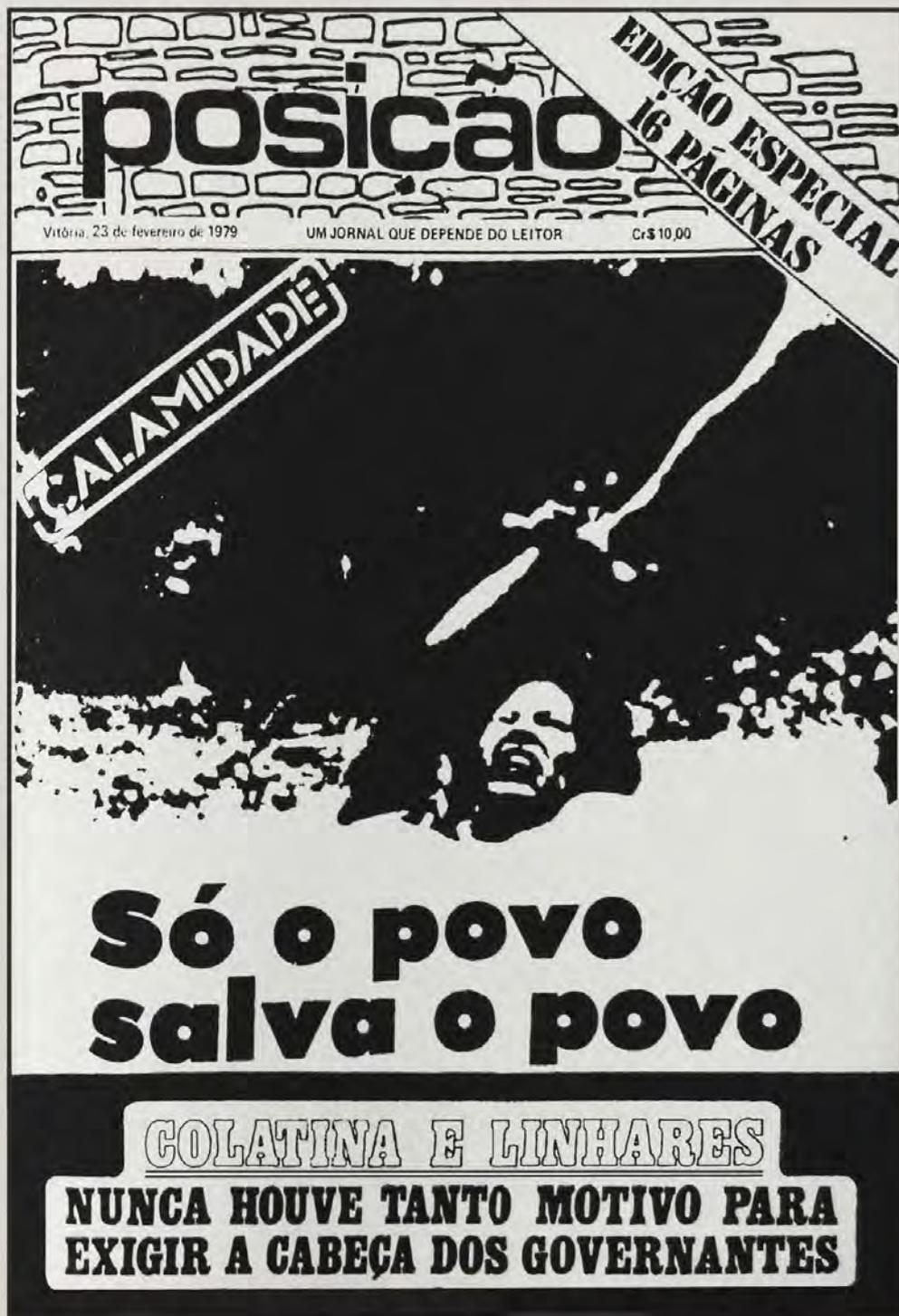


Figura 86: Imagem da capa da edição especial de fevereiro de 1979.

Graficamente na capa (Fig.86), o cabeçalho dessa edição é ligeiramente diferente das edições regulares, com generoso espaço de contragrafismo que sofre interferência de uma tarja diagonal. O equilíbrio entre grafismo e contragrafismo, forma e contraforma é explícito e reforça a dramaticidade da imagem. A cor preta sobressai revelando um contraste interessante e assume a predominância da página tornando o céu da imagem denso, consequentemente formulando uma cena angustiante. A parte em contragrafismo deu forma às águas da enchente de cujo risco, uma vítima tenta esquivar-se ao tentar alcançar uma corda que lhe é lançada. A cena é acompanhada pela expressão "Só o povo salva o povo" proferida inicialmente por D. João Batista de Mota Albuquerque no dia 2 de abril de 1964 na Catedral Metropolitana de Vitória em missa de celebração pelo Golpe Militar de 1964.⁴⁹

Apesar de não representar graficamente a nova fase do jornal, concomitantemente à circulação dessa edição, foram espalhados cartazes "pelos pontos onde o jornal era comercializado, que diziam: 'Posição: a partir do dia 04 de maio toda sexta-feira nas bancas'" (RESENDE, 2005, p.21).

Enquanto era veiculada a edição especial de fevereiro, Tânia Mara⁵⁰, já colaboradora do jornal, encarregava-se da mudança gráfica do jornal. Administrativamente, César encarregou-se da distribuição e gestão do periódico, reunindo todos os colaboradores para propor a ampliação do conselho editorial, que logo ganhou membros de vários segmentos (citados por Resende, MDB e OAB-ES), "cuja tarefa, além de orientar a linha editorial de Posição, era conseguir recursos para a sua manutenção" (RESENDE, 2005, p.21).

A edição seguinte, de nº.52, é também a última edição sob a direção de Luis Rogério Fabrino, que viaja para São Paulo para trabalhar no sucursal do jornal carioca *O Globo*, do qual deveria ser correspondente com dedicação exclusiva no estado. Em seu lugar, assume o cargo o jornalista Joaquim Nery.

Ainda antes da publicação da edição nº.53 há uma outra edição especial, que ainda pertence à primeira fase, de apenas 8 páginas que aborda a necessidade de mobilização popular em protesto por condições melhores de vida, encontrando na greve de motoristas e cobradores, um exemplo inspirador que se alinha à eclosão de outras greves pelo país. Da mesma forma que a edição especial de fevereiro, a imagem da capa (Fig.87) é uma fotografia em alto contraste mas dessa vez, para impressão, utilizou-se 2 cores (sendo novamente preto e vermelho). O vermelho encarrega-se de dar destaque aos elementos verbais da capa, nesse caso a expressão "Greve! O povo reage!" porém apesar do destaque, os elementos verbais tornam-se ilegíveis porque foram sobrepostos à imagem da capa. A tipografia utilizada é manuscrita e tão rudimentar quanto um inscrito pichado em um muro de uma casa. Essa edição foi produzida pela redação em novo endereço "com objetivo de reduzir custos e acertar suas finanças", na Avenida Santa Cecília, 7, Centro-ES (RESENDE, 2005, p.21).

No miolo dessa edição ainda é possível encontrar duas ilustrações (Fig.88.1 e 88.2) que representam bem aquela característica relacionada à "estética do feio" mencionada anteriormente sobre charges e caricaturas. Nesses casos, a forma rabiscada através da qual as ilustrações são compostas transmitem um aspecto sujo e marginal. No primeiro caso a própria cena explicita uma atitude marginal de contestação por parte de um sujeito misterioso que acaba de pichar um muro escrevendo algo sobre a greve.

49. Informação obtida através de uma publicação de Rogério Medeiros. Disponível em: <<http://migre.me/d00ap>> Acesso em 27-01-2013 às 12h. Link encurtado para fácil acesso. Rogério afirma ainda que D. João foi convidado pelo exército para realizar um sermão em que as boas vindas ao poder militar seriam dadas. A frase final que se tornou jargão da imprensa independente foi proferida ao final do sermão ironicamente. 50. Atualmente lecionando no departamento de Comunicação da Universidade Federal do Espírito Santo.

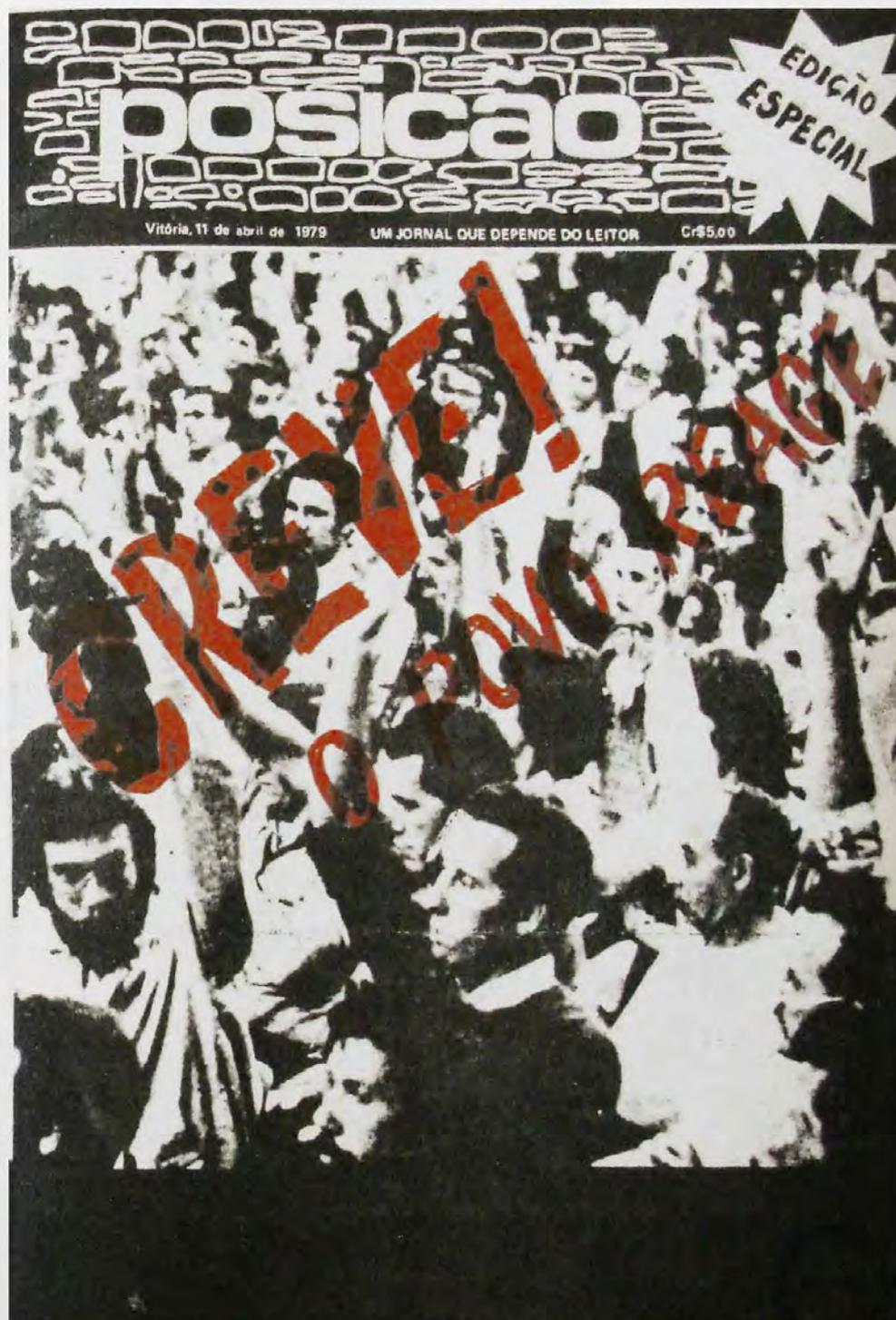


Figura 87: Imagem da capa da edição especial de abril de 1979.



Figura 88.1 e 88.2: Duas ilustrações encontradas na edição especial de abril de 1979.

Graficamente, o momento de transição entra a primeira e a segunda fase não é sentido com tanta nitidez e essa pesquisa considera a edição nº.53, a edição inaugural de ruptura com a primeira fase por revelar em seus aspectos gráficos, uma nova periodicidade e identidade gráfica para a publicação. A edição especial de fevereiro de 1979, a edição de nº.52 e a edição especial de abril desse mesmo ano, são consideradas edições de transição para a segunda fase mas graficamente pouco podem revelar sobre isso, inclusive sem deixar vestígios sobre a paralisação da redação por 60 dias antes da edição especial de fevereiro de 1979.

A transição de fase do jornal *Posição* coincidiu com um momento histórico na nação em que a democracia fortalecia-se por meio dos movimentos sociais de oposição e o regime militar viu-se na necessidade de recuar. Já em outubro de 1978, o congresso aprovou a emenda constitucional nº.11 que vigorou a partir de janeiro de 1979 revogando o AI-5 dentre outros tantos benefícios para cidadãos brasileiros e para a democracia.

Criou-se a partir de 1979 uma situação em que os cidadãos podiam voltar a manifestar-se com relativa liberdade e em que os controles à imprensa haviam desaparecido. A oposição tinha também campo de manobra, mas não podia lograr seu objetivo lógico de chegar ao poder (FAUSTO, 1996, p.494).

10.2 SEGUNDA FASE (MAIO DE 1979 A SETEMBRO DE 1979)

A segunda fase do jornal *Posição*, é marcada por uma trajetória de adaptações de cargos e custos relativos à produção do periódico. Essas sequentes reestruturações sintomaticamente indicam o fim da publicação que veio a acontecer depois da publicação de suas 13 edições derradeiras. O avanço do MDB contra a Arena era progressivo e o enfraquecimento do regime militar, uma consequência. Com a abertura dos canais midiáticos livres da censura rígida através da queda do AI-5, a grande imprensa também começa a atuar com a mesma postura que a imprensa alternativa atuava.

Com novo projeto gráfico a partir da edição nº.53, na administração do jornal passam a operar Benedito Tadeu César, Jorge Rangel e José Fermo. Os editores passam a ser Neuzimar Nogueira Dias e Robson Silveira e a responsabilidade pela montagem e pela arte da publicação fica a cargo de Beth do Couto, Cristiano e Tida.

A página de expediente permanece tendo o mesmo comportamento, nela parece o expediente e o editorial, que quando não é muito extenso, divide espaço com a seção *Recortes*. A nova reestruturação relativa à composição da redação e à reafirmação do foco opositor da publicação, atingiu seus aspectos gráficos. A necessidade de um novo projeto gráfico foi defendida e encabeçada por Tadeu César por acreditar que manifestaria visualmente o retorno às origens da publicação que já flertava com o direcionamento especificamente voltado às comunidades do Espírito Santo mudando o foco original de contestação ao regime. Nessa edição um extenso editorial é publicado em forma de diálogo direcionado ao leitor "a troca das transformações pelas quais *Posição* está passando e que você (leitor) já deve ter notado a partir da capa e do logotipo desta edição" (*Posição*, 4 de maio de 1979, nº.53, p.2)

Somos radicais. Agimos, portanto, como radicais. Achamos que as mudanças, quando assumidas, devem ser assumidas em sua totalidade e na sua devida intensidade para que as transformações, inclusive, sejam mais rápidas e profundas. Você tem hoje um jornal novo. Somos agora semanal, temos novo planejamento gráfico, novo planejamento editorial, novo quadro de colaboradores. (*Posição*, 4 de maio de 1979, nº.53, p.2)

Graficamente, o cabeçalho permanece ocupando 20% da composição da capa, trazendo o logotipo do jornal sutilmente adaptado de forma a ocupar toda a extensão horizontal dele e cortado pela direita por uma faixa diagonal que anuncia a periodicidade semanal da publicação. Consequentemente, o corpo do número da edição é reduzido para o mesmo corpo da tipografia utilizada para anunciar a data e o preço da publicação substituindo o antigo espaço que recebia o slogan "Um jornal que depende do leitor" ainda em corpo 10.

De forma genérica, a capa (Fig.89 a Fig.91) perde a semelhança com o cartaz, um aspecto marcante e dramático da primeira fase. As capas em que há predominância de conteúdo imagético já não existem mais, bem como a existência de uma única narrativa compositiva entre texto e imagem para a capa. Há crescimento na participação do conteúdo textual direcionados às manchetes que são anunciadas independentemente através de chamadas acompanhadas por pequenos textos que explicam melhor sobre a que ela se reporta. Torna-se comum vê-las separadas por fios dividindo a composição da capa em blocos e além disso, inicia-se o uso padronizado da mesma tipografia sem serifa (e suas variações) tanto para títulos de chamadas de matérias como corpo de texto dessas mesmas chamadas. As temáticas abordadas na capa permanecem sendo predominantemente

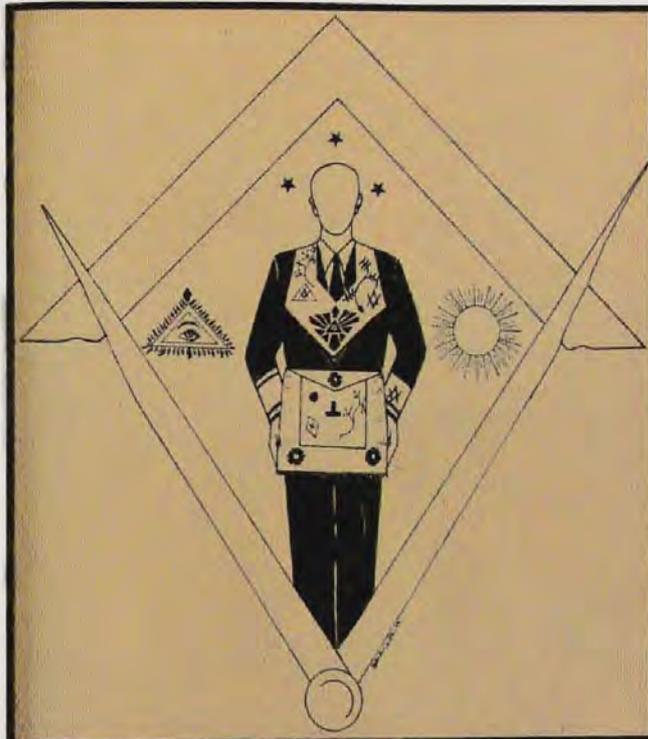
posição

SEMANAL

Vitória, 4 a 11 de maio de 1979.

No 53 - Cr\$ 10,00

UM JORNAL QUE DEPENDE DO LEITOR



OS MISTÉRIOS DA MAÇONARIA

De antiga organização operária, a Maçonaria transformou-se em uma entidade dedicada à construção do "edifício da moral da sociedade humana". Mas, o que há por trás desta Ordem secular, para que seja exigido de seus membros um silêncio absoluto a respeito de seus reais objetivos? Existe uma poderosa sociedade capaz de pressionar o Poder para saciar os interesses do grupo ou de um dos elementos que a compõem.

Contrabando envolve filha de Carlito

A acusação foi feita pelo ex-contador da firma Contempo, propriedade de Leticia von Schilgen e Anamélia Moraes, filha do presidente do Tribunal de Contas. O MDB denunciou o fato mas a "grande imprensa" silenciou.

Um balanço da guerrilha na Nicarágua



Dois dirigentes da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), Humberto Ortega (foto) e Vitor Tirado, fazem uma análise da luta do povo nicaraguense contra a ditadura de Anastácio Somoza.

ANUNCIO FÚNEBRE

✝
O jornal POSIÇÃO manifesta profunda tristeza pela morte do torturado e assassinado SÉRGIO PARANHOS FLEURY, chefe do DEIC e do Esquadrão da Morte de São Paulo. POSIÇÃO lamenta apenas a circunstância suave de sua morte.

POR TODOS OS PATRIOTAS TORTURADOS E ASSASSINADOS POR SÉRGIO PARANHOS FLEURY.

Figura 89: Imagem da capa da edição nº.53.

posição

SEMANAL

Vitória, 12 a 19 de maio de 1979

Nº 54 - Cr\$ 10,00

UM JORNAL QUE DEPENDE DO LEITOR



Denúncia de contrabando envolve também prefeito de Vitória e presidente do Tribunal de Contas

O prefeito de Vitória, Carlos Alberto Von Schilgen, cedeu carro da PMV para transportar mercadorias negociadas pela Loja Contempo Decorações - de Letícia Von Schilgen e Ana-

mélia Moraes - para a residência do sr. Senithes Moraes. Estas acusações foram reforçadas pelo ex-gerente da firma, além de apontar que Anamélia recebe salário do Tribunal apesar de não ir ao trabalho.

MAÇONARIA

A Maçonaria no Espírito Santo vive os reflexos da cisão ocorrida no final de 1977, quando o então grão-mestre do Grande Oriente do Brasil, Osmane Vieira de Rezende (primo do biônico Eurico Rezende) tentou impor sua reeleição. A crise coloca em segundo plano todos os trabalhos realizados até então para uma reaproximação com a Igreja Católica. O arcebispo de Vitória fala sobre a questão.

Professores reagem contra exploração

Nassau provoca doenças com sua poluição

Figura 90: Imagem da capa da edição nº.54.

posição

SEMANAL

Vitória, 18 a 25 de maio de 1979.

Nº 55 - Cr\$ 10,00

UM JORNAL QUE DEPENDE DO LEITOR

SEQUESTRO DO EMBAIXADOR NORTE-AMERICANO



Charles Burke Elbrick

Jogavam Fluminense e Bangu naquela tarde do dia 7 de setembro de 1969. No mesmo momento, não muito longe do Maracanã, mas distante dos olhos do público que superlotava o estádio, desenrolava-se uma batalha silenciosa entre as forças repressivas e um comando armado do MR-8 e Aliança Libertadora Nacional. Pouco antes do final do jogo o comando libertaria o embaixador norte-americano no Brasil, Charles Burke Elbrick, sequestrado há três dias — em troca, a junta militar que sucedera o general Costa e Silva já havia banido do país 15 revolucionários que se encontravam presos em seus cárceres. Os depoimentos de dois participantes do sequestro são publicados por POSIÇÃO nesta edição.

De repente olha eu de novo

O 31º Congresso Nacional dos Estudantes, nos dias 29 e 30 de maio, reunirá representantes de mais de 400 escolas de todo o país, no Campus da Universidade Federal da Bahia, em Salvador. O objetivo do congresso é a reinstalação da União Nacional dos Estudantes (UNE), extinta pelo regime militar logo após o 1º de abril. (P. 5)



A luta do professor e a UPES

Os homens de Eurico Rezende

Figura 91: Imagem da capa da edição nº.55.

relacionadas a temas ligados à justiça e política, em menor número relacionados também à urbanização, habitação e educação. A partir daí diversos outros temas passam a figurar tais como marçõnaria, religião, saúde, segurança, economia, trabalho e conteúdo noticioso nacional e internacional.

Inicialmente as capas eram impressas em duas cores: uma que dava ênfase ao logotipo do jornal e alguns poucos elementos da capa; e a cor preta que era utilizada para o restante dos elementos. A segunda cor não é mais obrigatoriamente o vermelho, cor marcante da militância do periódico em sua fase antecessora.

De certa forma, o novo projeto gráfico refinou os aspectos estéticos da capa, mas isso não representou uma forma melhor de fazer-se comunicável, muito pelo contrário. Há de se questionar aqui, se a "estética do feio", o aspecto sujo e amador das ilustrações realmente deveriam ser descartados no novo projeto gráfico pela simples constatação de que essas características eram as que mostravam graficamente a marginalidade desse gênero de publicação e atraía a atenção dos leitores.

A imprensa alternativa pós 1964 combatia justamente aquilo que lhe tornava tão atrativa: sua atuação furtiva manifestava-se graficamente e editorialmente como resultado da sua marginalização pela censura gerando um ciclo retroalimentador. Uma vez que esse ciclo se rompe e suas características visuais e editoriais clandestinas desaparecem por uma necessidade de atualização frente aos novos paradigmas da esfera social, a publicação acaba caindo no descrédito e perde seu apelo frente a seus leitores tradicionais.

No caso do *Posição* um dos fatores agravantes que o conduziu ao fim, como já foi dito, foi também o fator financeiro. O aumento do preço de comercialização para Cr\$10,00 dentro do estado e Cr\$15,00 para Rio de Janeiro e São Paulo, induz à suposição de que o investimento no novo perfil da publicação foi alto para atrair novos leitores e para obtenção de lucros imediatos que ajudassem a saldar as dívidas permanentes da redação. Na edição 54, a redação toma a decisão de ampliar a tiragem para 5.000 exemplares, reforçando a hipótese, porém o encarecimento da produção das edições e seu novo aspecto gráfico brando e polido podem ter sido as principais causas de seu fechamento.

A composição do material impresso passa a ser feita no campus universitário da Universidade Federal do Espírito Santo, na Neo Print Composição e a impressão permanece sendo feita em Vitória na Artgraf LTDA na Av. Marechal Campos - Vitória.

No miolo (Fig.92) de cada edição, a maioria das páginas passam a ser emolduradas por um box de cantos arredondados (ora em uma página única, ora em páginas faceadas) e subdividas por fios. No rodapé, parte inferior da página, apenas permanece o nome da publicação, alinhado internamente e o número de página alinhado externamente na parte. As páginas do meio continuam comportando-se como se fossem uma única página e a seção recortes amplia-se, começando pela página do expediente e continuando pelas próximas páginas. A utilização de 3 colunas revela-se uma tendência para as próximas edições.

Os títulos são submetidos à regra de serem compostos por tipografia sem serifa (salvo alguns poucos casos), e as tipografias para texto corrido e títulos passa a variar entre 8, 9 e 10pt com decréscimo de 1pt possibilitando maior quantidade de texto para composição das matérias. A única parte do jornal que adota, religiosamente, o uso de tipografia com serifa, tanto para título quanto para texto corrido, permanece sendo a coluna de Fausto Porto (Fig.93), que ocupa três colunas em página de numeração variada. Diferentemente da primeira fase, a coluna de Fausto Porto passa a ser encaixada onde lhe coubesse e assim se repete com outras seções como a seção *Profissionais*, ora disposta verticalmente como na primeira fase (por vezes ocupando duas colunas - Fig.94.2), ora

disposta horizontalmente na parte inferior da página (Fig.94.1), mas mantendo a mesma característica gráfica que ostentava na primeira fase: subdividida em box.



Figura 92: Imagem parcial de páginas da edição nº.55 do jornal Posição, mostrando o crescimento da sessão Recorte, uso do box de cantos arredondados como margem da página e fios para separar reportagens.

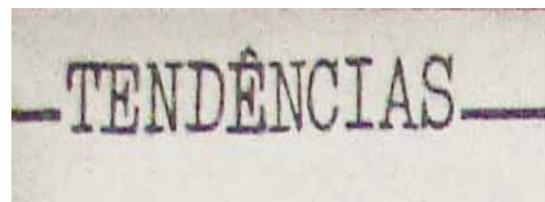
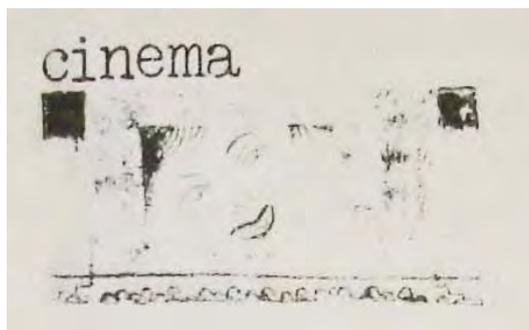


Figura 93: A coluna de Fauto Porto extraída da edição nº.53 mostra sua novo aspecto na segunda fase: delimitada por um box de cantos arredondados. A imagem ainda mostra o rodapé das páginas do jornal.

Novas seções estreiam sem periodicidade recorrente, como a seção *Literatura, Cinema por Luiz Rosenberg Filho, Livro, Mundo e Opinião* identificadas por elementos gráficos que funcionam como editoriais tais como na primeira fase (Fig.95.1 a 95.4). Os aspectos gráficos são diversos com uso de tipografia com serifa, formas e desenhos, da mesma forma como ocorria com as editoriais na primeira fase.



Figura 94.1 e 94.2: Imagens extraídas das edições nº.54 e nº.55, respectivamente, mostrando as novas disposições da seção Profissionais.



Figuras 95.1 a 95.4: Imagens dos elementos utilizados na identificação de seções na segunda fase extraídas das edições nº.53, nº.54 e nº.58.

Em linhas gerais, pode-se dizer também que as ilustrações quase perdem as características que lhe conferiam um aspecto aproximado à charge, o que as torna menos literais e auto-explicativas (Fig.96 a 102). As charges ainda marcam presença em algumas páginas mas agora, claramente em menor número dão lugar a ilustrações desprovidas de balonizações ou expressões textuais de difícil enquadramento em temáticas ou discursos. Basta observar

os exemplos a seguir para perceber que não há temática clara relativa aos desenhos. A abstração torna-se uma tendência e os elementos verbais quase são reduzidos ao desuso. Especialmente a partir da edição nº.58, nota-se que algumas ilustrações, inclusive da primeira fase, especialmente as menos específicas e expressivas, começam a ser repetidas, fato provavelmente relacionado às dificuldades financeiras na redação que a impedia de produzir novas artes.

Dentre os gêneros de humor, a charge é a mais temida e mais complexa pela sua agressividade e capacidade de registrar o cotidiano político da sociedade, reproduzindo situações e personagens reais através de imagens distorcidas pelo autor, que involuntariamente é visto como figura de oposição.⁵¹

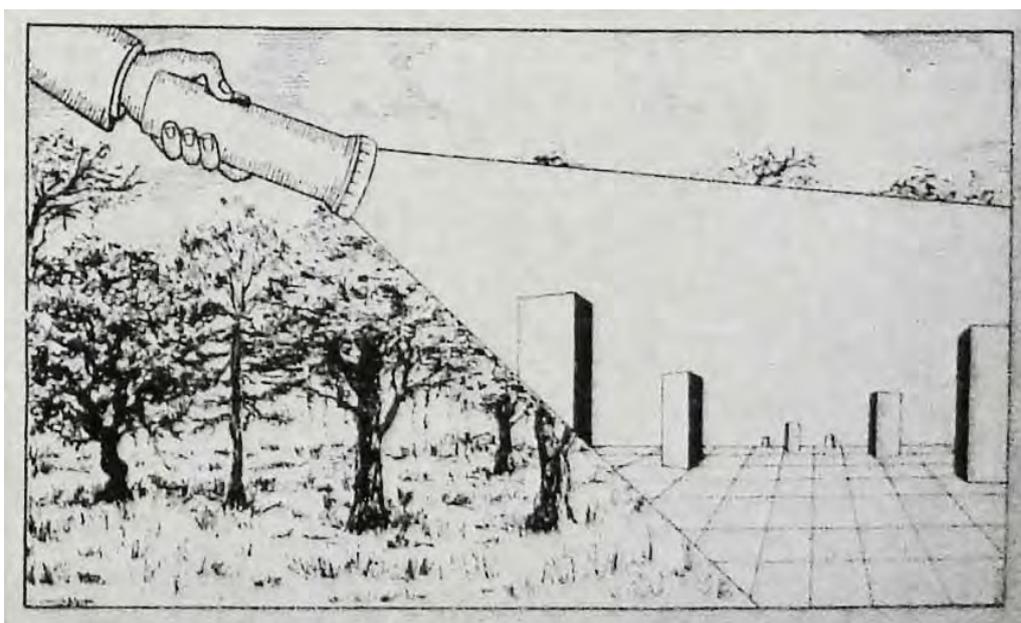


Figura 96: Ilustração encontrada na edição nº.53 cuja autoria é desconhecida.

154



Figura 97: Ilustração encontrada na edição nº.54 feita por José Antônio.

51. ABREU, J. O humor ácido de Jôhil Camdeab. Disponível em: <<http://migre.me/d1u5F>>. Acesso em: 27 de janeiro de 2013 às 23h. Link encurtado para rápido acesso.



Figura 98: Ilustração encontrada na edição nº.54 cuja autoria é desconhecida.



Figura 99: Ilustração encontrada na edição nº.54 feita por Gilberto.

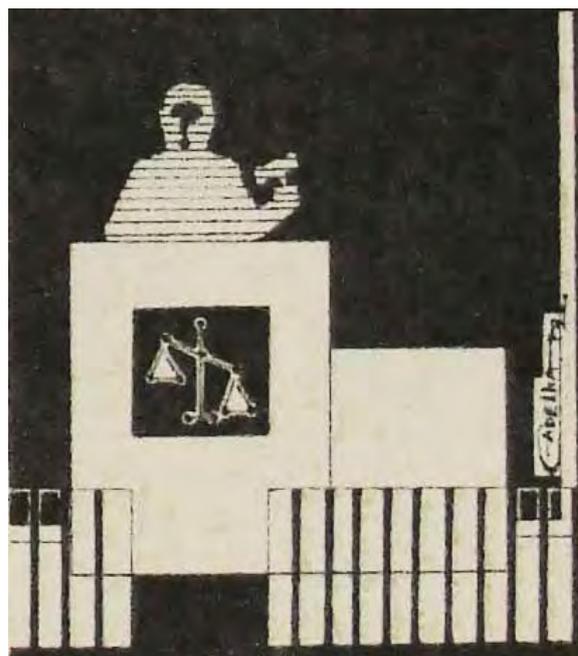


Figura 100: Ilustração encontrada na edição nº.55 feita por Gadelha.



Figura 101: Ilustração de Gadelha na edição nº.57 intitulada "O discreto charme da burguesia capixaba".



Figura 102: Ilustração de autoria desconhecida relacionada ao tema "anistia" presente na edição nº.61.

A presença de ilustrações mais abstratas e ausência progressiva de charges podem ser explicadas pela criação de uma seção de página inteira exclusivamente dedicada a quadristas e ilustradores na página 12 de cada edição (Fig.103 a 105). Miani (2009) afirma que a charge era um recurso também largamente utilizado no jornal *Movimento* e, de forma semelhante ao *Posição* em sua segunda fase, atesta a existência de uma seção intitulada "Corta Essa", uma página exclusivamente dedicada a charges em um período isento de censura prévia. A seção *Corta Essa* do semanário paulistano surgiu em meados de 1978, logo após o fim da censura prévia referindo-se justamente aos cortes que a censura prévia submetia as publicações de resistência (AZEVEDO coord., 2011, p.61). A exemplo do *Movimento* a página de charges só viria a circular No *Posição* pela primeira vez em maio de 1979.



Figura 103: Seção inaugural de ilustrações e charges da página 12 encontrada na edição nº.53 com desenhos de Dino.

MILSON

POSIÇÃO APRESENTA:



PERFIL DO CAPIXABA

Figura 104: Seção de ilustrações e charges da página 12 encontrada na edição nº.56 com desenho de Milson Henriques.

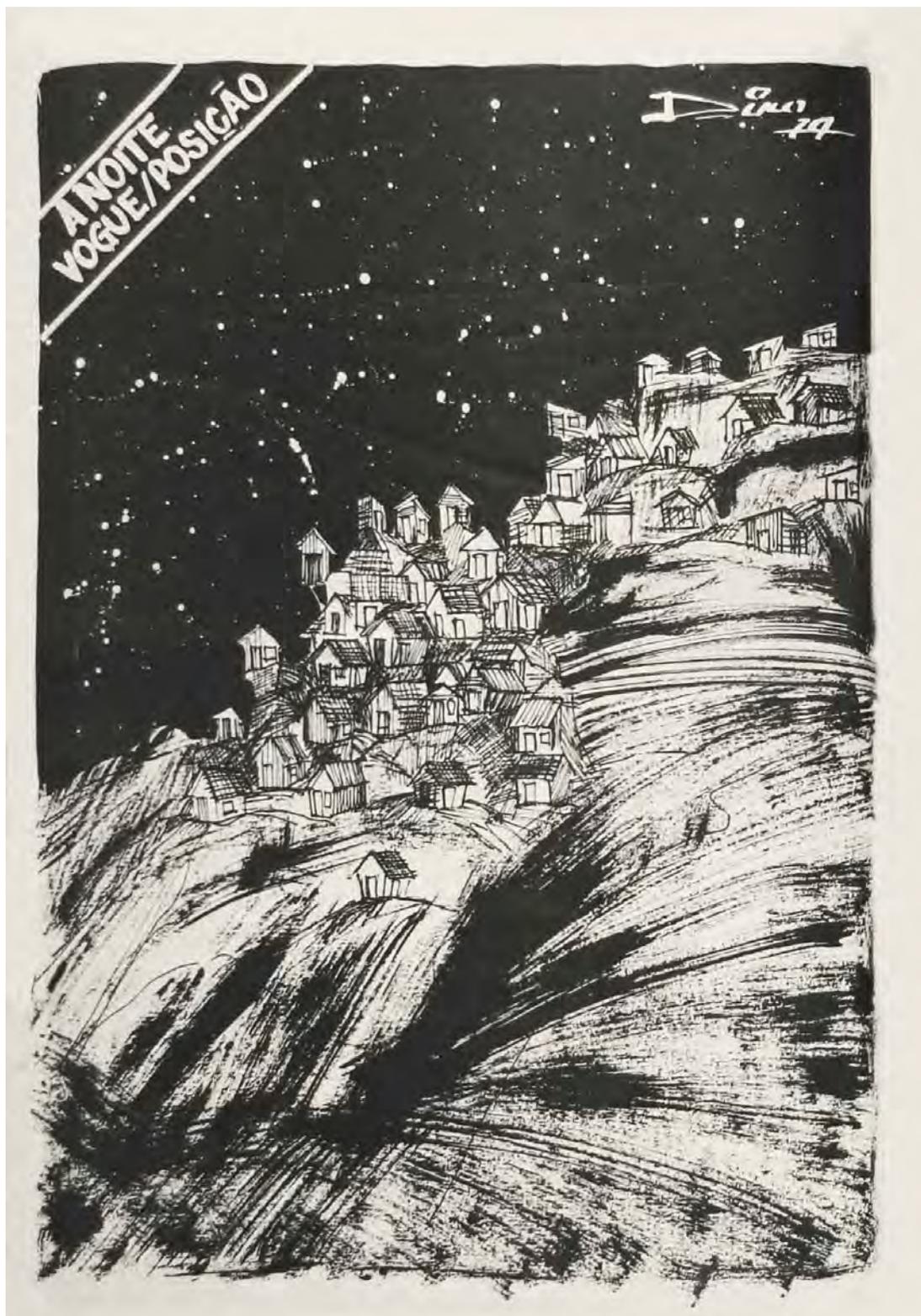


Figura 105: Seção de ilustrações e charges da página 12 encontrada na edição nº.57 com desenho de Dino.

Há de se refletir se a criação de uma única página, a página final, especificamente direcionada para charges não comprometeu a dinâmica de leitura das demais páginas, quando deixam de ser costuradas pela produção bem-humorada e irônica de ilustradores capixabas. Entre os nomes de ilustradores que já colaboravam com a revista, surgem novos nomes, alguns com tímida aparição na Primeira Fase da publicação, tais como Janc⁵², Carlos Gadelha e Gilberto⁵³.

O volume de publicidades e anúncios de profissionais diminui drasticamente limitando-se a somar cerca de metade do volume existente na primeira fase a cada edição. Os anúncios institucionais (Fig.106) figuram de forma mais discreta, com o corpo da tipografia reduzido, volta e meia acompanhado de um ornamento simples ou uma pequena ilustração. Nas páginas eles aparecem próximos (geralmente em trios) como se fossem um único elemento na página separados apenas por fios e box.

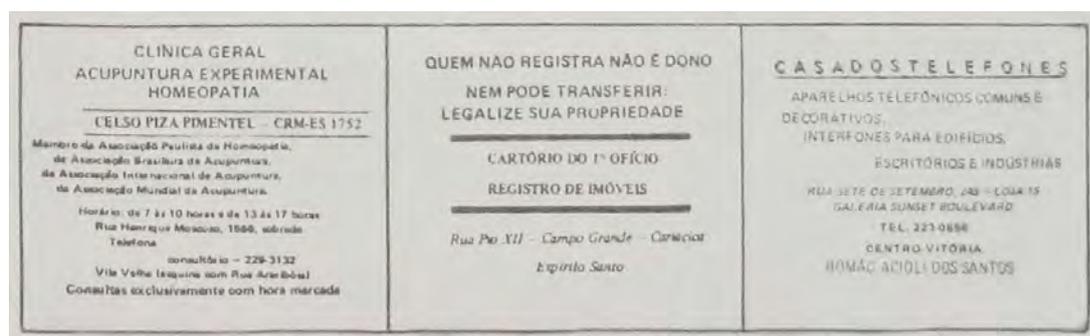


Figura 106: A publicação de anúncios mais discretos e em menor quantidade marcam a segunda fase da publicação.

Contrariado com a linha imprimida por Luzimar Nogueira dias, a edição de nº.56 é a última em que Tadeu César atua na administração do jornal. A nova administração passa a ser dividida entre Paulo Roberto Perdigão, José Fermo, Jorge Rangel, Nestor e Pedrinho. A partir da edição seguinte, a de nº.57, Joaquim Nery deixa a direção do jornal que passa ser assumida por Robson Moreira, um dos fundadores do jornal, que permanece no cargo até a extinção da publicação. Nessa edição, cortes com despesas na impressão são notados através do simples fato que a impressão das capas passou a ser feita em apenas uma cor e reforçadas pela suspeita de que a diminuição do número de anunciantes (inclusive ocasionando a extinção da seção profissionais) resultou na fusão entre anúncios institucionais e anúncios de profissionais liberais (Fig.107). Nenhuma mudança gráfica adicional é percebida em edições posteriores. Na edição nº.57 ainda é possível encontrar uma poesia de José Severiano de Oliveira, um proprietário de terra do Incra, contando sobre o processo de colonização do território ocupando uma página inteira que utiliza o texto em contragrafismo (Fig.108). Trata-se de uma composição muito interessante e atípica para o perfil da publicação. Especialmente em sua fase final torna-se admirável que uma poesia seja tomada com tanta relevância e ocupe uma página inteira ostentando um visual tão refinado e intenso.

52. José Antônio Nunes do Couto, ou JANC, trabalhou na Rio Gráfica e Editora no período de 1956 a 1962, onde era ilustrador e diagramador. Também trabalhou na revista *PN (Política e Negócios)* e *Hotelnews*. Foi chargista das revistas *Aconteceu*, *TV Guia* e *Radiolândia*. Como ilustrador de livros, desenhou para a *Editora de Ouro*, onde publicou "Mamãe eu quero!", uma coletânea de charges sobre televisão e rádio. Em 1964 foi morar em Vitória, Espírito Santo, ingressando no jornal *A Gazeta*, onde trabalhou durante quarenta anos e onde se aposentou. Disponível em: < <http://migre.me/cZW1L> > Acesso em 27-01-2013 às 16h. Link encurtado para fácil acesso. 53. Sobre Gilberto e Carlos Gadelha, nenhuma informação foi encontrada por falta de parâmetros suficientes para pesquisa ou ausência de referências bibliográficas.

leia e assine a imprensa independente

JOSE IGNACIO FERREIRA ADVOGADO R. Quintino Bocaiuva, 16 Conj. 907 a 912 tel. 223-4635 e 223-5682 Vitória	FAUSTO PORTO AL REA PORTO ADVOGADOS Rua Henrique Moscoso, 1560 - 1103 Vila Velha
CARLOS DORSCH ADVOGADO R. do Rosário, 78 - 3º and tel. 223-2419 - Vitória	SIZENANDO PECHINCHA F ADVOGADO Causas Civis, Criminaes e Trabalhistas Edif. Banca Municipal de Previdência conj. 101 - tel. 223-5991 - Vitória

assine a posição

UM JORNAL QUE DEPENDE DO LEITOR!

GARANTA SEU EXEMPLAR SEMANAL
ASSINAR POSIÇÃO
É UMA FORMA DE RESISTIR E LUTAR

ANUAL VITÓRIA	450,00
SEMIANUAL VITÓRIA	250,00
ANUAL FORA DE VITÓRIA	500,00
SEMIANUAL FORA DE VITÓRIA	300,00

Vale postal para Emissões do Leitor Ltda. - C. Postal 1.500 - 29.000 - Vitória - ES - ou cheque nominal para Emissões do Leitor Ltda. - R. Santa Cecilia, 7 - Vitória pelo telefone 223-7906

Nome: _____ Profissão: _____
Endereço: _____ Tel.: _____

CASA DOS TELEFONES
APARELHOS TELEFÔNICOS COMUNS E
DECORATIVOS.
INTERFONES PARA EDIFÍCIOS
ESCRITÓRIOS E INDÚSTRIAS.
Tel. 223-0656
CENTRO-VITÓRIA
RUA SETE DE SETEMBRO, 245 - LOJA 15
GALERIA SUNSET BOULEVARD
ROMÃO ACIOLI DOS SANTOS

**QUEM NÃO REGISTRA NÃO É DONO
NEM PODE TRANSFERIR:**

LEGALIZE SUA PROPRIEDADE
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO
REGISTRO DE IMÓVEIS
Rua Pio XII - Campo Grande - Cariacica
Espírito Santo

**CLÍNICA GERAL
ACUPUNTURA EXPERIMENTAL
HOMEOPATIA**
CELSO PIZA PIMENTEL - CRM-ES 1752
Membro da Associação Paulista de Homeopatia
da Associação Brasileira de Acupuntura
da Associação Internacional de Acupuntura
Mundial de Acup. Mundial de Acupuntura
Horário: de 7 às 10 horas e de 13 às 17 horas
Rua Henrique Moscoso, 1560, sobrado.
Telefone consultório: 229-3132
Vila Velha, seguida com Rua Aristóteles
Consultas exclusivamente com nota médica.

Figura 107: Parte da página 9 da edição nº.57 mostrando a extinção da seção Profissionais cujos anúncios aparecem juntos aos anúncios institucionais.

A crise financeira enfrentada pela redação agravou-se e acarretou atrasos na publicação das edições posteriores à edição nº.61. A redação assim explica o fato

Desde 4 de maio último POSIÇÃO circula semanalmente. Nossa proposta seria colocá-lo nas bancas todos os sábados. Infelizmente, e isto é um problema comum a toda imprensa de resistência à ditadura militar, o jornal enfrenta séria crise financeira, o que tem prejudicado a proposta inicial. Há três edições não circulamos no dia previsto e pedimos a compreensão e colaboração dos leitores (*Posição*, 22 de julho de 1979, edição nº.63, p.2).

A partir da edição nº.64 permanecem na administração do jornal apenas Paulo Roberto Perdigão e Jorge Rangel até a edição nº.65, a última edição da história do jornal. Luzimar Nogueira Dias também deixa a redação e seu cargo de redator-chefe passa a ser assumido por Humberto Martins, assessorado por Robson Silveira, que acaba assumindo a redação também a partir da edição nº.64⁵⁴. Em entrevista a Lino Resende, o colaborador Umberto Martins declara que

O fato mais geral é que se tratou de um período histórico a que a imprensa dita alternativa respondeu e que, ao se aproximar do fim (num clima de maior abertura, avanço da oposição e liberdade de imprensa – maior do que nos tempos mais sombrios da ditadura) talvez tenha esgotado a necessidade de tais publicações (RESENDE, 2005, p.145).

54. As datas relativas a mudanças de cargo são divergentes em pesquisas relacionadas ao jornal *Posição* (como por exemplo a de Lino Resende). Para esta pesquisa, as mesmas foram determinadas a partir da fonte primária e segundo os próprios expedientes do jornal.

O último pau de arara

O Concurso Anual "Terras de Arara" apresenta os 100 poemas mais bem avaliados em uma edição especial de 162 páginas, com poemas inéditos, inéditos em livro e inéditos em revista.

*Deus Senhor Mestre Jurei
Pai de toda geração
mestre dos mestres
Reis dos Reis dai-me toda inspiração,
Para Versar minha história
Com toda Satisfação.*

§§

*Sou Poeta Camponês
Filho de Minas Gerais
Conheço muitos estados
inclusive O de Goiás,
Quando Alembro minha Terra
minha Saudade é de mais.*

§§

*Adeus estado de Minas
Terra do Gado Zebu
Vim morar em Outras Terra
Vivendo do Guatambu,
Vim conhecer a Seringa
e a Onca Cangussu.*

§§

*eu Sai de meu estado
dia 16 de Julho,
num velho Pau de Arara
Jogado como bagulho,
Com a mulher e o Filho
Coisa que mais me Orgulha.*

§§

*Vim morar no Território
Terra que Deus Aliensuou
Carpindo a Terra e Plantando
Vivendo de meu suor,
nesta Terra Prometida
Por Cristo nosso Senhor.*

§§

*Vim Rever Velhos Amigos
Conhecer O chão Sagrado
Plantando milho e Algodão
Virando o Chão Ressecado,
Ainda choro a saudade
do meu Torrão Adorado.*

§§

*Todo Povo Brasileiro
Trabalha com muita Fé
derrubando as matas brutas
Plantando O nosso café,
um Produto Brasileiro
Que põe muita Gente em Pé.*

§§

*Paulista Planta café
mineira Planta capim
Paranaense Planta Algodão
Bandeira Planta fumo,
capicaba milho e Feijão
Zela com Amor e Carim.*

§§

*Em Rondonia a bruxinha
Gente de Indis, Paupero*

*Quem vem Para Trabalhar
Com muita Gaija e Coragem,
enfrentando as matas brutas,
luta com as Feras Selvagens.*

§§

*eu moro no Território
Sou um Filho da nação
estou Pegano O Pesado
Pra defender o meu Pão,
Quando Pego na caneta
me dai Os calos da mão.*

§§

*Rondonia marca Sagrado
na história vai Ficar
Acole Todo este Povo
Que vem Para Trabalhar,
Quem bebe Agua daqui
Vai embora e Torria Voltar.*

§§

*Rondonia da D Calcio
e Tambem a Seringueira
Terra do Rico Cacau
e Tambem a Castanheira,
Abrigando Com Carinho
a imensa nação Brasileira.*

§§

*O Sertanejo Valentim
Vai Pras Matas Sem demora
Cartucheira Tiracol
Fica Só esperando a hora,
Quando uma Pintada esturra
é 2 Tiros Sem demora.*

§§

*Quando dia Amanhece
Saem Todos Pra o Rossado
Aqui Até as mulheres
Pega o cabo do Machado,
a noite Tem o Forras
O Povo dança animado.*

§§

*eu Ganho muita Paquinha
mais dá Pra Quebrar O Galho
bem na Rompida do dia
eu saio Pra o meu Trabalho,
espingarda a Tiracol
Nas Costa um Grande Caçaro.*

§§

*Trabalho de Sol a Sol
no cabo do Guatambu
a noite la na mata
Grita o Sapo Cururú,
Olho minhas mãos Calejada
Que nem Casco de Tatú.*

§§

*Ja Plantei muitas lavoura
desde O sul Até O norte
eu vivo do Guatambu
Tenho Santo São Forte.*

*Sou um Grande devoto
do apareçida da morte.*

§§

*Grassas a Deus encontrei
união Paz e Verdade
Gente que São Onesta
Não encontrei Farcidade,
estou Vivendo Contente
num mar de Tranquilidade.*

§§

*Aqui distante Recordo
meus Antigos Companheiros
dos campos de Futebol
e dos bailes nos Terreiros,
das Festa de São João
Onde Canta Os Violeiros.*

§§

*La deixei muitos Amigos
deixei Pai deixei irmão
eu sinto muita Saudade
do meu mais Lindo Torrão,
Onde cantei de viola
nas noites de São João.*

§§

*Ainda Tenho esperança
de um dia regressar
Rever Os Velhos Amigos
Para Saude matar,
Os Amigos de Outrora
de novo Quero Abrassar.*

§§

*Quero Rever novamente
Todo Cafesal Florido,
a igrejinha da serra
Que não Sai do Sentido,
Levando meu Grande Abrasso
Aos Amigos e Conhecido.*

§§

*Em Rondonia Chega Gente
desde o Sul Até o norte
São Os bravo brasileiro
Que não temem a morte,
Em Rondonia não Se vê
ninguem Lastimar da Sorte.*

§§

*O Rio de Aguas Clara
Onde dá Peixe aos Cardume
Abelha Pousa nas Flores
Pra pegar O Seu Parhine,
a Floresta de Rondonia
Orgulhosa sente suime.*

§§

*eu Rimei a minha história
a minha Pena escrevi
Sobre as Terras de Rondonia
que O Povo Ressecou,
Esta Terra Tão Rica
e Aliensuado Por Deus.*

Figura 108: Página da edição nº.57 mostrando uma refinada paginação com texto diagramado em contragrafismo.

Lino Resende declara, com base em depoimento prestado por Tadeu César que "se fosse estruturado, tivesse se transformado em cooperativa e comprado equipamentos", talvez o jornal sobrevivesse até os dias correntes (RESENDE, 2005, p.145). César lembra que o jornal alcançava boa vendagem e isso comprovava o fato de que havia um público interessado nessa linha editorial. Rogério Medeiros concorda com César afirmando que "Posição só não vendeu mais por não ter capacidade para ampliar sua tiragem" (RESENDE, 2005, p.23).

Se o cenário mostrou-se sadio para a veiculação desse tipo de publicação resta uma dúvida sobre quais motivos levaram ao fechamento do *Posição*. As opiniões divergem, porém a explicação mais intuitiva ressalta que o endividamento da redação foi o principal fator que impediu o desenvolvimento da publicação. Há de se relevar também que já há várias edições a publicação vinha demonstrando sinais de enfraquecimento claramente explícitos pelas divergências dentro da redação em relação à sua linha editorial, confusão consequentemente manifesta graficamente através da perda da expressividade visual tão marcante durante a primeira fase. Apesar disso, desde a primeira fase do periódico, a redação já declarava sua intenção em assalariar seus funcionários e modernizar o maquinário da produção do jornal.

Em entrevista a Lino Resende, César acrescenta que a desorganização administrativa acentuada pelas divergências sobre a necessidade de uma nova linha editorial para o periódico dentro da redação, especialmente na segunda fase, também contribuiu para seu fechamento. Tadeu César e Humberto Martins, citado por Resende, acreditam que a abertura política retirou a exclusividade da linha editorial do *Posição*, enfraquecendo-o mais ainda porém, ambos são unânimes ao afirmarem que apesar disso, o endividamento e desorganização interna foram os fatores fundamentais para seu fechamento (RESENDE, 2005, p.24).

Resende conclui que

Se olharmos o panorama da imprensa alternativa existente durante uma época no Brasil – notadamente nos anos 70 do século XX – vamos perceber que *Posição* não era diferente de outros jornais surgidos em vários Estados, que tinham por objetivo se contrapor ao governo e ao regime. O que diferenciou *Posição* foi o seu foco em problemas estaduais, refletindo sobre questões que, sem sua abordagem, passariam despercebidas. Olhando-se o Brasil e o que nele ocorria e fazendo uma analogia com um espelho, se podemos dizer que os fatos brasileiros, principalmente do ponto de vista da construção hegemônica buscada pelo regime, eram refletidos neste espelho, em um pequeno pedaço dele – o Espírito Santo – *Posição* refletiu uma realidade diferente. E o fez exercendo um papel contra-hegemônico, através do engajamento de uma plêiade de intelectuais orgânicos que, agindo politicamente, se alinharam à construção de uma nova ideologia, a democracia (RESENDE, 2005, p.27).

CAPÍTULO 11

UM TÍMIDO REAPARECIMENTO

Em 29 de outubro de 1981, Carlos Humberto Martins e Luzimar Dias Nogueira lançam uma nova edição do periódico. Não se sabe se intenção dos novos diretores era uma tentativa de fazê-lo voltar à circulação. No aniversário de 5 anos da publicação, se ainda estivesse circulando, *Posição* apresenta-se aos leitores através de um projeto gráfico que mistura algumas características de ambas as fases de veiculação do periódico; a diagramação volta a ser composta em 3 e 4 colunas com corpo de texto e capa ao estilo da primeira fase; as margens das páginas permanecem como na segunda fase, mas agora sem cantos arredondados; O uso de tipografia sem serifa e em negrito permanece sendo aplicado a títulos e; sem ilustração alguma.

A edição nº.66 é atípica porque é publicada com intervalo de cerca de 2 anos das demais edições e não inaugura uma nova fase de circulação do periódico pois trata-se de uma edição pontual e isolada. No editorial, a redação assim escreve:

A situação financeira de POSIÇÃO, chegou a um nível insustentável [...] Definitivamente, não havia condições de continuar. Hoje, dois anos após a paralisação, circulamos esta edição comemorativa do lançamento de nossa primeira edição. [...] Uma nova tarefa se impõe. A resistência popular à ditadura continua crescendo, mas não é suficiente para um enfrentamento. [...] É dentro desse quadro que vemos a importância do renascimento de POSIÇÃO - ou que outro nome tenha - no Espírito Santo. Um jornal que participe do esforço de unificação, do aguçamento da luta de classe até suas últimas consequências. Que mantenha seu firme compromisso de acompanhamento das lutas travadas no Estado e no país e seja veículo do mais amplo debate ideológico (*Posição*, 29 de outubro de 1981, nº.66, p.2).

Nesse período governava o país o general João Batista Oliveira Figueiredo ainda sob direcionamento do Regime Militar e o déficit público resultante do "milagre econômico" governo Geisel, da crise do petróleo e da taxa de juros internacionais configuraram uma grave crise econômica no país. A inflação estava descontrolada e Delfim, Ministro do Planejamento, se viu obrigado a "'frear o carro' em fins de 1980. A expansão da moeda foi severamente limitada. os investimentos das empresas estatais foram cortados; as taxas de juros internos subiram e o investimento privado também declinou". Guiado por essa crise econômica, o país entrava em um período de recessão entre 1981 e 1983 (FAUSTO, 1996, p.502).

O momento político do governo de Figueiredo foi bastante conturbado. Por seguir a linha de governo de Geisel, sofreu pressão da linha-dura e pressão da oposição que conseguiu uma de suas principais reivindicações: o estabelecimento da Lei da Anistia. O fato é que o lançamento do nº.66, do já extinto jornal *Posição*, leva à dedução de que o agravamento da crise econômica e fortalecimento da oposição no Brasil preparou terreno para o ressurgimento da publicação lutando para o fim definitivo da ditadura. O que não fica claro é se a intenção dos envolvidos na produção do material, era a de retomar a

periodicidade da publicação. Na página 4 dessa edição, abaixo do expediente a redação escreve: "Posição, um jornal que pode sair a qualquer momento, em edição extraordinária" (*Posição*, 29 de outubro de 1981, nº.66, p.4).

Bernardo Kucinski (1991, p.118), sobre o fim do circuito jornalístico alternativo da década de 1970 afirma que economicamente, tal gênero de publicação não conseguiu criar uma alternativa de distribuição dos exemplares, o que encarecia muito os custos envolvidos na venda dos exemplares.

Como se tivesse ocorrido um cataclisma, quase todos os jornais alternativos que circulavam entre 1977 e 1979 deixaram de existir a partir de 1980-1981. Desde os grande alternativos nacionais surgidos ainda em 1975, até os basistas, da última geração, voltados aos movimentos populares e à reportagem. Desapareceram, independentemente da natureza de sua articulação, da qualidade do projeto, do acerto ou do insucesso de suas propostas editoriais e soluções operacionais (KUCINSKI, 1991, p.117).

Talvez o próprio perfil editorial desses periódicos os submetam ao aparecimento em situações em que seja inevitável fazerem-se contestadores até que repentinamente desapareçam ao perceberem que aquilo que contestavam, era exatamente o que os mantinham vivos.

CAPÍTULO 12

ALTERNATIVAS GRÁFICAS E OS REGIMES DE EXCEÇÃO

A afirmação de Jô Amado (RESENDE, 2005, p.25) de que o jornal *Posição* não sofreu retaliações da censura prévia faz pensar que a identidade gráfica do periódico, embora inspirada em outros de mesma linha editorial da região sudeste como o paulistano *Movimento*, poderia tê-lo superado em termos de ousadia estética e projetual. O jornal *Posição* desfrutou de um grau maior de benefícios relacionados à liberdade de expressão em relação a outros da mesma linha editorial: nunca sofreu situações de censura prévia. Já no caso do *Movimento*, "em 1978, quando a censura prévia foi suspensa, o jornal calculava que tinham sido cortados, até aquela data, nada menos que 3.093 artigos e 3.162 ilustrações"⁵⁵.

Ainda em relação ao semanário paulistano os atentados da extrema direita, ataques da censura prévia e dificuldade de estabelecimento de uma folha de pagamento para jornalistas da redação, eram realidades presentes durante seu período de circulação. Projetado para circular com tiragem de 50 mil, não passou dos 28 mil exemplares semanais apesar da disponibilidade de melhores aparatos tecnológicos para sua produção (MIANI, 2009, p.2-4). Entretanto, mesmo tendo para comparação esse parâmetro rígido de censura, afirmar que a ausência de censura prévia no caso do *Posição* tornava sua situação agradável é um exagero. *Posição* enfrentou dificuldades financeiras severas e politicamente exercitou uma habilidade admirável na forma de representar a militância opositora sem atrair as duras retaliações da elite militar. O fato de nenhum de seus jornalistas ter sido processado, nenhuma de suas edições ter sido censurada não indica necessariamente uma ficalização caracterizada por vistas grossas por parte das autoridades. Basta rememorar a apreensão de um número considerável de seus exemplares em Afonso Cláudio, fato noticiado na edição de 28 de maio de 1977; a apreensão de todos os exemplares da edição n.º.14 pela polícia mineira; a infiltração de um agente da seção secreta da Polícia Militar do Espírito Santo dentro da redação; as recorrentes convocações aos diretores da redação para comparecimento ao Departamento de Censura da Polícia Federal (RESENDE, 2005, p.26-27). Isso apenas reforça a ideia de que o quadro político, a realidade social e contexto histórico distanciam qualquer tipo de comparação puramente literal entre ambas publicações pois as retaliações da ditadura atuaram sobre ambas proporcionalmente às suas atuações políticas e alcance. A censura a que era submetido o *Posição*, mesmo presente, ainda era mais moderada do que em outras regiões onde o situacionismo operava de forma mais rigorosa.

Cabe retificar que tanto aqui quanto em qualquer outra região do país, os opositores estavam prioritariamente interessados na representatividade da imprensa alternativa enquanto único mecanismo de resistência praticável, na qual as alternativas criativas representavam apenas atributos secundários. O significado do adjetivo "alternativo" nesse contexto de regime de exceção, sempre à espreita da cassação dos

55. Informação extraída na página virtual da Memória da Imprensa hospedada no site oficial do Arquivo Público de São Paulo. Disponível em: <<http://migre.me/d0Fiq>> acesso em 28-01-2013 às 14h. Link encurtado para fácil acesso.

direitos civis de seus opositores, ganha outro viés que emerge do combate à repressão e não de uma demanda por originalidade.

Em vários países, os jovens se rebelaram, embalados pelo sonho de um mundo novo [...] Esse clima, que no Brasil teve efeitos visíveis no plano da cultura em geral e da arte, [...] deu impulso à mobilização social [...] era um árduo caminho colocar 'a imaginação no poder', em um país submetido a uma ditadura militar (FAUSTO, 1996, p.477).

O jornal *Posição* era considerado alternativo por desempenhar um papel contra-hegemônico durante sua circulação naquele período opressor. Na própria publicidade do *Posição* aparece a expressão militante "A imprensa independente é a única alternativa", aqui a palavra "alternativa" ganha sinônimos tais como: "escapatória", "opção", "caminho", "meio", "solução", "jeito" etc. O adjetivo feminino "alternativa" da frase não pode ser substituído por "original", "criativa" ou "diferente" porque não é cabível no contexto em que é exibida. Essa desambiguação relativa à expressão "alternativa" é valiosa para conduzir o pesquisador de design a entender que as soluções gráficas desse gênero de publicação não são necessariamente inovadoras, belas ou originais pois representam muito mais uma escapatória, uma solução ou um jeito encontrado para driblar a censura do que uma resposta a uma demanda por originalidade.

Portanto a atuação retraída da censura prévia durante a circulação do *Posição* permite pensar ao final da análise, que as alternativas gráficas presentes no periódico estiveram muito mais atreladas ao seu alinhamento ao gênero editorial do que uma resposta funcional à repressão. Graficamente *Posição* poderia ser muito diferente investindo em experimentações gráficas, estruturais e físicas, comunicando sua atitude contra-hegemônica visualmente para além de seus similares já que a fiscalização da censura na capital capixaba era razoável e assim lhe abria espaço de atuação. Mas essa forma de apresentação que lançava mão da estética do feio já era tão difundida pelos semanários cariocas e paulistanos que talvez inspirasse na redação capixaba receio pelo descrédito de seus leitores ou até mesmo, constituísse o único referencial enquanto corrente ideológica e produto gráfico.

168 Tomando conhecimento disso, cabe algumas considerações mais aprofundadas que respaldem tais afirmações. Especialmente em termos de diagrama, nota-se um protocolo insistente na composição das páginas em ambas as fases que delimita seu comportamento correto e pouco audacioso na acomodação do conteúdo textual nas páginas. São raras e pouco representativas as interações entre texto e imagem, a manifestação de manchas gráficas com contornos diferenciados e rupturas no padrão do diagrama. A variedade tipográfica para títulos sim, é um dos aspectos do diagrama que configuram a única exceção: múltipla, expressiva, densa e em grandes tamanhos, cumprem a função de transmitir a própria força ideológica do jornal com acentuado vigor.

As capas da primeira fase, que funcionavam como cartazes, apresentam soluções gráficas impactantes e dramáticas amarrando as chamadas para as matérias da parte interna da publicação através da ironia verbal e combinações compositivas. Em nada essa publicação capixaba fica atrás quando comparadas a outras provenientes de outras regiões do Brasil em termos de estilo e qualidade. Da mesma maneira há de se exaltar o caráter adequado de suas ilustrações, especialmente na primeira fase, ao contexto político e histórico local durante a ditadura que também em nada fica aquém de outras produções brasileiras. Se alguma desvantagem for notada, talvez deva-se à disponibilidade de ferramentas, tecnologias e maquinários para sua produção durante

aquele período ou a contextos regionais distintos em termos de produção. Já na segunda fase, momento em que a abertura política ampliava-se em todo país abrindo caminho para que o discurso contestador fosse abordado também pela grande mídia, o jornal *Posição* reestruturou-se graficamente porém, investindo ainda mais na aparência comum a todos os jornais seculares da época, quando poderia investir em aspectos gráficos mais alternativos e mais regionais ainda com objetivo de destacar-se dos demais como uma alternativa, inclusive, ao seus congêneres. Mas afinal, depois que a censura prévia cai para quem investir em soluções gráficas mais alternativas se elas brotam justamente da resposta à repressão? O novo projeto gráfico criado pela colaboradora Tânia Mara, foi discreto e mais normatizado do que o da primeira fase, refletindo até mesmo a confusão interna em torno de sua linha editorial e enfraquecimento administrativo, quando equiparado a outros canais de comunicação da imprensa tradicional.

Alguns poderão alegar que o conceito em si, já sustenta uma depreciação, uma desqualificação, uma minimização do objeto de estudo, uma vez que, para merecer essa definição, essa característica de "alternativo", tal objeto, a priori, é julgado e analisado sob o prisma do que já é existente, isto é, do hegemônico, tomado então como referência (MARTINUZZO et al., 2005, p.259).

Se graficamente *Posição* não deu um passo além em relação a outros semelhantes, isso necessariamente não representa uma depreciação do periódico. Dentro do estilo alternativo dos jornais de 1970, *Posição* apresenta ao país uma publicação de grande valor técnico em sua produção, firmeza e seriedade ideológica. Isso graficamente torna-se explícito especialmente em cada capa, cada ilustração do periódico e pela diagramação bem executada. Está em cada ilustração e capa o estilo sujo, pesado, contestador e militante típico de uma publicação contra-hegemônica. Em cada página de texto o alto nível de qualidade alcançado na diagramação de reportagens e afins. Em cada ilustração as temáticas irônicas os desenhos icônicos e alegóricos em deboche ao regime tirano com traços mal feitos, fora de proporção, ostentando até mesmo certa depreciação em comparação àquelas dos jornais da grande mídia. Somado a essa consideração deve-se lembrar as condições técnicas em que o material tinha possibilidades gráficas finitas segundo o maquinário disponível na época para sua produção. *Posição* sempre contou com a colaboração de seus leitores e parceiros: não era autossuficiente e não tinha grande disponibilidade de recursos financeiros. *Posição* tem uma identidade gráfica que lhe é peculiar, com certa inspiração estética na forma referencial como *Movimento* apresentava-se à frente das lutas de redemocratização no país mas muito mais focado nos problemas internos do estado capixaba. O cooperativismo fica claro a cada página de suas edições como se a publicação estivesse em processo contínuo de construção, deslocando seções, encaixando colunas, utilizando as mesmas ilustrações mais de uma vez como uma forma improvisada de tornar o jornal visualmente mais atraente lançando mão dos recursos que já tinha. A utilização de desenho de punhos fechados, muros de tijolos, charges e caricaturas irônicas, e imagens de políticos fumando charutos e fotografias de condições miseráveis de vida são exemplos de recursos imagéticos que mostram bem o perfil firme e delator da publicação. A utilização de fontes com peso e corpo grande, dramatizam as sentenças que dão título às matérias, sempre com frases impactantes e apelativas como se impusessem ao leitor um assunto inevitável de ser lido.

Posição não foi apenas uma manifestação de contra-hegemonia e sim a própria resistência contra-hegemônica em um período difícil no estado capixaba e na nação. A inspiração capturada a partir de outros jornais de resistência no país, condensou a produção do mais influente jornal alternativo do Espírito Santo.

O que fica mais claro nessa fase de conclusão é o fato de que é praticamente impossível dissociar a análise gráfica de um periódico sem considerá-lo em sua inserção histórica. O espírito da época, os fatos históricos, o quadro econômico, as influências ideológicas e estéticas exercidas por congêneres, devem ser considerados para que a análise gráfica não seja conduzida por caminhos cujas explicações esbarrem na ingenuidade.

CONCLUSÃO

Na conclusão se faz desejável um retorno à primeira unidade dessa pesquisa em cujas linhas se torna clara a emergência no desvelo e amparo da memória gráfica brasileira para postergar certo legado cultural e conhecimento histórico sobre si mesma. O processo através do qual desenvolveu-se essa pesquisa, conduziu a conclusão a uma reflexão maior em torno desse tipo de pesquisa do que simplesmente afirmar que o jornal *Posição* representa um patrimônio material capaz de revelar aspectos ainda obscuros da memória coletiva em seus atributos técnicos e visuais.

Antes de falar sobre o valor do jornal *Posição* enquanto resquício de memória, será necessário retroceder no tema e realçar o valor documental da imagem em uma análise gráfica. Jeziel de Paula⁵⁶ contribui para essa constatação em seu livro intitulado *1932, imagens construindo história* em que relata a forma como a memória resgatada a partir da imagem (mais especificamente da imagem fotográfica) é capaz de construir história. O autor afirma que "A impossibilidade de se poder abarcar a totalidade dos fatos históricos se torna ainda mais evidente quando trabalhamos com fragmentos minúsculos de tempo e espaço contidos nas imagens" (DE PAULA, 1998, p.22).

Foram dias inteiros de contato com o acervo do jornal *Posição* através dos registros fotográficos coletados na biblioteca. As imagens eram exaustivamente repassadas, tratadas para melhor visualização, analisadas, interpretadas, classificadas etc e cada vez mais ficava claro que aspectos relacionados à tipografia, diagrama, ilustração, ornamentos e outros tópicos relacionados ao design, tinham muito a comunicar sobre aquele objeto representado através da imagem acessada pelo computador. O que percebeu-se durante a análise é que as próprias fotografias das páginas eram reproduções exatas do objeto de pesquisa original, mas ainda assim não eram a fonte primária funcionando assim, mais como uma lembrança material. Só aí já fica claro que a pesquisa lida com memória em seus aspectos mais elementares relacionados à própria metodologia de pesquisa, por exemplo.

Abrindo a unidade de análise gráfica, alguns elogios foram feitos ao livro de Carlos Azevedo que são inevitáveis quando se tem contato com a sua obra. Com foco no jornalismo, *Jornal Movimento - uma reportagem* é um documento valioso que exemplifica bem essa consideração sobre o valor da imagem fotográfica para construção

56. Jeziel de Paula nasceu em 1956 em Ribeirão Preto, SP. Pela Universidade Metodista de Piracicaba graduou-se e pela Universidade de Campinas tornou-se mestre em história. Atualmente pesquisa o valor da fotografia como fonte historiográfica na abordagem das memórias e imagens da aviação militar na guerra civil de 1932. Por seu livro citado no texto foi condecorado com a medalha Governador Pedro de Toledo, conferida pela Sociedade Veteranos de 32 e pelo Conselho Estadual de Honrarias e Mérito de São Paulo (DE PAULA, 1998).

da história através da memória. Acompanha o livro, um material multimidiático que disponibiliza todo o acervo do jornal paulistano e foi através das imagens contidas no cd-rom e do conteúdo escrito, que essa pesquisa pôde estabelecer uma ponte sólida com a memória dessa publicação. O que percebe-se é que o contato através do registro fotográfico com o acervo de ambas publicações, além preservar o material original, materializa, dissemina e projeta ao conhecimento público a existência dele. A análise gráfica do jornal capixaba foi amplamente beneficiada por esse trabalho jornalístico sobre a memória do jornal paulistano e a partir desse ponto, equipara-se a ele possivelmente beneficiando novas iniciativas que o relacionem. Em miúdos, o registro fotográfico do acervo completo do *Posição* torna-se a partir dessa pesquisa, uma espécie de fonte primária para os historiadores gráficos do futuro (re)construírem a história dessa publicação através de novas constatações memorialísticas trazidas à tona. Sobre isso Nora Pierre, citada por Jeziel de Paula afirma que

A imprensa, o rádio, as imagens não agem apenas como meios dos quais os acontecimentos seriam relativamente independentes, mas como a própria condição de sua existência. A publicidade dá forma à sua própria produção. Acontecimentos capitais podem ter lugar sem que se fale deles. É o fato de aprendê-los retrospectivamente que constitui um acontecimento. O fato de terem acontecido não os torna histórico. Para que haja acontecimento é necessário que seja conhecido (NORA, 1993 *apud* DE PAULA, 1998, p.20).

A averiguação de que o estudo da história gráfica do *Posição*, modifica a forma como se enxerga tal publicação, e mais ainda, é capaz de modificar futuras produções gráficas associadas ao tema, só se dará através da disseminação dos resultados aqui apresentados. O processo cíclico identificado por Gilberto Velho que aponta uma relação contínua entre passado, identidade e projeto apresenta-se claramente na conclusão dessa pesquisa codificado na própria metodologia da análise gráfica aqui envolvida.

Afora a qualidade multiplicadora que esse perfil de pesquisa traz contribuindo para o resgate e amparo da memória gráfica local e nacional, há o próprio valor do objeto de pesquisa descoberto nessa empreitada. Para lhe atribuir valor seria necessário algum parâmetro que através de uma comparação definisse com exatidão sua projeção na memória coletiva enquanto suporte de memória, mais especificamente da memória gráfica. Além do valor relacionado à sua incursão histórica explícito na própria importância que adquiriu através do enfrentamento à repressão ditatorial que manifestou em cada página, há também o parâmetro do design que presta sua contribuição para determinação da valia de sua identidade gráfica. Ambos são indissociáveis.

Se por um lado o periódico capixaba é um testemunho material de um período histórico nacional conturbado politicamente, é também uma peça gráfica que testemunha um perfil técnico e estético relacionado ao gênero de publicação a que ele se alinha. Enfrentando as efemeridades pelas quais esse resquício da memória gráfica capixaba (e brasileira) pode desaparecer da memória coletiva, a presente pesquisa apresenta-se na intenção de, a partir desse ponto, representá-la e valorizá-la em seus atributos mais significativos e elementares relacionados ao design.

Enquanto pesquisador, torna-se gratificante obter as conclusões alcançadas ao final da análise gráfica. As descobertas sobre o design desse gênero de publicação reveladas através desse alternativo capixaba, vem mostrar o quanto está relacionado ao espírito

da época e em que intensidade relaciona-se à memória gráfica brasileira. Finalmente, espera-se que as construções teóricas da primeira unidade gerem reflexões; os relatos em torno da metodologia de pesquisa sirvam de referência para outras pesquisas similares e; os resultados da análise gráfica na terceira unidade projetem-se no conhecimento coletivo reafirmando a importância do resgate e preservação da memória gráfica capixaba e brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Carlos (coord.); *Jornal Movimento: Uma Reportagem*. São Paulo: Manifesto Editora, 2011. 336p.

DUTRA, Thiago; MUCUNÃ, Rayza; FONSECA, Letícia. *Um olhar sobre o design contemporâneo*. In: 9º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design, 2010, São Paulo. 9º P&D design 2010. São Paulo: Blucher, 2010.

DUTRA, Thiago Luiz Mendes.; TONINI, Juliana Colli.; LOMBARDI, Camila Torres.; PAIVA, Rayza Mucunã.; FONSECA, Letícia P.; PACHECO, Heliana Soneghet. *Desenvolvimento da Ficha de coleta de dados para análise gráfica da revista Vida Capichaba*. In: 9º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design, 2010, São Paulo. 9º P&D design 2010. São Paulo: Blucher, 2010.

DE PAULA, Jeziel. *1932: imagens contruindo história*. Campinas/Piracicaba: Editora da Unicamp/Editora Unimep, 1998. 310p.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1996, 4ªed. 650p.

FLUSSER, Vilém. *O mundo codificado*. São Paulo: Cosac Naif, 2007. 222p.

FORTY, Adrian. *Objetos de desejo*. São Paulo: Cosac Naif, 2007. 347p.

FREUND, John E. *Estatística Aplicada*. 11ª Ed. São Paulo: 2004, Bookman. 545p.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004. 197p.

HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004. 116p.

IANNI, Octávio. *Enigmas da modernidade-mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 325p.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários*. São Paulo: Editora Escrita, 1991. 399p.

MARTINUZZO, José Antônio (org.). *Quase 200: a imprensa na história capixaba*. Vitória: Departamento de Imprensa Oficial do Espírito (DIO), 2008. 265p.

MARTINUZZO, José Antônio (org.). *Impressões capixabas – 165 anos de jornalismo no Espírito Santo*. Vitória: Departamento de Imprensa Oficial do Espírito Santo (DIO), 2005. 404p.

MIANI, Rozinaldo. A luta pela redemocratização do Brasil através da charge no jornal Movimento. In: WOITOWICZ, Karina Janz (org.). *Recortes da Mídia Alternativa: histórias e memórias da comunicação no Brasil*. Ponta Grossa: EDUEPG, 2009. 312p.

OLIVEIRA, Luiz Alberto. Civilização, crise e mutação. In: PESSOA, Fernando e BARBOSA, Ronaldo (org). *Do abismo às montanhas*. Vila Velha: Museu Vale; Rio de Janeiro: Suzy Muniz Produções, 2010, p.84-114.

RESENDE, Lino Geraldo. *Mídia, ditadura e contra-hegemonia*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-graduação em História, Mestrado em História Social das Relações Públicas. Vitória, 2005. 173p.

TORRESINI, Helizabeth W. R., NASCIMENTO, Mara R. do. *Modernidade e Urbanização no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998. 170p.

VELHO, Gilberto. Memória, identidade e projeto. In: *Projeto e metamorfose*. Antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994, p.97-105.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

LIPOVETSKY, Gilles. et al., *Tempos Hipermodernos*. São Paulo: Barcarolla, 2004.
acrescentar ROUANET mal estar da modernidade

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. 5. ed. rev. e ampl. - São Paulo: Atlas, 2002.

176 MCLUHAN, M. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix, 1974.

SMITH, Anne-Maria. *Um acordo forçado: O consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora FGB, 1997, p.45, p.57.

DUTRA, Thiago Luiz Mendes.; LOMBARDI, Camila Torres.; PAIVA, Rayza Mucunã.; TONINI, Juliana Colli.; FONSECA, Letícia P.; PACHECO, Heliana Soneghet. *Metodologia desenvolvida por núcleo de pesquisa em design da Ufes para a análise gráfica revista Vida Capichaba*. In: 1 Simpex - Simpósio de Pesquisa e Extensão em Design, 2011, Vitória - ES. Anais do 1 Simpex - Simpósio de Pesquisa e Extensão em Design, 2011.

SITES VISITADOS

ABREU, José Campos de. *O humor ácido de Johil Camdeab*. Disponível em: <http://obviousmag.org/archives/2009/05/o_humor_acido_de_johil_camdeab.html>. Acesso em: 27 de janeiro de 2013.

Catálogo da Imprensa alternativa. Disponível em:<<http://migre.me/d3ONH>>. Acesso em: 15 de dezembro de 2012.

EDITORA MANIFESTO. **A saga do jornal Movimento**. In: Observatória do Imprensa. Disponível em:<<http://migre.me/d3Jlv>>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2013 às 16h. Link encurtado para fácil acesso.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Acervo digitalizado do Arquivo Público do Estado de São Paulo**. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/a_acervo.php>. Acesso em: 29 de janeiro de 2013.

MEDEIROS, Rogério. **O golpe de 64 e suas conseqüências para o Espírito Santo**. In: Século diário. Disponível em: <<http://migre.me/cZW1L>>. Acesso em 27-01-2013. Link encurtado para fácil acesso.

NEVES, Margarida. **Lugares de Memória da Medicina no Brasil**. in: História e cultura. Disponível em: <<http://migre.me/dlbxW>>, Acesso em: 29 de agosto de 2012. Link encurtado para fácil acesso.

SOBRAL, Julieta. **Quem Somos**. In: Memória Gráfica Brasileira. Disponível em: <<http://www.memoriagrabificabrasileira.org/>>. Acesso em: 22 de abril de 2012.